

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)**

GISELLE DE ALMEIDA CORTÊZ

**O USO DAS FORMAS PRONOMINAIS *NÓS*, *A GENTE* E *VOCÊ*
COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM
AULAS, APRESENTAÇÕES E ENTREVISTAS**

**MARINGÁ - PR
2009**

GISELLE DE ALMEIDA CORTÊZ

**O USO DAS FORMAS PRONOMINAIS *NÓS, A GENTE E VOCÊ*
COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM
AULAS, APRESENTAÇÕES E ENTREVISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientadora:
Prof. Dra. ANA CRISTINA J. HINTZE

MARINGÁ
2009

GISELLE DE ALMEIDA CORTÊZ

**O USO DAS FORMAS PRONOMINAIS *NÓS, A GENTE E VOCÊ*
COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM
AULAS, APRESENTAÇÕES E ENTREVISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos,

Orientadora: Prof. Dra. Ana Cristina Jaeger Hintze

Aprovada em 16 de outubro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Cristina Jaeger Hintze
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Presidente da Banca – Orientadora

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck

Dedico este trabalho

Às pessoas especiais que tornam minha vida mais feliz e que acreditam na minha competência e dedicação aos estudos: minha mãe Maria Aparecida, meu irmão Juliano, minha cunhada Paula Rosana e os Rafaéis da minha vida (meu pai, meu irmão e meu namorado).

AGRADECIMENTOS

Ao primeiro e único a tornar possível todos os desejos e sonhos: meu Deus, meu amigo, meu ouvinte de súplicas e desabafos. A Ele meu eterno agradecimento por tudo que tem me proporcionado;

À minha mãe espiritual, Nossa Senhora Aparecida, por atender os meus pedidos e minhas orações;

Aos meus queridos pais, Rafael e Maria Aparecida, pelo amor incontestável, pelo exemplo de vida e pela confiança;

Aos meus irmãos, Juliano e Rafael, por me fazer acreditar na minha capacidade e sabedoria;

Ao meu companheiro e amigo, Rafael, por me animar quando tudo parecia estar acabado, por estar sempre presente e por saber me ouvir;

À minha querida cunhada, Paula Rosana, que me incentivou e sempre torceu pelos meus ideais;

À minha eterna amiga, Priscilla, que, embora tenha traçado os mesmos objetivos que os meus e tenha as mesmas preocupações, nunca esteve ausente, ao contrário, sempre presente a me ouvir e a me incentivar a progredir;

À minha orientadora, professora, doutora e amiga, Ana Cristina, que tem o dom de ensinar, de ouvir e de incentivar. A você, Ana, não há palavras para lhe agradecer por toda dedicação que teve comigo, pelo carinho e pelo amor. Obrigada pelo esforço não medido, pelas reuniões de orientação, pelo conhecimento transmitido, pelas palavras de conforto, pela confiança e, sobretudo, por fazer parte da minha vida;

À família linda do Sr. Antonio que, mesmo não conhecendo a mim e ao meu trabalho, não mediram esforços em me ajudar com as cópias de teses e dissertações do Rio de Janeiro;

Aos professores convidados para a participação na Banca examinadora, Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio (UEM) e Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck (UEM), pelo aceite imediato do convite e pelas contribuições sugeridas;

A todos os funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, pelas informações e contribuições;

Aos professores Juliano e Maria Regina, um pela paciência e colaboração com o Programa Systemic Coder às estatísticas do trabalho; outro por incentivar a minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Letras;

A querida Juliana Carla Barbieri, pela amizade e auxílio;

A todos, o meu eterno agradecimento.

CORTÊZ, Giselle de Almeida. **O USO DAS FORMAS PRONOMINAIS *NÓS, A GENTE E VOCÊ* COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM AULAS, APRESENTAÇÕES E ENTREVISTAS**, (130 f.). Dissertação (Mestrado em Letras – Descrição Linguística) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Ana Criatina Jaeger Hintze. Maringá, 2009.

RESUMO

O presente trabalho objetiva investigar o índice de indeterminação de sujeito dos pronomes *nós, a gente* e *você* em elocuições formais (aulas e apresentações de trabalhos) e entrevistas, e justificar a implicação desses gêneros textuais como fator determinante para indeterminação do sujeito. Busca-se explicitar a recategorização da classe dos pronomes pessoais, a fim de identificar as mudanças linguísticas ocorridas no Português do Brasil (PB), assim como as sensíveis mudanças experienciadas na língua portuguesa com a inserção das formas *a gente, você(s)* e *nós* com valor genérico/indeterminado e os ambientes sintáticos, semânticos e discursivos que favorecem cada uma das variantes. Para atestar esse uso, adota-se o princípio funcionalista que investiga a aceitação desses pronomes pela Gramática Tradicional (GT), além de priorizar o uso linguístico como forma de interação entre os falantes. O *corpus* da pesquisa é constituído de 03 aulas, 07 entrevistas orais e 10 apresentações de trabalhos, pertencentes ao banco de dados do Funcpar (Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná). Para mapear o uso de *nós, a gente* e *você*, na variedade brasileira do português, foram analisados os gêneros textuais já gravados e transcritos, os quais seguiram um padrão baseado nas normas do projeto NURC, porém com pequenas adaptações e segmentadas em unidades entonacionais, de acordo com os critérios de Chafe (1987). Adota-se um programa de codificação de dados, Systemic Coder, para quantificar os fenômenos ocorridos. Por meio desse programa, busca-se investigar, com a elaboração de alguns critérios, a indeterminação do sujeito. Considerando-se que a abordagem funcionalista está pautada no uso linguístico em variadas situações comunicativas e observando-se que há fatores que corroboram para a escolha da indeterminação, os resultados obtidos confirmaram o uso recorrente da indeterminação do sujeito no *corpus*.

Palavras-chave: funcionalismo, recategorização, indeterminação do sujeito.

CORTÊZ, Giselle de Almeida. **USE OF FORMS PRONOMINAL *NÓS*, *A GENTE* AND *VOCÊ* AS CONTENTS OF SUBJECT INDETERMINACY IN LESSONS, PRESENTATIONS AND INTERVIEWS**, (130f.). Dissertation (Master in Letters – Linguistic Description) – State University of Maringá. Supervisor: Ana Cristina Jaeger Hintze. Maringá, 2009.

ABSTRACT

The present work has the objective of investigating the subject indeterminacy of the pronouns *nós*, *a gente* and *você* in formal speeches (classes and assignments presentation) and interviews, and justifying the application of these textual genres as determinant factor of subject indeterminacy. Expliciting the recategorization of personal pronouns class is searched in order to identify the linguistics changes occurred in Portuguese from Brazil (PB), like the sensitive changes experienced in the Portuguese language as the insertion of the forms *a gente*, *você* and *nós* with generic/indeterminate value and the syntactic, semantic and discursive backgrounds which benefits each variable. In order to certify this use, the functionalist principle which investigates the acceptance of these pronouns by the Traditional Grammar (GT), besides prioritizing the linguistic use as interaction way among the speakers is adopted. The *corpus* of this research is constituted of 03 classes, 07 oral interviews and 10 assignments presentation, which belong to the database of Funcpar (Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná). In order to consolidate the genres as formal speech, it is certified that the informants are teachers and university students. In order to map the use of *nós*, *a gente* and *você*, in the Brazilian variety of Portuguese, analyzed the textual genres already recorded and transcribed, which follow a pattern based on rules of NURC project were analyzed, however with some little adaptations and segmented in units of intonation, according to the Chafe (1987) criteria. It adopts a program of coding data, Systemic Coder, to quantify the phenomena occurred. Through this program, seek to investigate, with the elaboration of some criteria, the subject indeterminacy is searched. Considering that the functionalist approach is based on the linguistic use in varied communicative situations and observing that there are factors which confirm the choice of indeterminacy, the results confirmed the recurrent use of the indeterminacy of the subject in the *corpus*.

Keywords: functionalism, recategorization, subject indeterminacy.

LISTA DE ESQUEMA

Esquema	Parâmetros da indeterminação do sujeito para todas as elocuições formais.....	68
----------------	---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Adaptação dos paradigmas formal e funcional.....	19
Quadro 02	Quadro tradicional dos pronomes pessoais.....	25
Quadro 03	Quadro recategorizado dos pronomes pessoais.....	29
Quadro 04	Tipologia verbal proposta por Ignácio (2002).....	73

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Descrição das formas antecedentes em aulas, apresentações e entrevistas, com os com os sujeitos <i>nós, a gente e você</i>	82
TABELA 02: Modos verbais no gênero <i>aula</i>	92
TABELA 03: Especificação das ocorrências dos tempos verbais nos pronomes, no gênero <i>aula</i>	92
TABELA 04: Modos verbais no gênero <i>apresentação</i>	93
TABELA 05: Especificação das ocorrências dos tempos verbais nos pronomes, no gênero <i>apresentação</i>	93
TABELA 06: Modos verbais no gênero <i>entrevista</i>	94
TABELA 07: Especificação das ocorrências dos tempos verbais... nos pronomes, no gênero <i>entrevista</i>	94
TABELA 08: A forma verbal simples ou composta nos gêneros.... textuais e nos pronomes <i>nós, a gente e você</i>	97
TABELA 09: Tipos de verbos no gênero <i>aula</i>	101
TABELA 10: Tipos de verbos no gênero <i>apresentação</i>	101
TABELA 11: Tipos de verbos no gênero <i>entrevista</i>	102
TABELA 12: Tipos de verbos com o pronome <i>nós</i>	102
TABELA 13: Tipos de verbos com o pronome <i>a gente</i>	103
TABELA 14: Tipos de verbos com o pronome <i>você</i>	105
TABELA 15: Tipos de orações com o pronome <i>nós</i>	106
TABELA 16: Tipos de orações com o pronome <i>a gente</i>	108
TABELA 17: Tipos de orações com o pronome <i>você</i>	109
TABELA 18: Comentário do locutor: inclusão ou exclusão nos gêneros textuais e nos pronomes <i>nós, a gente e você</i>	111
TABELA 19: Grau de indeterminação: completo ou parcial nos gêneros textuais e nos pronomes <i>nós, a gente e você</i>	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.....	17
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
1.1 A TEORIA FUNCIONALISTA.....	17
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRONOMES PESSOAIS.....	23
1.2.1 Exposição geral.....	23
1.2.2 As mudanças no sistema de traços.....	30
1.2.2.1 Noção de pessoa.....	30
1.2.2.2 Noção de número.....	35
1.2.2.3 Noção de gênero.....	36
1.2.2.4 A gente.....	39
1.2.2.5 Nós.....	43
1.2.2.6 Nós x a gente.....	44
1.2.2.7 Você.....	47
1.2.2.8 As variações nas formas Vós e Tu.....	49
1.2.2.9 A intercambabilidade dos pronomes.....	50
1.2.3 OS PRONOMES E A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO.....	52
1.2.3.1 Indeterminação ou indefinição.....	52
1.2.4 GÊNEROS TEXTUAIS.....	60

CAPÍTULO II	64
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	64
2.1 COLETA DE DADOS E DIVISÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS: AULAS, APRESENTAÇÕES E ENTREVISTAS	64
2.2 QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS.....	67
2.3 PARÂMETROS DE ANÁLISE.....	69
2.3.1 A forma antecedente.....	69
2.3.2 Tempo/modo verbal.....	71
2.3.3 Forma verbal.....	73
2.3.4 Tipos de verbos.....	73
2.3.5 Tipos de orações.....	75
2.3.6 Comentário do locutor.....	77
2.3.7 Graus de indeterminação.....	78
CAPÍTULO III	81
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS	81
3.1 A FORMA ANTECEDENTE.....	81
3.2 TEMPO/MODO VERBAL.....	88
3.3 FORMA VERBAL.....	96
3.4 TIPOS DE VERBOS.....	101
3.5 TIPOS DE ORAÇÕES.....	106
3.6 COMENTÁRIO DO LOCUTOR.....	111
3.7 GRAUS DE INDETERMINAÇÃO.....	114

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXO A.....	130

INTRODUÇÃO

A descrição da língua portuguesa é uma tarefa constante e longe de ser finalizada. Tanto é que, embora estruturas linguísticas possam ser passíveis de análise, a variabilidade linguística que emerge, sobretudo, da oralidade não se apresenta conhecida por completa ou ao menos devidamente identificada e explicitada em muitos dos casos.

Nos últimos anos, muitas pesquisas foram desenvolvidas a respeito da inserção, principalmente, da forma *a gente* no quadro dos pronomes pessoais como variante para equivaler a pronome de primeira pessoa do plural, em detrimento do tradicional *nós* (LOPES, 1993 E 1999; MONTEIRO, 1991; MACHADO, 1995; OMENA, 1986).

A forma pronominal *você* também sofreu transição dentro da Gramática Tradicional: de pronome de tratamento passou a pronome pessoal, ocupando lugar do então *tu* no singular e o lugar do pronome *vós* na sua forma pluralizada, o qual hoje é empregado somente no uso formal (ANDRADE, 2004; MACHADO, 2006; MONTEIRO, 1994).

De acordo com a gramática normativa de língua portuguesa existe um padrão considerado para os pronomes pessoais: *eu, tu ele(a), nós, vós, eles(as)*. Além disso, ela minimiza o grau de relevância e incidência da indeterminação do sujeito, ou seja, consideram-se somente algumas formas, enquanto outras, que fazem parte de diversas análises linguísticas da língua falada e da língua escrita do português brasileiro, não são mencionadas (ALMEIDA, 1992; MONTEIRO, 1994; LOPES; 2003, MENON, 2006; NEVES, 2000).

Estudos linguísticos mais recentes defendem o uso cada vez mais comum de formas pronominais (1-3) como estratégias para indeterminar o sujeito, ao lado e/ou concorrendo com aquelas previstas pela tradição gramatical: verbos intransitivos (4) ou transitivos indiretos (5) acompanhados da partícula *se* (índice de indeterminação do sujeito); verbos na terceira pessoa do plural sem referência anterior (6).

- 1) **(Nós) vivemos** com medo no Rio de Janeiro¹;
- 2) **A gente** vive com medo no Rio de Janeiro;
- 3) **Você** vive com medo no Rio de Janeiro;

¹ Exemplos retirados de Pontes (2008).

- 4) **Vive-se** com medo no Rio de Janeiro;
- 1) **Precisa-se** de vendedores;
- 2) **Apelaram** da sentença.

Ainda há autores (NUNES, 1990; CAVALCANTE, 1999; etc.) que apontam a questão do clítico *se* com verbos transitivos diretos, os quais não são bem quistos pelos gramáticos como formas de indeterminar o sujeito, pois se parte do pressuposto de que, nesse caso, há um sujeito paciente que precisa manter a concordância com o verbo.

- 3) Alugam-se **[apartamentos]** *sujeito* nessa região²;
- 4) Compram-se **[flores]** *sujeito* para as mães em maio.

Duarte (2002), em um estudo fundamentado em cartas de leitores e redatores do século XIX, apontou, por exemplo, que formas como *se* e *nós* eram empregadas como estratégias concorrentes e as mais frequentemente usadas para indeterminar o agente no período. A autora ainda ratifica a sua hipótese de que nas sentenças finitas com o clítico *se*, a não-concordância entre verbo e o argumento interno no plural era expressiva, e nas sentenças infinitivas o uso de *se* tanto como apassivador quanto como indeterminador era corrente no período, em uma alusão de que já existia a necessidade de assinalar a posição sujeito.

Outro estudo no português arcaico definia o vocábulo *homem* como estratégia pronominal de indeterminar o sujeito. *Homem*, no português medieval, fazia parte do quadro de pronomes indefinidos, mas esse uso se perdeu. O uso, porém, não era exclusivo do português arcaico, mas sim uma herança que as línguas românicas tomaram para si do Baixo Latim (ALI, 1971 e 2006). O emprego arcaico de *homem* está ligado à perda da referência do nome que, ao ser utilizado como pronome, pode admitir uma leitura impessoal, ou seja, referência zero. A pronominalização ou a gramaticalização do substantivo *homem*, contudo, não se efetivou, ao menos em português. Curioso observar, porém, que o francês foi a única língua românica que conservou esse uso no período atual (*on*).

Monteiro (1994) afirma não se ter ideia clara de quais os fatores que corroboram a seleção dos pronomes pessoais quando se almeja indeterminar o sujeito. Supõe, contudo, que sejam mais plausíveis os fatores de ordem pragmática, mas nada ainda

² Considere que, nos exemplos 07 e 08, o agente é indeterminado.

confirmado, uma vez que as pesquisas a respeito do assunto são poucas. Embora haja muitas pesquisas acerca de pronomes, os estudos poderiam começar pelas formas de indeterminação do sujeito em relação aos gêneros textuais, mostrando como agem os fatores pragmáticos.

O presente trabalho, por esse motivo, propõe como objetivo geral investigar o recurso da indeterminação o sujeito mediante os pronomes *nós*, *a gente* e *você* em *aulas*, *apresentações* e *entrevistas*. Após apresentar a existência da indeterminação com esses três pronomes, objetiva-se afirmar a hipótese de que os gêneros textuais são fundamentais para a incidência da indeterminação, ou seja, acredita-se que, ao serem aplicados os pressupostos metodológicos da análise, as ocorrências apresentarão maior ou menor grau de indeterminação, conforme o gênero. Os objetivos específicos serão explicitados a seguir:

1. Estudar os pronomes *nós*, *a gente* e *você* do português do Brasil em relação à indeterminação do sujeito.
2. Descrever os pronomes *nós*, *a gente* e *você*, segundo a concepção funcionalista, a qual privilegia o uso como forma de interação social.
3. Analisar o grau de indeterminação e outros fatores que corroboram para o uso indeterminado de tais pronomes no português do Brasil.
4. Investigar a hipótese de que os gêneros textuais influenciam a escolha pela forma indeterminada.

A escolha de tais critérios de análise justifica-se pelo fato de a classe dos pronomes pessoais ser uma das classes mais heterogêneas da língua portuguesa, daí o interesse em investigá-la mais a fundo. Utiliza-se, para tanto, pressupostos de base funcionalista e estudos já pontuados, como a pesquisa de Monteiro (1994) acerca da recategorização da classe dos pronomes pessoais no português do Brasil.

Embora se reconheça que fatores da Sociolinguística Variacionista Laboviana sejam importantes para o levantamento do *corpus*, assim como para delinear a frequência de uso por faixa etária, sexo, região geográfica, entre outros, esta pesquisa se pauta somente em fatores linguísticos, mais estritamente no estudo funcional de sujeito indeterminado dessas formas pronominais no português do Brasil. Parte-se, portanto, de um estudo de base funcionalista, o qual tem como principal objetivo a língua em uso. O Funcionalismo se salienta entre os estudos linguísticos por ser uma corrente que prioriza

a universalidade dos usos reais da língua como forma de explicar a linguagem por meio de interação entre os falantes. Além disso, o funcionalismo analisa estruturas suscetíveis a mudanças e não como objeto autônomo, análise proposta pelos formalistas.

Quanto à organização estrutural, o trabalho se divide em: introdução, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, análise e discussão dos dados e considerações finais. No capítulo 01, apresenta-se a fundamentação teórica, a qual parte do princípio da corrente funcionalista como base e sustentação do trabalho. Em seguida, são expostas considerações gerais sobre os pronomes pessoais, desde a visão tradicional das Gramáticas até a reestruturação da classe dos pronomes pessoais feita por Monteiro (1994). No capítulo, ainda se explanam alguns conceitos relativos às mudanças no sistema de traços de pessoa, número e gênero para depois destacar, de forma breve, as considerações históricas demandadas acerca dos pronomes *a gente*, *nós* e *você*, assim como a possibilidade de permuta entre eles. Em seguida, o trabalho parte para explicação da indeterminação do sujeito e os conceitos sobre gêneros textuais.

No segundo capítulo, há a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na composição e realização da pesquisa. Ou seja, descrevem-se, nessa parte, os procedimentos de coleta e transcrição dos dados de língua oral e da quantificação dos dados pelo programa Systemic Coder. Ainda nos procedimentos, explicita-se a definição de alguns conceitos e critérios adotados para análise que justificam a escolha dos fatores que legitimam a indeterminação do sujeito. O *corpus* utilizado na pesquisa faz parte do banco de dados do Funcpar (Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná), o qual tem como objetivo promover discussões a respeito de tópicos relacionados à descrição linguística e ao ensino de gramática com base no modelo teórico do Funcionalismo, ou seja, difundir um modelo de gramática que privilegia e língua em uso e a sua reflexão.

No terceiro capítulo, apresentam-se a análise e a discussão dos resultados obtidos. Insere-se aqui a discussão do conjunto de parâmetros que indica a indeterminação dos sujeitos *nós*, *a gente* e *você* nos gêneros textuais propostos.

As considerações finais retomam os objetivos elencados e evidenciam as perspectivas para futuras investigações.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A TEORIA FUNCIONALISTA

Nas chamadas *teorias formalistas*, com realce para o gerativismo e no estruturalismo, a língua é concebida como um instrumento autônomo, em que se prioriza a forma em vez do uso linguístico. Nas *teorias funcionalistas*, a língua é entendida como meio de interação comunicativa, ou seja, considera-se fundamental para o estudo a função dos elementos linguísticos na comunicação.

Por uma concepção mais abrangente sobre o estudo funcionalista, salientam-se, neste capítulo, algumas acepções a respeito da origem e das linhas de pesquisa de base funcionalista. Primeiramente, a origem da ciência linguística foi marcada com a publicação do *Cours de linguistique générale*, em 1916. Sua primeira expressão, porém, ocorreu somente alguns anos mais tarde em trabalhos de cunho estruturalista do Círculo Linguístico de Praga.

Nos estudos estruturalistas, Saussure afirma que os objetos são criados por diferentes pontos de vista e a língua é entendida como um sistema a partir de um paradigma formal, ou seja, prioriza-se a língua em sua totalidade em relação aos elementos que a compõem. Martelotta (2003) afirma que o termo “sistema” mais tarde foi substituído pelo termo “estrutura”, pois já que a língua é um sistema organizado, cabe analisar então a sua estrutura.

De acordo com conceitos de Lucchesi (2004, p. 83):

Para os linguistas de Praga, **estrutura** e **função** são duas noções indissociáveis, donde a denominação de sua concepção da língua como **estrutural e funcional**. Dessa forma, a concepção da estrutura linguística torna-se mais comprometida com o modo de existir concreto da língua, com seu funcionamento efetivo e com sua função social.

Após o Congresso Internacional dos Linguistas, realizado em Haia, em 1928, o Círculo foi documentado e recebeu o título de *Teses do Círculo de Praga*. Os interesses para os trabalhos realizados, nessa escola, estavam voltados tanto para a linguística

quanto para a teoria literária. Seu aspecto fundamental, no entanto, estava inserido no estudo fonológico.

Outra contribuição, não menos importante, deu-se no estudo da ampliação, voltado para o estudo histórico da língua, ou seja, estruturalismo diacrônico. Além disso, esse estudo começou a entender a língua com uma visão diferente da de Saussure. Os funcionalistas da Escola de Praga foram além dos estudos fonológicos: eles realçaram o caráter multifuncional da linguagem e influenciaram profundamente os trabalhos posteriores, com especial atenção para os dois divulgadores importantes do pensamento linguístico internacional da Escola de Praga: Roman Jakobson e André Martinet.

Em síntese, os estudos do Círculo Linguístico de Praga reduzem-se, de princípio, somente a análises que compreendiam as dependências internas dos elementos da língua. Embora a concepção formalista se restringisse à forma linguística, a ligação de linguistas com as influências de correntes filosóficas e psicológicas permitiu uma nova visão do sistema linguístico.

De acordo com Martelotta e Areas (2003, p.18), a nova concepção foi associada à teoria da *Gestalt*, principalmente, por influência do psicólogo alemão Karl Buhler, o qual “via a função como um elemento essencial à linguagem”. A partir dessa relação com o psicólogo alemão, portanto, é que surgiu o aspecto funcionalista do estruturalismo de Praga.

Butler (2005) afirma que o termo funcionalismo é empregado para classificar várias teorias linguísticas, as quais se opõem ao estruturalismo. Dessa forma, constata-se que, mesmo dentro da teoria, existem diferentes abordagens. De acordo com Nichols (1984), essas abordagens podem ser divididas em três grupos, a saber: funcionalismo conservador, funcionalismo moderado e funcionalismo extremado. O primeiro apresenta mais uma extensão ao modelo formalista do que propriamente uma alternativa às teorias formalistas, já que apenas acrescenta princípios funcionais à análise formalista padrão, e não um modelo de análise da estrutura. O funcionalismo moderado, por sua vez, recusa os princípios formalistas e propõe um modelo de análise que leva em conta a influência da semântica e da pragmática na análise da estrutura. Já o funcionalismo extremado nega a realidade da estrutura linguística. Além disso, considera que a gramática é profundamente determinada pelo discurso.

Assim como existem abordagens diferentes, há também diferenças entre o funcionalismo europeu e o norte-americano. Dentre os estudos funcionalistas abordados na Europa, destacam-se a Gramática Funcional de Dik (*Functional Grammar* – FG) e a

Gramática Discursivo Funcional (*Functional Discourse Grammar* – FDG) e a Gramática Sistemico-Funcional de Halliday (*Systemic Functional Grammar* – SFG). De acordo com Van Valin (2002), a FG é de origem holandesa e caracteriza-se como uma teoria moderada, assim como a FDG, enquanto a SFG fica entre a o funcionalismo moderado e o funcionalismo extremado. Nos Estados Unidos, prevalecem duas abordagens: o conjunto de trabalhos realizados por um grupo de pesquisadores da Califórnia, conhecido como Funcionalismo da Costa-Oeste dos EUA (*West Coast Functionalism* – WCF) e a Gramática de Papel e Referência (*Role and Reference Grammar* – RRG). Ainda para Van Valin, o WCF é caracterizado como um funcionalismo extremado, ao passo que a RRG é uma teoria moderada.

Embora as abordagens tenham diferenças, todas compartilham de um mesmo ideal: reunir os diversos elementos da linguagem separados pelo formalismo. Esses elementos são propriedades que implicam relações com os constituintes referentes à construção em que ocorrem. Dessa forma, as relações funcionais podem ser distribuídas em três diferentes níveis: a) a sintaxe, perspectiva formal da qual se apresenta o “estado de coisas” na expressão linguística, como *sujeito* e *objeto*; b) a semântica, a qual especifica os papéis desempenhados pelos referentes dentro do “estado de coisas”, por exemplo, *agente*, *paciente* e *meta*; c) a pragmática, que explicita o estatuto informacional dentro do contexto de comunicação, por exemplo, *tópico*, *foco* e *figura e fundo*.

Dessa forma, a abordagem funcionalista procura compreender e apontar as regularidades ressaltadas no uso interativo da língua, avaliando as condições discursivas em que se averigua esse uso. Cunha (2008) afirma, contudo, que a análise funcionalista se fundamenta em “trabalhar com dados reais de fala ou escrita retirados de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases inventadas, dissociadas de sua função no ato da comunicação” (CUNHA 2008, p. 158).

Neves (2004, p.47) faz uma adaptação da distinção feita por Dik (1989), por meio do quadro abaixo:

	Paradigma Formal	Paradigma Funcional
Como definir a língua	Conjunto de orações.	Instrumento de interação social.
Principal função da língua	Expressão dos pensamentos.	Comunicação.
Correlato psicológico	Competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações.	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua.
O sistema e seu uso	O estudo da competência tem	O estudo do sistema deve

	prioridade sobre o da atuação.	fazer-se dentro do quadro do uso.
Língua e contexto/situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação.	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto.
Aquisição da linguagem	Faz-se com uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não-estruturado de dados.	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural.
Universais linguísticos	Propriedades inatas do organismo humano.	Explicados em função de restrições comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais.
Relações entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica.	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica.

Uma gramática de base funcionalista, contudo, tem como objetivo investigar o uso das expressões linguísticas na interação verbal. Dessa forma, verifica-se que além de conceber a língua como um instrumento de comunicação em suas diversas situações de uso e admitir que esta não pode ser tratada como um objeto autônomo, as estruturas linguísticas são estudadas sob o ponto de vista funcional. Nesse intuito, os estudos de uma língua natural, fundamentados em conceitos funcionalistas, têm como objetivo o interesse em analisar como a comunicação com essa língua se efetiva, ou como os usuários utilizam a língua para se comunicarem de forma competente, considerando as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo que cada uma é vista como um diferente modo de significação na oração.

Neves (2004) destaca que *função* e *funcional* são termos sempre utilizados na Escola Linguística de Praga, mas nunca com uma definição única, ou até mesmo sem definição alguma, o que torna difícil uma interpretação definitiva dos usos dos termos. Além disso, tais usos passam por modificações quando analisados em diferentes domínios e fenômenos linguísticos, o que mostra as variações entre autores.

Para Halliday (1973), “o sistema linguístico está intrinsecamente ligado ao sistema social, ao uso”, por isso, não considera que *função* esteja relacionada ao modo como as classes de palavras ou sintagmas se comportam nas estruturas das unidades maiores, mas em relação “ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados” (NEVES, 2004, p.8).

Como apresentado, no modelo de Halliday, Van Valin (2002) observou um funcionalismo que conserva aspectos de um funcionalismo moderado e do funcionalismo extremado. Dessa forma, possui uma visão de linguagem baseada no discurso, porém não nega a realidade da estrutura. O modelo de Halliday é denominado *top-down*, isto é, parte do texto até os níveis mais baixos da estrutura gramatical.

Para Halliday, o sistema linguístico está intrinsecamente ligado ao sistema social, ao *uso*. Observa-se no modelo o estabelecimento de uma relação sistemática entre a análise linguística e o contexto de ocorrência dos enunciados. Além disso, a perspectiva de Halliday, nos estudos referentes à linguagem, leva em consideração um conjunto de situações comunicativas, nas quais ocorre um processo linguístico. O autor ainda destaca que esse conjunto de situações comunicativas corresponde aos interlocutores, às condições de produção e à dinâmica do ato comunicativo, enfim.

Assim, Halliday formulou um esquema em que, de acordo com sua concepção, as funções básicas da comunicação se dividem da seguinte forma: a) ideacional, na qual a linguagem tem como finalidade e manifestação de conteúdos que estejam ligados à experiência do falante; b) interpessoal, que abrange todos os usos da língua como forma de interação, expressando relações sociais e pessoais, as quais compreendem todas as formas de intervenção do falante na situação de fala e no ato de fala; c) textual que está relacionado ao fluxo de informação e organização do texto por meio do sistema temático. Considera-se que a função textual é um instrumento das duas funções anteriores, uma vez que o ato comunicativo sempre requer uma elaboração de discursos, e esta função é que possibilita o falante a criar um texto. Essas metafunções, contudo, ocorrem simultaneamente nas realizações linguísticas.

De acordo com as acepções de Van Valin (2002), somente o funcionalismo intitulado como moderado é que propôs alternativas de análises linguísticas, desenvolvendo teorias explicativas. Neste aspecto, o autor aponta o modelo de Simon Dik, o qual identifica a inadequação de um formalismo e apresenta alternativas funcionalistas que realçam a relevância da semântica e da pragmática para a análise da estrutura linguística.

Dik (1989) afirma que a gramática funcional é interpretada como uma teoria que trabalha com a organização das línguas naturais, pois ele observa que no uso comunicativo estão envolvidas, além da função linguística, funções humanas que interagem umas com as outras. Dik (*apud* NEVES, 2004, p.25) ainda acrescenta que “a gramática funcional constitui uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento

satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria de interação verbal”.

Juntamente com a capacidade linguística, com a qual o falante de língua natural produz e interpreta expressões linguísticas, há outras quatro capacidades vinculadas à comunicação humana: a) capacidade epistêmica: o falante é capaz de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado; b) capacidade lógica: com conhecimento acumulado, o falante é capaz de compor outras parcelas de conhecimento por meio de regras de raciocínio lógico, com princípios da lógica dedutiva e probabilística; c) capacidade perceptual: o falante pode perceber o ambiente e utilizar essa percepção para produzir e interpretar expressões linguísticas; d) capacidade social: o falante tanto sabe o que dizer quanto como dizer, adequando socialmente seu discurso para atingir seus objetivos comunicativos.

Segundo Dik (1989) há ainda dois tipos de sistemas de regras de que os falantes fazem uso para a realização da comunicação, a saber: as regras que governam a constituição das expressões linguísticas (semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas); e as regras pragmáticas, as quais governam os padrões de interação verbal.

Nos Estados Unidos da América, a Linguística Funcional é representada, por exemplo, por Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson, Wallace Chafe, dentre outros. Uma característica comum nos trabalhos desses autores é a investigação baseada no uso, que representa uma tentativa de explicar a forma linguística a partir de funções mais frequentes que ela desempenha na interação, admitindo a adaptação da estrutura gramatical às necessidades cognitivas e comunicativas dos usuários da língua.

Diante disso, afirma-se que a proposta comum a todos os modelos funcionalistas é a de que a língua é um instrumento com fins comunicativos, no qual “o propósito do ato de fala, seus participantes e seu contexto discursivo” desempenham papel relevante e influenciam as estruturas linguísticas. Isso implica dizer que a língua não é um objeto autônomo (MODESTO, 2006). Ela é um instrumento de comunicação cuja estrutura depende da situação interacional e de fatores como a cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução (NEVES, 2000, p. 3). Além disso, ela possui uma extensão infinita, isto é, não é exaustiva (HALLIDAY); seu uso nos traz a noção de função, princípio pelo qual é possível analisar sua organização e modo de utilização.

A escolha pela escola funcionalista, portanto, se pontua pelo fato de o trabalho estar voltado para a análise de língua falada. Como o funcionalismo privilegia o uso em vez da forma como interação social, buscou-se investigar o uso de pronomes

gramaticalizados *a gente* e *você* e o pronome tradicional *nós* como forma de indeterminar o sujeito em aulas, apresentações de trabalhos e entrevistas. Outro aspecto importante para a escolha pelo funcionalismo é de afirmar que, mesmo em gêneros textuais que admitam a norma culta, há uma predisposição para o uso de pronomes não privilegiados pela Gramática Normativa, mas que encontram abrigo no uso.

1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRONOMES PESSOAIS

1.2.1 Exposição geral

Como o trabalho apresenta a ideia de uma reestruturação das classes dos pronomes, com especial atenção aos pronomes pessoais, ressaltam-se, inicialmente, algumas designações a eles transferidas.

Preferiu-se inicialmente apresentar brevemente o estudo das classes de palavras. De acordo com Ilari e Basso (2006), as classes de palavras servem para constatar que, em toda língua, há conjuntos numerosos de palavras que tendem a ter as mesmas características morfossintáticas e funcionais³, e podem ser descritas de uma mesma maneira.

As classes de palavras que tradicionalmente se conhecem na língua portuguesa classificam as palavras de acordo, por exemplo, com as funções que elas exercem nas orações, são elas: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numeral, advérbio, preposição, interjeição e conjunção. Câmara Jr. (2006), porém, traz uma redefinição para essa classificação. Para ele, as classes de palavras deveriam ser sintetizadas, o que resultaria um “enxugamento” das classes de palavras para uma classificação que atendesse mais às necessidades dos estudiosos e aprendizes da língua, sem muita heterogeneidade em seus critérios. Assim, a classificação dos vocábulos formais divide-se em três critérios: critério semântico - relaciona-se ao universo biossocial em que a língua está incorporada; critério morfológico – baseia-se na unidade mórfica da língua; critério funcional - atém-se ao papel que o vocábulo tem diante da sentença. Os dois primeiros, no entanto, estão ligados pelas unidades de forma e de sentido, compondo o critério morfossemântico.

³ Destaca-se, porém, que a classificação tradicional das classes de palavras nem sempre se baseia em critérios funcionais.

Dessa forma, o autor divide os vocábulos formais em *nomes*, *verbos* e *pronomes*. Os nomes atêm-se às coisas ou seres e podem se flexionar em gênero e em número; neles se enquadram os substantivos e os adjetivos. Os verbos, por seu turno, correspondem a processos e flexionam-se em modo, tempo, número e pessoa.

Por designações, Câmara Jr. (2006) afirma que os pronomes “se caracterizam pela noção gramatical de pessoa e em que ela consiste. É uma noção que se expressa pela heteronímia, em vez de flexão, ou seja, pela mudança do vocábulo gramatical” (2006, p. 117).

Mattos e Silva (1989), por sua vez, caracteriza os pronomes como determinantes, definindo-os não somente como elementos que substituem um nome, mas como todos os elementos que circundam o núcleo.

Vilela e Koch (2001) explicam a origem do pronome pelo termo *Pro-Nomen*, o qual traduz um valor de “relação” entre as classes pronome e nome (ou substantivo). Além disso, explicitam que os pronomes assinalam uma lista *fechada* de formas com algumas características: flexionam em gênero e em número (normalmente); não são comparáveis; são termos que ganham importância denotativa na referencialidade do texto ou circunstância.

Said Ali (1971), diante de um critério sintático, entende que todo pronome ou é um substantivo ou é um adjetivo, além de ressaltar que o pronome-substantivo se caracteriza como pronome absoluto, enquanto o pronome-adjetivo se caracteriza como pronome adjunto.

Para Ilari e Basso (2006), o pronome é uma das classes mais heterogêneas, pois faz parte de uma junção de palavras com funções distintas, reunidas por gramáticos que trabalham, na prática, com várias subclasses de pronomes, a fim de amenizar essa junção aglomerada. Dessa forma, têm-se as seguintes subclasses: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos e interrogativos.

Bechara (2004) afirma que “pronome é a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto” (2004, p.162). A referência do pronome, contudo, está ligada à pessoa do discurso, ou seja, a primeira pessoa (eu), que corresponde ao falante, e a segunda pessoa (tu), que corresponde ao ouvinte; a terceira pessoa é considerada indeterminada, pois corresponde a outra pessoa do ato comunicativo (a não-pessoa de Benveniste).

Segundo Lopes (2003), embora se saiba que substantivo e pronome têm semelhanças sintáticas entre si, como núcleo do sujeito, sintagmas preposicionados e

complementos, há uma diferença fundamental entre eles: os pronomes normalmente não são antecidos por determinantes, principalmente os pessoais, o que é possível com os substantivos, funcionando como núcleos isolados no sintagma nominal (SN). Alguns pronomes, porém, articulam-se com artigos, por exemplo, *o seu, um outro*. Lopes (2003) aponta três características particulares dos pronomes:

A noção de pessoa gramatical, situando a referência do pronome em função do falante (*eu, nós*), do ouvinte (*tu/você, vós/vocês*), ou fora da alçada dos dois (*ele/ela, eles/elas*); a noção de caso – variação de forma de acordo com o caso (*eu nominativo x me/mim acusativo e genitivo*); e o gênero neutro – referência a entidades inanimadas (*isso/aquilo*). (LOPES, 2003; p. 106)

Em relação aos pronomes pessoais, as gramáticas tradicionais os classificam em três pessoas do discurso, a saber: quem fala, com quem se fala e de quem/que se fala, as quais podem admitir formas no singular e correlativo no plural. Em suma, o quadro tradicional assim se constitui⁴:

	Singular	Plural
1ª. Pessoa	Eu	Nós
2ª. Pessoa	Tu	Vós
3ª. Pessoa	Ele/Ela	Eles/Elas

As descrições tradicionais, porém, ainda insistem na característica da substituição para a classe dos pronomes, emergindo a ideia de que a língua não se renova, ficando estática em relação aos conceitos propostos por linguistas. Dubois (1965, p.103) afirma que “a substituição é a principal função da classe dos pronomes e dos adjetivos chamados pronominais; é ela que lhes confere o nome genérico de substitutos”. Hall Jr. (1967, p.164) afirma que “os pronomes pessoais envolvem normalmente pura substituição como sua principal função semântica e gramatical”.

De acordo com Bechara (2004), os pronomes pessoais assinalam as duas pessoas do discurso e a não-pessoa, ou seja, o “não-eu” o “não-tu”. As pessoas, por sua vez, subdividem-se em: eu, tu, ele, (a), nós, vós, eles, (as). Os pronomes pessoais também são classificados como pronomes pessoais retos e pronomes pessoais oblíquos, os últimos são divididos em duas classes: átonos (sem o uso de preposição) e tônicos (com uso de preposição).

De acordo com Neves (2000), os pronomes pessoais têm função interacional e textual, ou seja, representam, na oração, os papéis do discurso – fala; garantem a continuidade do texto, fazendo referência a elementos do próprio texto. Além disso, os

⁴ O quadro foi retirado de Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 164.

personais têm dois eixos: um que se caracteriza como subjetivo, pois abriga as pessoas que possuem papel discursivo, isto é, primeira e segunda pessoas do singular (locutor e receptor); outro que se distingue pelo não-subjetivismo, o qual abriga pessoas ou coisas que não fazem parte da interação verbal – entidades a que se faz referência na fala, terceira pessoa do singular ou a não-pessoa, determinada ou indeterminada no discurso.

A autora ainda alude ao fato de os pronomes pessoais terem natureza fórica, isto é, terem capacidade de fazer referência pessoal a uma pessoa ou coisa (função anafórica e catafórica), normalmente usada pelos pronomes de terceira pessoa; referência a um dos interlocutores (função exofórica ou dêitica), normalmente usada pelos pronomes de primeira e segunda pessoas.

Para o tópico “Pronome de Tratamento”, Bechara (1967, p. 117) salienta que “o substantivo “gente”, precedido do artigo “a” e, em referência a grupo de pessoas em que se inclui a que se fala, ou a esta sozinha, passa a pronome e se emprega fora da linguagem cerimoniosa. Em ambos os casos, o verbo fica na 3ª pessoa do singular”. Não muito diferente acontece com o pronome *você(s)*, o qual é considerado como pronome de tratamento, pronome de segunda pessoa indireta, forma substantiva de tratamento, entre outras, que designa a segunda pessoa e leva o verbo para terceira pessoa. Apesar de fazer referência à segunda pessoa do discurso, as gramáticas não preveem combinação com pronomes de segunda gramatical (*te, ti, teu, teus; vos, vós, vosso, vossos, vossa, vossas*).

Said Ali (1964, p.66) assevera que os pronomes indefinidos caracterizam-se por fazerem parte de “uma série de pronomes aplicáveis à terceira pessoa do discurso quando esta tem sentido vago e indeterminado”. Dessa forma, o emprego de *a gente* está ligado à perda da referência do nome que, ao ser utilizado como pronome, pode admitir uma leitura impessoal, ou seja, referência zero.

Neves (2000), por sua vez, considera o sintagma como pronome pessoal, porém salienta que o termo é considerado somente no registro popular e na linguagem coloquial, ou seja, o sintagma *a gente* é usado para a indeterminação do sujeito tanto quanto o pronome nós. “A indeterminação, porém, não é total, já que, na forma NÓS, pelo menos uma referência é determinada, porque sempre está incluído o falante (o EU)” (Neves, 2000, p. 465). A autora ainda menciona o sintagma para referência ao pronome NÓS – *Depois a gente conversa*; e para referência genérica que inclui todas as pessoas do discurso – *Nessas horas a gente não pensa em nada, perde a cabeça*⁵.

⁵ Os exemplos foram retirados de Neves, 2000, p.469.

De acordo com os estudos de Monteiro (1994), o quadro tradicional é incoerente, pois identifica *nós* e *vós* como plurais de *eu* e *tu*, o que já estabelece um equívoco, uma vez que não há flexão e, sim, heteronímia. Além disso, não inclui as formas *você/a gente* como pronomes pessoais, já que são usadas na linguagem coloquial.

O autor salienta que o sistema dos pronomes pessoais tem passado por várias mudanças, algumas já delineadas e outras em curso. A partir daí, ele apresenta o emprego de *a gente* em lugar de *nós*: “o pronome *nós* está sendo substituído por *a gente* em todas as faixas etárias, a investigação apontou como fatores linguísticos para a interpretação da regra variável o grau de saliência fônica, o tempo verbal e a saliência posicional” (MONTEIRO, 1988, p. 139).

Outro fator relevante para o autor é que como o sintagma não se lançou somente como substituto de *nós* é preciso atentar devidamente para a tendência de mudança. Para ele, a mudança também se deu devido a um intuito de indeterminação do sujeito.

Aliás, foi talvez um desejo de ocultação do *eu* (efeito ou indício de uma era de massificação?) que levou os falantes do português do Brasil a utilizar estratégias que mudam o caráter preciso e definido do sujeito pronominal de primeira pessoa (*eu* ou *nós*) para um sentido geral ou indefinido, que já se estende a todas as pessoas gramaticais. E este constitui um dos principais valores da expressão *a gente*, classificada até por alguns estudiosos, não como pronome pessoal, mas como indefinido. (MONTEIRO, 1988, p.139)

Ainda em desacordo com algumas proposições em relação às características tradicionais arroladas para o assunto, Monteiro (1994) aponta que os pronomes, desde a Antiguidade greco-romana, já eram alvos de discussões por causa de algumas funções a eles atribuídas, a saber: nem todos os pronomes têm como função substituir e muito menos substituir um nome, além disso, algumas expressões designadas como substitutivas não se equivalem necessariamente a um pronome.

O autor só por essa definição alude e afirma que, reservar aos pronomes a característica da substituição, evidencia um problema, pois se o pronome ocorre no enunciado, então, a relação deveria ser muito mais de ordem semântica do que propriamente de ordem sintática. A substituição de um elemento linguístico não é característica somente dos pronomes, pois mesmo sendo usados em lugar de um nome, preservam certos traços que não os condicionam para uma substituição perfeita. Com ênfase, destaca-se a marcação de indeterminação do sujeito, que, uma vez tencionada, sinaliza com maior razão que o caráter substitutivo deixa de existir. Além disso, Postal

(1969) adverte que os pronomes não apregoam o mesmo potencial semântico dos nomes e mantêm um comportamento sintático distinto, pois não se articulam com artigos.

Monteiro (1994) salienta que o significado pronominal não é algo fácil de explicitar, uma vez que as teorias semânticas nas quais os pronomes podem se encaixar são múltiplas e não raro conflitantes.

O que é mais salientado dentro dessa classe é a distinção das particularidades entre o conteúdo nominal e pronominal, os quais já vêm sendo estudados há tempos. Michel Lahud (1979 *apud* Monteiro, 1994) faz algumas designações de conceitos a partir das teorias dos gramáticos de Port-Royal, a saber: alguns apontam que o pronome *designa* as mesmas ideias expressas pelo nome, em vez de *descrevê-las*, ou seja, a distinção entre as duas classes se insere mais nos *modos de significação* do que nas significações propriamente ditas; já outros compreendem que o nome representa o ser *pela ideia de sua natureza*, enquanto o pronome apenas apresenta uma *relação pessoal com o ato de fala*.

Jespersen (1964 *apud* MONTEIRO, 1994) destaca que certos vocábulos, de acordo com a situação, têm um significado variável. Como exemplo, o autor destaca a classe dos pronomes pessoais, a qual permite um emprego extremamente difuso, uma vez que o seu significado depende do contexto.

Barrenechea (1962 *apud* MONTEIRO, 1994) elenca algumas características para os pronomes.

Os pronomes às vezes indicam objetos de nomes desconhecidos; costumam referir-se não apenas a objetos anteriormente designados, mas também aos que se fazem presentes no momento da enunciação, caso em que deixam de ter caráter substitutivo; é difícil determinar que vocábulos certos pronomes (os interrogativos, por exemplo) são capazes de suprir; não é raro um pronome seguir-se a um substantivo (*Ego, Caesar...*), quando então é absurdo imaginar que um esteja no lugar do outro; todo sujeito falante, ao referir-se a si mesmo, usa sempre a forma *eu*, o que mostra logicamente que *eu* é um elemento primário e não vicário (MONTEIRO, 1994, p.10).

A fim de instaurar uma solução mais viável ao quadro dos pronomes no português do Brasil, Monteiro (1994) propõe uma reorganização do quadro, já que a substituição de nomes não é a única função dos pronomes. Por isso, sugere que ou se reorganiza tudo para melhor compreensão ou se aproveita o que já está feito, atentando-se para as falhas de interpretação. Dessa forma, Monteiro (1994, p. 101-102) decide trabalhar com os seguintes pronomes em função de sujeito.

	Singular	Plural
--	----------	--------

1ª. Pessoa	Eu	Nós/ a gente
2ª. Pessoa	Você	Vocês
3ª. Pessoa	Ele/Ela	Eles/Elas/se

Monteiro (1994) inclui no seu quadro dos pronomes pessoais o *se*, o qual é caracterizado pela Gramática Tradicional como *índice de indeterminação*, não atribuindo a ele o estatuto de pronome pessoal e mesmo o de qualquer outra classe, considerando-o como um elemento marginal. Ladeira (1986, p. 53 *apud* Monteiro, 1994, p. 102) opõe-se aos conceitos aludidos pela Gramática Tradicional e afirma que

Assim como *alguém, ninguém, a gente* etc. são indicadores ‘materiais’ de um agente não definido, entendemos que o SE – nas mesmas condições – é o sujeito formalmente expresso na oração, não obstante nada esclarecer sobre a identidade do agente...

Monteiro (1994) ainda salienta que o *se* é um pronome pessoal indefinido, como qualquer outro pronome pessoal pode ser. Além disso, o *se* exerce a função de sujeito nas mesmas situações dos demais. Um fato expressivo para ele é que o sintagma *a gente* já se inclui entre os pessoais, uma vez que substitui o pronome *nós*; assim como a necessidade de interpretar tal expressão como alternativa também para o emprego de *você* ou *se*, com valor genérico ou indeterminado. Dessa forma, o autor conclui que se o pronome *você* e a expressão *a gente*, com sentido generalizante, podem ser caracterizadas como pronomes sujeitos, difícil é não aceitar um tratamento igual para o *se*. Além disso, é fácil perceber a troca do *se* por *a gente* ou *você* ou outros pessoais sem alteração de sentido, o que não ocorreria se fosse trocado com, por exemplo, o indefinido *alguém*.

Enquanto *você* viu as paredes subirem, então *você* sente que aquilo está ocorrendo, mas quando *se* começa o trabalho de emassar, de dar um acabamento, de colocar janelas, então *você* tem a impressão que isso nunca mais vai acabar, *a gente* olha para o chão... (4.RE.DID.M.I.) (Monteiro, 1994, p. 94)

O que fica e dificilmente será contestado ou, ao menos mudado, é o termo *pronome* em si. Sua definição etimológica, porém, deve ser revista em função de um aprofundamento maior sobre sua verdadeira natureza, ou seja, “sobre o significado e as funções que esse tipo de vocábulo exerce no enunciado” (MONTEIRO, 1994, p.10). Lopes (2003), compartilhando a mesma opinião de Monteiro, acrescenta a necessidade de uma revisão, que, primeiramente, busque uma definição mais coerente a respeito da classe dos pronomes e acerca da diferença entre nome e pronome.

Ao contrário do quadro apresentado pela Gramática Tradicional para designar os pronomes pessoais, Monteiro (1994) reavalia e propõe outro quadro, exposto anteriormente. Nele há a inclusão de formas utilizadas corriqueiramente na linguagem falada (intitulada por muitos como popular), como é o caso de *você/vocês/a gente*.

A partir desse novo quadro, é que surge a fundamentação do trabalho, o qual considera tanto *a gente* como *você* como pronomes pessoais.

1.2.2 As mudanças no sistema de traços

1.2.2.1 Noção de pessoa

De acordo com estudos abordados por Lopes (2003), a noção de pessoa está diretamente ligada à situação linguística, à enunciação, ao intercâmbio verbal, os quais implicam duas pessoas: o locutor (eu) e o interlocutor (tu). Como a terceira pessoa não pertence ao eixo do discurso, caracteriza-se como a “não-pessoa”, termo empregado por Benveniste (1988). Tem-se, portanto, que a terceira pessoa é o objeto da enunciação, ou seja, o enunciado.

O pronome de terceira pessoa, proposto pela Gramática Tradicional, tem origem no demonstrativo latino *ille*, flexionando em gênero (ele/ela) e em número (eles/elas), o que já não ocorre com os outros pronomes (eu/nós e tu/vós), os quais não são variações de um mesmo item, mas sim itens lexicais diferentes.

Benveniste (1988) apresenta os pronomes como fatos de linguagem, uns pertencem à sintaxe, outros ao que ele chama de *instâncias do discurso*. Segundo o autor, os pronomes que contêm a noção de pessoa são o *eu* e o *tu*, pois que *Eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém eu”. O *tu*, por sua vez, referencia a pessoa a quem o *eu* se refere no discurso. Já a terceira pessoa remete a uma situação objetiva, sendo assim considerada como *não-pessoa*. Dessa forma, não se considera o *nós* como o plural do *eu*, uma vez que este é *uma realidade de discurso singular* e marcada pelo momento de sua enunciação.

De acordo com Lopes (2003), o plural dos pronomes pessoais pode indicar: 1) a referência a dois ou mais seres que ocupam o mesmo lugar na interlocução (*vocês, meus alunos*); 2) a referência a dois ou mais seres que ocupam posições diferentes na interlocução (*nós = eu + você, eu + ele, etc.*); e 3) uma referência indeterminada, genérica.

Os pronomes de primeira pessoa e segunda pessoa têm sido usados largamente como recurso para indeterminar o sujeito. Na medida em que englobam a *não-pessoa*, tais pronomes pessoais adquirem certo grau de generalidade. O fato de que *a gente* e *você* abarcarem a *não-pessoa* está marcado na forma verbal de terceira pessoa do singular a eles associada.

A expressão *a gente* mantém o traço formal de terceira pessoa, pois se combina com verbos de terceira pessoa, por exemplo, *a gente* vai sempre à praia nas férias, porém a interpretação semântico-discursiva induziu a [+eu], pois inclui o falante. A concordância verbal, porém, sofre restrições e não é aceita pela Gramática Tradicional, quando usada em situação como: *a gente* brincava de boneca, pois era *nossa* brincadeira predileta. Frequentemente usada no português não-padrão, a frase, embora tenha concordância verbal com a terceira pessoa do singular, tem explanação semântica diferente, pois pressupõe que *a gente* seja interpretada como “falante + alguém”.

Para Monteiro (1994), algumas proposições são levantadas sobre os pronomes, entre elas a categoria de pessoa, a qual diz respeito ao uso indevido de elementos que não fazem parte do ato discursivo. Atenta-se para a noção de pessoalidade que deveria aplicar-se somente ao falante e ao ouvinte, porém há ressalvas.

De acordo com o raciocínio de Jespersen (1975a *apud* MONTEIRO, 1994),

A noção de primeira e segunda pessoa não existe para os pronomes em geral (*quem, tudo, nenhum* etc.). Se assim é, tais formas também não traduzem uma relação de pessoalidade e a rigor os únicos pronomes pessoais seriam os que se referem exclusivamente aos interlocutores do ato de fala. (MONTEIRO, 1994, p. 10)⁶

A noção de pessoa que costumeiramente aparece nos livros está relacionada a três elementos: o falante (*eu*), o ouvinte (*tu*) e alguém ou algo a que se faz referência (*ele*), porém Benveniste (1988) não aceita a forma como estão posicionados e classificados os pronomes pessoais. O autor, porém, não classifica no mesmo plano os pronomes *eu, tu* e *ele*, pois o pronome de terceira pessoa rompe a regularidade do sistema e se refere a objetos situados fora da enunciação, ficando somente os pronomes *eu* e *tu* como sendo pronomes referenciais.

Lyons (1968 *apud* Monteiro 1994) também tem algumas divergências sobre o esquema dado aos pronomes pessoais, o que implica considerar que há no quadro dos

⁶ Considere, pois, que os pronomes possessivos e demonstrativos também se relacionam à noção de pessoa.

pronomes pessoais descrições incoerentes. Dessa forma, destacam-se as distinções entrevistadas pelo autor:

O falante e o ouvinte se encontram obrigatoriamente presentes na situação, ao passo que outras pessoas e coisas a que se faz referência podem não só estar ausentes, mas até deixar de ser identificadas; os pronomes de primeira e segunda pessoas são necessariamente *definidos*, enquanto os de terceira podem também ser *indefinidos*; *eu* e *tu* se referem sempre a seres humanos; os pronomes de terceira pessoa nem sempre possuem este traço, já que constantemente se reportam a animais ou coisas; enquanto a primeira e a segunda pessoa são os membros positivos da categoria de pessoa, a terceira é uma noção essencialmente negativa, uma vez que não se refere aos participantes da situação do enunciado. (LYONS (1968, p. 291-292 e 1977a p. 638 *apud* MONTEIRO 1994, p.11).

Outra questão levantada relaciona-se às formas *tu* e *vós* que exprimem uma postura considerada arcaica, pois foram substituídas pelo pronome já gramaticalizado *você(s)*. O pronome *tu*, embora ainda seja usado em algumas regiões do Brasil, não exprime tanta relevância em detrimento de *você*. Além disso, o uso do pronome de segunda pessoa nem sempre concorda com a flexão verbal pretendida, sofrendo uma neutralização, ou seja, mesmo indicando segunda pessoa concorda com o verbo em terceira pessoa, o que as gramáticas da língua portuguesa denominam como impessoais, pois pronomes de terceira pessoa não participam do ato comunicativo.

- *Tu fez* alguma pergunta, André? (278.POA.EF.F.II.)⁷;
- sempre *tu tem* que considerar na leitura as duas letras separadas (206.POA.EF.F.I.);
- *eu acho* que *tu está* dizendo o óbvio (144.POA.DID.M.II.);
- *tu ri* ouvindo; ouvindo ela, *tu te distrai* (121.POA.DID.F.I.).

Por uma mudança social e encaixada e por uma simplificação das flexões verbais, a variante *a gente*, assim como a pronominalização de *você* em detrimento de *tu/vós*, está substituindo o pronome *nós*, o que simplifica o esquema de conjugação verbal, e torna a classe dos pronomes pessoais menos redundante, uma vez que cabe a esses pronomes a indicação de categoria de pessoa. Atenta-se, contudo, para uma transformação maior da língua: que o português seja uma língua de sujeito obrigatório, como assim aponta Kato (1985).

- Rosinha – A prima Maricota disse-me que era uma coisa de pôr *a gente* de queixo caído. (JÚNIOR, 1882, p. 165 *apud* LOPES, 2003);

⁷ Os exemplos apresentados foram retirados de Monteiro (1994).

- Mas, Deus é grande! Pensava Bom-Crioulo. Deus sabe o que faz: *a gente* não tinha remédio senão obedecer *calada*, porque marinheiro e negro cativo, afinal de contas, vêm a ser a mesma cousa. (Século XIX, Bom-Crioulo, 2001, p.44).

Bechara (2004) também afirma que são duas as pessoas do discurso: *eu*, que corresponde ao falante, e *tu*, que corresponde ao ouvinte. A terceira pessoa, como já foi observada pelos outros autores, caracteriza-se como indeterminada, já que aponta para outra pessoa que, por sua vez, não faz parte do ato comunicativo. Ainda de acordo com o autor,

do ponto de vista semântico, os pronomes estão caracterizados porque indicam *dêixis* (“o apontar para”), isto é, estão habilitados, como verdadeiros gestos verbais, como indicadores, determinados ou indeterminados, ou de uma *dêixis* contextual a um elemento inserido no contexto, como é o caso, por exemplo, dos pronomes relativos, ou de uma *dêixis ad oculos*, que aponta ou indica um elemento presente ao falante. A *dêixis* será anafórica se aponta para um elemento já enunciado ou concebido, ou catafórica, se o elemento ainda não foi enunciado ou não está presente no discurso. (BECHARA: 2004, p. 162)

Dessa forma, Bechara (2004) complementa que a *dêixis* também envolve a terceira pessoa do discurso, porém um tanto desprivilegiada quanto a primeira e segunda pessoa, as quais têm posição definida no discurso. Por não ter caráter definido, a terceira pessoa se classifica como indeterminada ou leva à indeterminação do sujeito, por exemplo, no caso da expressão gramaticalizada *a gente* e o pronome *você(s)*.

Câmara Jr. (1970) apresenta três características eminentes dos pronomes, a saber: a noção de pessoa gramatical, a qual não se difere de proposta por Bechara (2004); a noção de caso – [eu (nominativo) x me/mim (acusativo/genitivo)]; gênero neutro, o qual se refere a entidades inanimadas (isso/aquilo).

Benveniste (1988) considera a terceira pessoa como a ‘não-pessoa’ por natureza, pois não participa da comunicação entre falante x ouvinte. Dessa forma, tem-se o traço Ø para terceira pessoa.

De acordo com Lopes (1999), o traço Ø para pessoa implica dizer que, por exemplo, assim como o substantivo *gente* guardava esse traço, a expressão gramaticalizada *a gente* também o mantém, pois se combina com verbos na terceira pessoa (*a gente* vai ao cinema), porém houve alteração semântica de *gente* > *a gente*, uma vez que o falante está incluso (*a gente* costuma ir ao cinema aos finais de semana).

Benveniste (1988) ainda critica a forma de classificação uniforme dos pronomes em três pessoas. Para ele,

Ao alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme “pessoas” que se definem pela sua sucessão e relacionadas com esses seres que são “eu”, “tu” e “ele”, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudo-linguística diferenças de natureza *lexical*. Essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade de categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas. É preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las e não ser pelo que as diferencia. (BENVENISTE, 1988, p.248).

No tocante à noção de pessoa, Benveniste (1988) aborda com mais cuidado esse tema e salienta que é incorreta a apresentação dos pronomes em função de três pessoas do discurso, pois, como já se destacou, as duas primeiras pessoas diferem, e muito, da terceira. Para o autor, na primeira pessoa (quem fala) e na segunda pessoa (quem se dirige o enunciador) há, ao mesmo tempo, uma pessoa designada e um discurso sobre ela. Já para a terceira pessoa cabe somente a indicação de enunciado, porém não há nenhuma referência a uma pessoa do discurso, ou seja, do ato comunicativo. E para evidenciar, a ‘não-pessoa’ há desinência número-pessoal Ø, isto é, há a própria estrutura verbal.

Assim, Benveniste (1988) prefere conferir à noção de pessoa às posições de *eu* e *tu*. Outras considerações ainda são elencadas nos estudos de Machado (1988, p. 29-30):

- *eu* e *tu* são elementos de referência própria e única em cada ato comunicativo ao passo que *ele* pode ser uma porção de sujeitos ou mesmo nenhum;
- *eu* e *tu* são identificados basicamente na instancia do discurso (na enunciação), só têm existência no ato de fala que as profere, enquanto *ele* é identificado principalmente na instancia linguística (no enunciado);
- as posições de *eu* e *tu*, além de complementarem-se podem alternar-se no discurso (a que enuncia se dirige a outra que é concebida como *tu*, esta, por sua vez, pode tornar-se o enunciador e posicionar, então, o falante como *tu*), sendo, portanto, definidas uma em função da outra – relação que não é passível de especificar-se do mesmo modo entre uma das primeiras pessoas e a terceira.

Benveniste (1988), ao discutir a noção de pessoa, descreve a diferença existente entre as duas pessoas do discurso (*eu* e *tu*) e a ‘não-pessoa’ (*ele/ela*). Além disso, estabelece que uns estão relacionados à sintaxe da língua, enquanto outros advêm das “instâncias do discurso”, ou seja, aos atos pelos quais a língua é atualizada por seus falantes.

1.2.2.2 Noção de número

Em relação à categoria de número, o pronome *nós* é associado ao plural de *eu*, porém essa ideia de pluralidade só existe para os pronomes de terceira pessoa. Assim, *nós* não significa vários falantes da mesma maneira que *eles* o são. *Nós* não equivale ao plural de *eu*. Inclui antes uma referência a *eu* e é plural (LYONS, 1968). O pronome *nós* poderia ser tanto *eu+vocês*, *eu+você*, *eu+ele*, *eu+eles*, quanto *eu+alguém que não é você* ou *nem eu, nem você, mas qualquer pessoa*, facultando a esse elemento o aspecto genérico/indeterminado.

- *Nós* estamos aqui para esclarecer as dúvidas que vão surgindo (278.POA.EF.F.II);
- Nada mais *nós* temos a falar sobre a glândula (49.SSA.EF.F.II).

Em relação à pluralidade, Benveniste (1988) ressalta a discrepância entre plural pronominal e plural nominal. Frisa aqui o fato de que *eu* e *tu* no singular e *nós* e *vós* no plural não significa multiplicação, ao contrário, mostrar definição aberta e longa. Somente a ‘não-pessoa’ tem, de fato, pluralidade *ele/ela – eles/elas*. Nesse sentido, admite-se que a passagem de singular para o plural não constitui passagem simples, concebida por muitos autores, para os nomes. Delineia-se, no caso dos pronomes, a existência de vocábulos exclusivos e distintos para indicar a noção de número, ou seja, utiliza-se a noção de heteronímia (mudança do vocábulo gramatical em vez de flexão).

Benveniste (1988, p. 256) mostra que “se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma junção entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu””. Dessa forma, há destaque para a noção do eu-ampliado aos pronomes *nós/a gente*, pois há sempre a presença do pronome *eu*, que conseqüentemente subordina a *não-pessoa*. Assim, o pronome *nós* pode configurar-se de duas formas, porém sempre a partir do pronome *eu*, a saber: plural inclusivo *eu + vós*, numa correção de subjetividade; plural exclusivo *eu + eles*, numa correlação de personalidade. Benveniste (1988, p. 257) explica que:

Em “nós” inclusivo, que se opõe a “ele”, “eles”, é “tu” que sobressai, enquanto em “nós” exclusivo, que se opõe a “tu”, “vós”, é o “eu” que é sublinhado. As duas correlações que organizam o sistema de pessoas no singular se manifestam assim na dupla expressão de “nós”.

Assim, em um primeiro momento, estabelece-se que a expressão de pessoa se dá, necessariamente, pelos pronomes *eu /tu*, os quais estão bem distantes da terceira pessoa, já que esta pode ter referência objetiva. Em um segundo momento, porém, há a distinção entre a pessoa estrita e a pessoa amplificada para o caso dos pronomes tidos como verdadeiros, os quais diferentemente das formas *ele/ela* ou formas não-pessoais não se enquadram num processo comum de pluralização.

O autor ainda reafirma que o pronome *nós* não é um *eu* quantificado ou multiplicado, mas sim um *eu dilatado* que vai além da pessoa estrita e também acrescido e contornos imprecisos.

De um lado, o “eu” se amplifica por meio de “nós” numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida; é o “nós” de majestade. De outro lado, o emprego de “nós” atenua a afirmação muito marcada de “eu” numa expressão mais ampla e difusa: é o “nós” de autor ou de orador. (BENVENISTE, 1988, p.258)

1.2.2.3 Noção de gênero

O traço de gênero, de acordo com Bueno (1996, p.322), “é um conjunto de seres ou coisas que apresentam qualidades semelhantes; classe de assuntos literários ou artísticos da mesma natureza; propriedade eu os substantivos possuem de indicar o sexo pela determinação ou pela significação”.

Lopes (1999) mostra que os traços de gênero entre nomes substantivos e pronomes pessoais merecem ser examinados com maior cuidado. Nos substantivos têm-se o traço [+animado], o qual se corresponde com traço formal e traço semântico, por exemplo, *menin-*, *Pat-*, *gat-*, os quais são compatíveis formalmente tanto com o masculino quanto com o feminino. O traço formal e o traço semântico podem se caracterizar por [α FEM]. Para os substantivos invariáveis, porém, pode haver casos de isomorfismo entre traço formal e semântico, a saber: vaca [+ fem], rei [-fem], mãe [+fem], pai [-fem]. Há também o gênero semântico neutro, o qual se refere, de forma genérica, aos dois sexos: pessoa [+fem] e [\emptyset fem], vítima [+fem] e [\emptyset fem], povo [-fem] e [\emptyset fem].

Matos e Silva (1989) ilustra que a morfologia do gênero apresenta tipos de nomes quanto ao gênero que são determinados em: 1) nomes de gênero único; 2) nomes de dois gêneros com flexão redundante; 3) nomes de dois gêneros sem flexão redundante. Para a autora,

A noção de gênero está sempre explicitada pelo artigo que precede o nome; quando além do artigo se apaga a vogal temática e se acrescenta o morfema a-indicador de gênero feminino, diz-se que o nome é de flexão redundante. Nesse tipo de análise do gênero se opõe ao morfema a-, marcador de feminino, o morfema Ø, para o masculino. Pela concordância com os nomes substantivos, os nomes adjetivos flexionáveis assumem a forma do masculino ou do feminino de acordo com os nomes substantivos com que concordam (*o menino alto: a menina alta*). A par desses adjetivos flexionáveis, há os adjetivos uniformes, isto é, que apresentam sempre a mesma forma quer concordem com nomes substantivos masculinos quer femininos (*o menino grande: a menina grande*). (MATTOS E SILVA, 1989, p.114)

Câmara Jr. (2006) critica a forma como a flexão de gênero é exposta nas gramáticas tradicionais do português. Para o autor, a exposição é incoerente e confusa. Uma das explicações que o autor apresenta é a incompreensão semântica, pois gênero costuma ser associado ao sexo dos seres. Isso, porém, é esclarecido quando se pauta a ideia de abrangência porque “todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais, providos de sexo, quer se designem apenas “coisas”, como casa, ponte, andaiá, femininos, ou palácio, pente, sofá, masculinos” (CÂMARA JR., 2006, p. 88).

Ressalta-se também que, assim como há as conjugações para os verbos, o gênero representa a distribuição em classes mórficas para os nomes. A oposição masculino x feminino para os nomes, entretanto, serve como mecanismo de distinção dos seres para certas qualidades semânticas. Ainda sob uma perspectiva semântica, a referência ao gênero serve para delinear que masculino é uma forma geral, não-marcada, (Ø), enquanto feminino indica determinação qualquer, por exemplo, jarra é uma espécie de jarro, entre outros.

Na literatura sobre gênero observa-se que o substantivo *gente* tem traço formal [+fem] e significa homem, pessoa, ser humano, povo, nação, tribo ou família. Dessa forma, mesmo que o substantivo comporte traço [+fem] isso não garante que o traço semântico seja o mesmo, ao contrário, pode não haver traço semântico especificado, pois a concordância da vogal com o substantivo não esclarece o sexo do referente. A não marcação semântica provoca, em certos contextos, indeterminação para o gênero semântico. Logo, se tem para *gente* [+fem, ØFEM].

Nos pronomes pessoais, há a marcação de gênero somente para a terceira pessoa singular e plural. As outras formas pronominais, porém, têm gênero formal Ø. Algumas formas pronominais (*eu, tu/você, nós/a gente*), no entanto, são capazes de combinar-se com adjetivos no masculino e/ou feminino, dependendo do sexo do referente.

Gramaticalmente, o substantivo *gente* deriva em número. Pode, assim, ser usado no singular ou no plural, como atestam os exemplos retirados das Cantigas de Santa Maria (século XIII) e Crônica de D. Pedro (1ª. metade do século XVI):

“mas o monge lla cuidou
Fillar, mas disse-ll’ *a gente*.”

“... *as gentes* que dormiam, sahiam aas janellas, veer que festa era aquella...”

Como *a gente* combina com adjetivos de gênero feminino, houve ocorrências de ambiguidades interpretativas, quando o referente era do gênero masculino, apesar de ser clara a admissão do falante: uso pronominal.

Mas, Deus é grande! Pensava Bom-Crioulo. Deus sabe o que faz: *a gente* não tinha remédio senão obedecer *calada*, porque marinheiro e negro cativo, afinal de contas, vêm a ser a mesma cousa. (Século XIX, Bom-Crioulo, 2001, p.44)

Lopes (1999) atesta que a existência de um contraste de gramaticalidade, em alguns exemplos que serão apresentados, já corrobora uma mudança nos traços morfossemânticos propostos para a passagem de substantivo *gente* [+fem, ØFEM] > para o pronome *a gente* [Ø fem, Afem].

- a) Toda *a gente* da minha aldeia ficou arrasada com as inundações.
- b) Toda *a gente* da minha aldeia ficou arrasado com as inundações.
- c) *A gente* ficou arrasada com as inundações (eu + alguém/todo mundo, mas com referência exclusiva a mulheres).
- d) *A gente* ficou arrasado com as inundações. (eu + alguém/todo mundo, referindo-se a um grupo misto e/ou a um grupo exclusivo de mulheres).

Por causa da perda de traço formal de gênero, o qual está presente nos substantivos, mas de forma nula [Ø] nos pronomes pessoais ditos ‘legítimos’, há de se observar a passagem da agramaticalidade do exemplo (b) para gramaticalidade do exemplo (d). Embora os pronomes ‘legítimos’ admitam gênero formal zero [ØFEM], são subespecificados quanto ao gênero semântico [α FEM]

1.2.2.4 A gente

A corrente funcionalista privilegia o uso da língua, vendo-a como um instrumento de comunicação e preconizando o uso em vez da forma. Um dos aspectos fundamentais dessa corrente é o processo de mudança linguística que ocorre com a língua, denominada como gramaticalização. A gramaticalização é um estudo que investiga a constante renovação do sistema linguístico, abrindo um leque maior de formas para funções até então já existentes.

Para Castilho (2006), a gramaticalização se instaura em três subprocessos, a saber: fonologização, morfologização e sintaticização. O primeiro incide sob alterações no corpo fônico das palavras; o segundo presume alterações que destacam o radical e os afixos; e o terceiro permeia alterações que afetam as categorias lexicais, as disposições sintagmáticas e a imputação de funções na sentença.

Hopper e Traugott (1993, p. 7) definem gramaticalização como um processo que se desenvolve no decorrer do tempo, o qual transforma elementos de conteúdo lexical a elementos gramaticais ou elementos gramaticais a elementos mais gramaticais. Os autores ainda indicam que o estudo da gramaticalização envolve duas perspectivas: uma histórica que preconiza as origens das formas gramaticais, assim como as mudanças que as instigam; outra sincrônica, a qual indaga sobre o fenômeno do ponto de vista de padrões advindos do uso da língua.

A gramaticalização é descrita como um fenômeno diacrônico e um fenômeno sincrônico. A perspectiva desses dois fenômenos em conjunto é denominada como pancronia, cujo objetivo é buscar uma única interpretação para os fatos ocorridos na língua, acentuando a interdependência entre o uso e o sistema linguístico, e ainda entre a fluidez da gramática e o destaque da história para a concepção da gramática sincrônica. Dessa forma, a gramaticalização pode ser vista como um *continuum* evolutivo.

Em se tratando do substantivo *gente*, o qual designava pessoas, tem-se hoje o pronome pessoal *a gente*. Apesar de a forma *a gente* não ser aceita pela Gramática Tradicional como um pronome, ela é uma forma pronominal amplamente usada pelos falantes, doravante denominada como “coloquial”.

De origem, o termo *gente* vem do substantivo feminino latino *gens – gentis*, o qual era utilizado para nomear ou designar, de forma coletiva, genérica e/ou indeterminada, um grupo de pessoas instauradas num mesmo lugar, com ideologias, interesses, características afins, entre outros aspectos que compartilhavam. Hoje, o

termo, antecedido de artigo definido feminino, é utilizado como pronome de quarta⁸ pessoa. Dessa forma, afirma-se que o então substantivo sofreu mudanças tanto semântica quanto gramatical para se instaurar como pronome ao longo do tempo.

Segundo Lopes (2003), a forma *a gente* surgiu para preencher o espaço vazio deixado no sistema pronominal por *homem*, substantivo que do século XIII ao XVI foi utilizado com indefinido.

A suposição básica para o uso de *homem* como pronome no português arcaico é que seu emprego como marcador de indeterminação do sujeito ocorre quando há, entre outros aspectos, perda de referenciabilidade. O emprego arcaico de *homem* está ligado a perda da referência do nome que, ao ser utilizado como pronome, pode admitir uma leitura impessoal, ou seja, referência zero. A pronominalização ou a gramaticalização do substantivo *homem*, contudo, não se efetivou, ao menos em português.

Admite-se que *homem*, no português medieval, era um pronome indefinido que se tornou arcaico, ou seja, constituiu-se como um fenômeno de variação que não se consolidou como variação linguística. É importante lembrar, contudo, que durante um período considerável de mais ou menos 400 anos as duas estruturas coexistiram no português, embora a estrutura pronominal, aparentemente mais nova, não tenha se mantido.

“Ma quando ujo que o **HOME** boo dormya, pensou, como o spertarya.” (REFERENCIAL)

“A terceyra era a uoz de que todo **HOMEM** que a ouuja, perdia o sem e a força dos braços e do corpo de de todolos nenbros.” (GENÉRICO)

“que oraçõ deue primeiro seer facta que toda outra cousa que **HOMEN** quer fazer.” (+ IMPESSOAL)

O primeiro exemplo é tido como referencial, pois a presença do artigo definido (o), juntamente com o adjetivo (bom), caracteriza um indivíduo específico identificável. Já o segundo exemplo é considerado como genérico, pois o referente não designa necessariamente um indivíduo identificável, nesse não há uma identificação de existência de um homem identificável, como ocorre no primeiro, e nem conhecido do falante. O termo **HOMEM** inserido no exemplo dois pode designar qualquer homem, generalização marcada mais uma vez pelo pronome indefinido “todo” que antecede o vocábulo. O terceiro exemplo, por sua vez, possui maior grau de indeterminação de homem, o qual pode ser substituído e/ou parafraseado por alguém/ninguém.

⁸ De acordo com a metodologia adotada por Câmara Jr. (2006:1985), os pronomes são divididos da seguinte forma: para a primeira pessoa do singular (P1) e para a primeira pessoa do plural (P4), e da mesma maneira com os demais pronomes. Há P1, P2,P3,P4,P5,P6.

Gramaticalmente, o substantivo *gente* deriva em número, assim, pode ser usado no singular ou no plural, como atesta os exemplos retirados das Cantigas de Santa Maria (século XIII) e Crônica de D. Pedro (1^a. metade do século XVI):

“mas o monge lla cuidou
Fillar, mas disse-ll’ *a gente*.”

“... *as gentes* que dormiam, saham aas janellas, veer que festa era aquella...”

Já no século XIX, porém, o substantivo vai perdendo algumas de suas propriedades nominais, como o traço de pluralidade, e no século seguinte a perda da flexão foi total. Já a pronominalização do substantivo deu-se com um processo brando e gradual, pois só foram encontrados possíveis usos de *a gente* pronominalizado no século XVIII.

“Rosinha – A prima Maricota disse-me que era uma coisa de pôr *a gente* de queixo caído.” (Júnior, 1882, p.165 *apud* LOPES, 2003)

Em decorrência dessa pronominalização, houve também discussão, esporádica, em detrimento de ambiguidade interpretativa de *a gente*, uma vez que ele pode tanto ser considerado um sinônimo de *pessoas*, quanto uma variante de *nós*.

Como *a gente* combina com adjetivos de gênero feminino, houve também ocorrências de ambiguidades interpretativas, quando o referente era do gênero masculino, apesar de ser clara a admissão do falante: uso pronominal.

Mas, Deus é grande! Pensava Bom-Crioulo. Deus sabe o que faz: *a gente* não tinha remédio senão obedecer *calada*, porque marinheiro e negro cativo, afinal de contas, vêm a ser a mesma cousa. (Século XIX, Bom-Crioulo, 2001, p. 44)

O sintagma nominal, no entanto, tem duas vertentes: Said Ali (1964, p.66) exprime que os pronomes indefinidos caracterizam-se por fazerem parte de “uma série de pronomes aplicáveis à terceira pessoa do discurso quando esta tem sentido vago e indeterminado”. Dessa forma, o emprego de *a gente* está ligado à perda da referência do nome que, ao ser utilizado como pronome, pode admitir uma leitura impessoal, ou seja, referência zero.

Já Monteiro (1988) salienta que o sistema dos pronomes pessoais tem passado por várias mudanças, algumas já delineadas e outras em curso. A partir daí, ele apresenta o emprego de *a gente* em lugar de *nós*: “o pronome *nós* está sendo substituído

por a gente em todas as faixas etárias, a investigação apontou como fatores linguísticos para a interpretação da regra variável o grau de saliência fônica, o tempo verbal e a saliência posicional” (MONTEIRO,1988, p.139).

Outro fator relevante para o autor é que como o sintagma não se lançou somente como substituto de *nós* é preciso se atentar devidamente para a tendência de mudança. Para ele, a mudança também se deu devido a um intuito de indeterminação do sujeito.

Aliás, foi talvez um desejo de ocultação do *eu* (efeito ou indício de uma era de massificação?) que levou os falantes do português do Brasil a utilizar estratégias que mudam o caráter preciso e definido do sujeito pronominal de primeira pessoa (*eu* ou *nós*) para um sentido geral ou indefinido, que já se estende a todas as pessoas gramaticais. E este constitui um dos principais valores da expressão *a gente*, classificada até por alguns estudiosos, não como pronome pessoal, mas como indefinido. (MONTEIRO, 1988, p.139)

Bechara (1987) menciona o termo como um pronome de tratamento, a ser observado à parte: “o substantivo *gente*, precedido do artigo *a* e em referência a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, ou a esta sozinha, passa a pronome e se emprega fora da linguagem cerimoniosa. Em ambos os casos o verbo fica na terceira pessoa do singular” (BECHARA, 1987, p.96).

Neves (2002), por sua vez, considera o sintagma como pronome pessoal e destaca que o sintagma ou faz referência ao pronome *NÓS* – Depois *a gente* conversa; ou faz referência genérica que inclui todas as pessoas do discurso – Nessas horas *a gente* não pensa em nada, perde a cabeça⁹.

Os pronomes de primeira pessoa e segunda pessoas têm sido usados largamente como recurso para indeterminar o sujeito. Na medida em que englobam a *não-pessoa* esses pronomes pessoais adquirem certo grau de generalidade. O fato de que *a gente* abarca a *não-pessoa* está marcado na forma verbal de terceira pessoa do singular a ele associada.

Lopes (2003) afirma que o surgimento de *a gente* como pronome pessoal marca a fase embrionária do processo de gramaticalização. Além disso, ela defende que o processo de pronominalização do substantivo “*a gente* não foi um processo isolado, mas uma consequência de uma mudança encaixada linguística e socialmente” (LOPES, 2003, p.11). Além disso, Cintra (1972) aponta que certas mudanças são necessárias e, enquanto alguns elementos caem em desuso, outros têm o caminho aberto para

⁹ Os exemplos foram retirados de Neves, 2002, p.469.

progredirem dentro do léxico da língua, principalmente de formas substantivas, como *a gente*, que levam o verbo para a terceira pessoa.

Lopes (1993) também investigou a variável tempo verbal chegando às seguintes conclusões: o uso de *a gente* com gerúndio é categórico; a desinência número pessoal – *mos* vem adquirindo a função de morfema pretérito, em oposição ao ϕ no tempo presente; e o pretérito imperfeito, o presente e as formas nominais favorecem o uso de *a gente*, já o futuro e o pretérito perfeito favorecem a presença de *nós*.

Segundo Câmara (2006), os pronomes funcionam como indicadores que situam os seres e/ou coisas no mundo biossocial, em um quadro comunicativo. Dessa forma, a utilização de *nós* e *a gente* para a primeira pessoa do plural é fato cada vez mais comum na língua portuguesa, isto é, houve uma perda gradativa e não instantânea, no decorrer dos séculos, dos traços formais da quarta pessoa dos pronomes pessoais.

Borba (1995) afirma que o alargamento do quadro pronominal da língua portuguesa vem reforçar a hipótese que norteia investigações, que diluem que a tendência cada vez maior do PB (Português do Brasil) é marcar o sujeito por meio, basicamente, do pronome + forma não-marcada do verbo, em vez de pronome + forma com desinência de número pessoa.

1.2.2.5 Nós

Como a língua portuguesa provém do latim, há de se observar que o pronome *nós* faz parte da evolução do latim ao português. Em princípio, a forma pessoal *nos* sistematizava o pronome *nós*, o qual designa a primeira pessoa do plural do quadro dos pronomes pessoais. Na evolução, no entanto, o pronome vem de forma aberta, já que se desenvolveu a partir da forma fechada da língua latina¹⁰.

De acordo com Gramática Normativa, o pronome *nós* é caracterizado como pronome de primeira pessoa do plural, porém, como já foi destacado, *nós* não significa plural de *eu* e sim um ‘eu - ampliado’, ou seja, *eu + outra ou outras pessoas* e não *eu + eu*.

Embora tenha desinência \emptyset para gênero e número, o que o configura como um pronome ‘absoluto’, o pronome *nós* vem perdendo espaço para o uso cada vez mais frequente do sintagma nominal *a gente* que, apesar de levar o verbo para a terceira pessoa, o que o faz ser “desprestigiado” pelos gramáticos, a nova forma faz referência à

¹⁰ Fonologicamente o “o” aberto de *nós* é atribuído à analogia com o pronome *nosso*.

primeira pessoa do discurso, e já está se inserindo entre membros da sociedade escolarizada. Os gramáticos tendem a preservar a forma padrão e não considerar tal expressão, como Lima (1988) e Cegalla (1970). Outros estudiosos, porém, como Said Ali (1971), Bechara (2006) e Neves (2000) têm uma concepção mais abrangente acerca do sintagma e, sobretudo, da variação linguística.

A forma padrão *nós*, apesar de estar cedendo lugar para a variante *a gente*, ainda é usada e prestigiada por grande parte da sociedade. Para frisar, os gramáticos a veiculam como norma de prestígio, a qual se regulariza normalmente na ‘escrita’ da língua portuguesa.

Ainda convém ressaltar que o *nós* pode referir-se a uma só pessoa nos chamados plurais de modéstia. Por isso, Said Ali (1937) exprime que o emprego do *nós* como plural de modéstia surge para determinar certos contextos, como já se afirmou: exprime afabilidade, deferência e mostra interesse, porém o que mais traduz o uso é a certeza do efeito persuasivo e a pretensão de dividir as responsabilidades e/ou reduzir o grau de egocentrismo, o que se leva a pensar no efeito indefinido/genérico que insurge desse uso.

Maiores designações do pronome *nós* serão mostradas na secção que mostra as formas *nós* x *a gente*.

1.2.2.6 Nós x A gente

Focalizando o assunto no emprego da expressão *a gente* em detrimento de *nós*, têm-se as seguintes observações: primeiramente, a gramaticalização da expressão no quadro dos pronomes pessoais corrobora com muitas pesquisas, as quais se relacionam tanto dentro da norma padrão culta quanto da popular. Como *nós* e *a gente* remetem à noção do *eu* ampliado, o paralelo feito entre as duas formas deve haver um nivelamento semântico das duas opções.

De acordo com as pesquisas feitas por Fernandes & Gorsky (1986 *apud* MONTEIRO, 1994), em relação à linguagem popular, foi constatado que o pronome *nós* está perdendo seu valor de uso para *a gente* em todas as faixas etárias, algumas com mais predominância do que outras. A pesquisa salientou que fatores linguísticos, como: o grau de saliência fônica, o tempo verbal e a saliência posicional como fatores que repercutem na interpretação da regra variável. Uma conclusão acentuada é que esse processo de mudança implica a anulação da ambiguidade entre as formas do presente e do pretérito perfeito, do modo indicativo, firmando-se a oposição desinencial: Ø

(presente do indicativo: "*nós / a gente* fala") e *-mos* (pretérito perfeito: "*nós / a gente* falamos").

A preferência pela forma pronominalizada remete para o fator da escolaridade a questão da presença e ausência do sujeito *nós* ou *a gente*. Isto é, quanto maior for o grau de escolaridade do falante, menor será a probabilidade da ausência do sujeito com verbos na terceira pessoa para se referir a primeira pessoa do plural. Já em relação à variável sexo, tem-se a preferência pelas mulheres em explicitar o sujeito em detrimento dos homens. Além disso, as mulheres são mais adeptas à aceitação da expressão *a gente* do que os homens. Para essa ausência de manifestação por parte dos homens, há a ideia de os homens cultos serem mais refratários a inovações, ao menos no português do Brasil. A respeito da expressão *a gente*, Omena (1986 *apud* MONTEIRO 1994) observa que

O ingresso da expressão *a gente* no quadro dos pronomes pessoais produziu um fenômeno de mudança que, provavelmente, ainda se encontra em fase de desenvolvimento. Daí ter sido possível constatar que em alguns contextos de fala não se usa *a gente* por *nós*; em outros, há uma distribuição condicionada por fatores linguísticos e/ou sociais, havendo também situações em que ambas as formas se alternam indiferentemente (1994, p. 122).

Ressalta-se, pois, que a inserção da expressão *a gente* dentro da norma culta não é relevante comparando-a com a linguagem popular. Enquanto essa prefere o uso de *a gente*, aquela opta pelo uso de *nós*.

Monteiro (1994) focaliza que o fator de maior importância na variação de emprego dos sujeitos *nós* e *a gente* é o tipo de registro, seguido da variável sexo e da faixa etária. O fator geográfico preenche pouquíssima divergência, podendo mesmo até ser desprezado. Todas essas mudanças que ocorrem dentro do sistema dos pronomes pessoais determinam que a língua portuguesa não é estática, e sim um constante fazer-se.

Lopes (2007) salienta que o uso do pronome *nós* ou *a gente*, embora considerado de valor pronominal idêntico, condiciona-se aos ambientes linguísticos e discursivos a que se relaciona. Tem-se, então, um caráter de indeterminação para *a gente* e um mais específico para o *nós*. Segundo a autora,

O falante utiliza preferencialmente o pronome *nós* para se referir a ele mesmo e ao interlocutor (não-eu), ou a *não*-pessoa: referente [+ perceptível] e [+ determinado]. No

momento em que o falante amplia a referência, indeterminando-a, há maior favorecimento para a forma *a gente*. Utiliza *a gente* também com o presente do indicativo, o infinitivo e o gerúndio, que são formas verbais características das enumerações de atos cotidianos (...) Quando eventualmente narra um fato vivido, o comprometimento com aquilo que enuncia é maior, por isso o falante utiliza o pronome *nós*, que possui um caráter mais específico e determinado (...) (LOPES, 2007; p. 114)

Borba (1994) também chama a atenção para o fato de que o uso de *a gente* pelos falantes do português do Brasil vem sendo cada vez mais acentuado e que tal uso tem suas peculiaridades. A forma *a gente* pode ser utilizada como correlata à forma *nós*, representando a primeira pessoa do plural, como também pode ser utilizada como sujeito indeterminado. A autora também observou que o *a gente* é mais generalizante do que o *nós*, que é mais restritivo, além de mais formal, pois utilizado como plural de modéstia.

Borba (1994) afirma que o alargamento do quadro pronominal da língua portuguesa vem reforçar a hipótese que norteia nossas investigações que é a tendência cada vez maior do PB (português do Brasil) marcar o sujeito através, basicamente, do pronome + forma não-marcada do verbo, ao invés de pronome + forma com desinência de número pessoa.

Pires (1996) discute a alternância das formas pronominais *nós* e *a gente*, usadas pelos falantes, seja de maneira precisa ou imprecisa, buscando explicar a preferência por esta última em detrimento daquela. Ambas podem designar a primeira pessoa do plural ou a primeira do singular que, de acordo com a autora, “*nós*, significando eu, é mais comum à escrita do que à fala. Além disso, acrescenta que o uso dessas formas para se referir à primeira pessoa do singular é numericamente inferior ao que se faz usando as mesmas formas, para a primeira pessoa do plural” (PIRES, 1996, p.185).

Pires (1996) comenta que pesquisas feitas recentemente com base na língua falada comprovam o que há muito já se discutia a respeito dos pronomes pessoais: há grande diferença entre o que as gramáticas normativas afirmam e o que de fato se fala. Assim, no português falado, a forma *a gente* era originalmente usada para “nomear de forma coletiva, indeterminadora, mais ou menos geral, um agrupamento de seres humanos, identificados, entre si, por objetivos, ideias, qualidades, nacionalidade ou posição” (PIRES, 1996, p. 188). Como expansão desse uso característico, temos hoje o uso de *a gente* para designar a primeira pessoa do discurso, no singular e no plural.

A autora observa, ainda, que o falante tende a utilizar *a gente* para a primeira pessoa do singular quando quer ser menos assertivo, e no plural, originalmente, para

contrapor uma referência precisa a outra imprecisa. Observe-se, porém, que tal pronome está perdendo tais traços de indefinição. Pires observa também que a porcentagem do uso de *a gente* em detrimento do uso de *nós* é de 69%, o que indica certa preferência por aquela forma pronominal.

A autora aponta como fator decisivo para indicar se a variação entre *nós* e *a gente* pode ser realmente considerada um fenômeno em mudança na língua o aumento do uso de *a gente* pelos falantes mais jovens. Outro dado, considerado por Pires em sua pesquisa, foi a predominância das formas *nós* e *a gente* em posição de sujeito. De acordo com os dados analisados, é maior a probabilidade do uso de *a gente* ao invés de *nós* quando o antecedente formal for *a gente* e a referência for igual à anterior. Além dessa tendência à repetição, a autora observa que a mudança de referente leva o falante a uma nova escolha pronominal. Outro fator condicionante da preferência de *nós* ou *a gente* é o grau de formalidade do discurso, ou seja, quanto mais informal é o discurso maior o uso de *a gente* pelo falante, e vice-versa.

1.2.2.7 Você

A gramaticalização do item *ocê* para pronome pessoal tem percurso histórico mais longo que o sintagma *a gente*. Entre o final do século XIII e a primeira metade do século XIV, as maneiras de se dirigir a um interlocutor se restringiam aos tradicionais *tu* e *vós*, os quais não levavam o verbo para a terceira pessoa, ao contrário, havia a conjugação verbal.

De acordo com Cintra (1986), nos séculos XIV e XV foram identificadas, nas Crônicas de Fernão Lopes, algumas ocorrências de *Vossa Mercê*, *Vossa Alteza* e *Vossa Senhoria* como formas nominais de tratamento. Com a inserção dessas formas, houve uma sensível alteração nas estratégias de tratamento da língua portuguesa, uma vez que em vez de *tu* e *vós* surgiram novas formas para dirigir-se a segunda pessoa do discurso e que levassem o verbo para a terceira pessoa do singular.

Faraco (1996) afirma que nesse período houve uma mudança radical no sistema de tratamento ao interlocutor. A substituição das formas, contudo, veio para firmar a mudança na classe dos pronomes pessoais do Português do Brasil.

Com a inserção de *ocê* no quadro dos pronomes pessoais tem-se, de acordo com Cintra (1972) e Teixeira (1998) uma dualidade no sistema, a saber: *ocê* usado como forma de tratamento íntimo e o *senhor* como forma respeitosa e distante.

Como *você*, o pronome *tu* foi usado para tratamento íntimo. Hoje, porém, é usado com esse intuito somente em algumas regiões do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Maranhão, Paraíba e Belém do Pará). Embora o pronome seja usado com maior frequência nessas regiões, também se encontram o uso contínuo de *você*, quando não, o uso de *tu* seguido de verbo na terceira pessoa do singular. Paredes Silva (2003) já havia constatado esse uso não-padrão em peças teatrais, ambientadas no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XX. Além disso, a autora salienta que tal uso estava diretamente ligado aos personagens de baixa condição social. Hoje, porém, o uso de *tu* sem concordância predomina.

Said Ali (2001), em Gramática Histórica da Língua Portuguesa, afirma que a generalização do uso foi a marca para o nascimento da variante *você*, a qual era aplicada às pessoas de condições igual ou inferior a da pessoa que fala, com o desuso do pronome *vós*. Emprega-se *vocês* para denotar pluralidade. Fica, porém, o pronome *vós* nos discursos religiosos, na poesia e na linguagem de ficção.

Com base nos contextos pancrônicos, tem-se que a evolução da variante *você* se deu da seguinte forma: *Vossa Mercê*, *Vosse Mecê*, *Vosmecê*, *você* e ainda tem-se na oralidade *Ocê* e *Cê*. Para tanto, a forma *você* já está cristalizada tanto no português do Brasil, quanto no de Portugal, desde o século XVIII.

De acordo com Lapa (1973 *apud* ANDRADE, 2004), a expressão *Vossa Mercê* é considerada a forma de tratamento mais antiga do português. A expressão sofreu alterações fonéticas e semânticas, além de ser substituída por *Vossa Alteza* e posteriormente por *Vossa Senhoria*. Com toda essa gama histórica é que nasceram as formas *você/vocês*. Essa nova variante, contudo, tem uso genérico e/ou indeterminado o que, para Andrade (2004), ocorre em situações em que há familiaridade entre os interlocutores.

Já as gramáticas normativas, por sua vez, conferem o *tu* como pronome pessoal 'legítimo', de segunda pessoa e indicam para *você* forma ou pronome de tratamento. Cintra e Cunha (2001, p.289) classificam as variantes *você* na classe dos pronomes de tratamento, porém o define como palavra que vale por verdadeiro pronome pessoal que, embora leve o verbo para a terceira pessoa, designa a pessoa com quem se fala.

Machado (2006) explica que há mais de uma nomenclatura para caracterizar a forma *você(s)*, a saber: pronome de tratamento, pronome de segunda pessoa indireta, forma substantiva de tratamento, entre outras que designa a segunda pessoa e leva o verbo para terceira pessoa.

1.2.2.8 As variações nas formas *vós* e *tu*

As formas que buscam dar um novo equilíbrio ao sistema não sofrem variações em decorrência da função que possam exercer e, nesse aspecto, a rigor só a primeira pessoa do singular ainda não foi abalada: há um sujeito *eu* que muda para *me* ou *mim*, conforme o caso.

Assim, Monteiro (1994) entende que a pronominalização de *você* foi importante para delinear outras modificações, além de imaginar ser possível que a disposição à obrigatoriedade da presença do sujeito tenha iniciado a acentuar-se a partir daí.

Mas o desequilíbrio do sistema pronominal é um fenômeno conjuntural, correlacionando-se em todos os aspectos com a evolução que se opera no esquema de conjugação verbal. Assim, ao processo de neutralização das marcas desinenciais do verbo corresponde uma modificação nas pessoas gramaticais, com a conseqüente perda da distinção formal entre as funções exercidas pelos pronomes. (MONTEIRO, 1994, p. 126).

O desuso do sujeito *vós* surtiu na sua extinção, assim como leva consigo o objeto *vos* e o adjunto *vosso*. Todas essas formas foram substituídas pela gramaticalização de *você(s)*, o que também provocou um desuso e uma desvalorização do pronome de segunda pessoa *tu*, tendo a forma *você* generalizada no Brasil como expressão do tratamento de intimidade.

A pronominalização de *você* também é determinada pela conjugação verbal, assim como a da expressão *a gente*, ou seja, uma simplificação do quadro do sistema verbal do português do Brasil. Dessa forma, a variante ocupa o lugar deixado por *vós* e ainda ameaça a existência do *tu*, o qual é usado somente em algumas regiões do Sul e Nordeste, porém com algumas ressalvas em relação à flexão verbal. A variante, por sua vez, estabelece um molde nas relações de tratamento que se resume a duas opções formais: *você* e *o senhor*. Esta, porém, costuma ser direcionada somente a pessoas idosas como medida de respeito e/ou formalidade. Na pesquisa de Monteiro, essa forma geralmente é articulada por falantes da terceira idade. Veja alguns dos poucos exemplos encontrados:

as senhoras vão fazer uma fisionomia assim de espanto...

(6.POA.DID.M.III.);

a senhora acha que ele tem capacidade de avaliar o que ele tem?

(344.POA.DID.F.III.).

O tratamento cerimonioso se relaciona com a sociolinguística, pois os padrões estabelecidos pela sociedade, em épocas anteriores, mudaram-se em decorrência da ideia de liberdade e autonomia pautada pelos jovens, os quais preconizavam modificar seu espaço na sociedade brasileira imposta pelos superiores. Por causa disso, houve divergências em relação ao tratamento respeitoso que se estimava do filho para o pai, do aluno para o professor, do empregado para o patrão. Toda essa postura deixou de ter rigidez, e hoje é comum o uso da variante *você* nas mais diversas idades e lugares.

De todo modo, ao menos em alguns contextos, a expressão *o senhor* ainda permanece como denotadora de polidez. Além dela, quase que só em circunstâncias burocráticas ou altamente formais ou ainda em linguagem técnica, aparecem *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, entre outras. Essas expressões constituem formas pronominalizadas e, por conseguinte, se associam com o sistema dos pronomes pessoais.

Para o uso de ambas as formas, *você* e *o senhor*, formalizou-se uma esquematização para a norma culta do português do Brasil, a saber: nas relações assimétricas preferiram-se as duas formas; já para as relações simétricas optou-se por *você/você* para o tratamento íntimo e *senhor/senhor* para a deferência. Quando se passa do registro formal para o informal, porém, a simetria geralmente se faz presente e então o pronome *você* é empregado como índice de nivelamento entre os participantes do processo comunicativo.

De acordo com o levantamento de Pommer (1984 *apud* MONTEIRO,1994), o pronome *tu* hoje tem seu emprego reduzido e seu uso é frágil, pois realmente o sistema dos pronomes, no caso das formas de tratamento, está simplificado a somente *você* e *o senhor*, sendo considerado caso de ironia o uso de formas como: *vós* ou *Vossa Senhoria* ou *Vossa Mercê*. Para a maioria dos falantes do Brasil, só há duas formas de tratamento efetivamente vivas.

1.2.2.9 A intercambialidade dos pronomes

Em relação à intercambialidade dos pronomes, observa-se uma enorme aceitação dos pronomes gramaticalizados *você* e *a gente*, os quais, mesmo levando o verbo para a terceira pessoa, o que denota uma ideia de generalidade e/ou indefinição, reportam-se a outras pessoas do discurso, ocasionando um desequilíbrio no sistema pronominal brasileiro. Já deixaram de existir as formas *tu* e *vós*, as quais eram direcionadas ao

interlocutor, em detrimento ao uso concorrido de *você*. Agora, o mesmo ocorre com o pronome *nós* em decorrência da expressão *a gente*.

Dessa forma, Monteiro (1994) propõe que o sistema deve entrar em um processo de reorganização, pois a consequência imediata foi a quebra da uniformidade pessoal nas relações sintáticas, de tal modo que se criaram novas correspondências para as formas originalmente privativas de certas funções, o que originou a possibilidade de uma série de associações sintáticas, as quais Monteiro (1994) assim destaca¹¹:

a) emprego de *você* com o oblíquo *te*

Se *você* pede dez mil cruzeiros emprestado, o banco empresta por sessenta dias, vamos dizer, ele já *te* desconta pelo menos uns cinco por cento (250.SP.DID.M.III.);

b) alternância entre *a gente* e *nós*

A gente já estava ameaçado de despejo porque *tínhamos* alugado o apartamento apenas por dois meses (4.RE.DID.M.I.);

c) mistura de pronomes com valor indefinido

Você passa o tempo todo sentado meio de banda, porque o pessoal fica pendurado em cima *da gente* (227.SSA.DID.F.I.);

d) alternância entre *eu* e *a gente*

Eu não sou tão velho assim... mas *a gente* sente... (233.RJ.DID.M.II.);

e) variação entre *nós* e *vocês*

Nós vamos ter Altamira, que é um nome que *vocês* vão encontrar em muitos lugares (405.SP.EF.F.II.).

De acordo com Bernardes (1981 *apud* MONTEIRO, 1994), a preferência pela forma *você* em relação ao *tu* não leva ao desaparecimento dos oblíquos de segunda pessoa. Salienta-se, porém, que a variante em questão ocorre não apenas com o *te*, como apontou Hampl (1965), mas também com a forma *tu* em um mesmo enunciado, assim como ocorre em *você* e *o senhor* e *nós* e *a gente*.

Essa intercambialidade das formas pronominais acontece por causa da instabilidade do sistema, a qual também associa motivações de ordem discursivo-pragmática. Monteiro (1994) explica que “em Macau, de acordo com o testemunho de Graciete N. Batalha (WILHELM, 1979, p. 23), tu e você costumam aparecer numa única frase dirigida ao mesmo ouvinte, não importando que este seja até uma pessoa

¹¹ Os exemplos que se segue foram retirados da tese de Monteiro (1994, p.133).

desconhecida” (MONTEIRO, 1994, p.134). Dessa forma, a alternância dos itens pronominais recomenda, pois, indícios de flutuação no comportamento dos interlocutores e marca a própria natureza da relação social.

Registra-se com essas informações que os pronomes pessoais não se submetem a regras rígidas derivadas de princípios estruturais da língua. O que prevalece são tipos de relação social e as inferências intersubjetivas, alterável de momento a momento do que regras de estruturação sintática.

1.2.3 OS PRONOMES E A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

1.2.3.1 Indeterminação ou indefinição

Menon (2006) afirma que a indeterminação do sujeito, além de ser considerada pelas Gramáticas Tradicionais como indeterminação do ‘referente’, pode caracterizar-se linguisticamente como a ausência do agente da passiva (\emptyset V3PP), ou voz passiva sintética, doravante (PASSINT). Nessas gramáticas, normalmente, a explicação sobre a indeterminação do sujeito vem acompanhada de assunto sobre sujeito inexistente. Em Cunha e Cintra (1985, p.124), tem-se que

o Sujeito indeterminado, que existe mas que não se pode ou não se deseja identificar, não deve ser confundido com a inexistência do sujeito.

Em frases como as seguintes:

Chove. Anoitece. Faz frio.

O processo verbal em si nos interessa, visto que não o atribuímos a nenhum ser. Diz-se, então, que o verbo é IMPESSOAL; e o sujeito, INEXISTENTE.

Bechara (1960, p.23; 1976, p.28-29) também expressa a noção de sujeito indeterminado, afirmando que

muitas vezes não queremos ou não sabemos determinar com precisão o sujeito da proposição. Temos certeza de que a ação verbal foi praticada por um ser, mas nem por isso desejamos ou podemos apontá-lo:

Estão chamando o professor lá fora. Alguém chama o professor lá fora.

A indeterminação do sujeito não quer sempre dizer que não o conhecemos; serve também de manha inteligente da linguagem, quando não nos interessa torná-lo patente àquele com quem falamos, como no seguinte exemplo:

Pedro, *disseram-me* que *você* falou mal de mim.
Em todos esses casos dizemos que o sujeito é *indeterminado*.

O autor ainda salienta que para se ter a indeterminação do sujeito, a língua portuguesa tem duas maneiras, a saber: ou se emprega o verbo na terceira pessoa, tanto singular ou plural, sem que se faça referência a pessoas determinadas; ou se emprega o pronome *se* (índice de indeterminação do sujeito) junto ao verbo, o qual possa se equivaler a sujeitos como *alguém*, *a gente*. Seguem dois exemplos ainda retirados de Bechara (1960, p.23; 1976, p.28-29):

Vive-se bem aqui. *Precisa-se* de empregados.

A gente vive bem aqui. *Alguém* precisa de empregados.

Menon (2006) explica que o exemplo com o pronome *alguém* não define indeterminação, já que alguém se caracteriza como indefinido. Ela cita Guérios (1964, p.136-137) e afirma que “com os pronomes indefinidos o sujeito só é indeterminado quanto ao sentido; ele não o é com relação à forma ou gramaticalmente. Assim: alguém procura um padeiro (sujeito – alguém), diferente de procura um padeiro ou procuram um padeiro”. Ao contrário dos autores acima, ressalta-se que a indeterminação é um problema semântico, não morfológico ou sintático. Nesse caso, orações com sujeitos indefinidos também manifestam indeterminação.

Dessa forma, já se observa que a indefinição traz possibilidade, enquanto a indeterminação equivale à generalização. A indeterminação não significa uma quantificação, ela está inserida nas ocorrências em que não se quer ou não se pode nomear o sujeito no sentido de referente linguístico. Para delinear essa acepção, Menon (2006, p. 129) observa ainda que

o referente é conhecido pelo locutor (e em certos casos, também do interlocutor, o que torna possível a compreensão mútua) e se ele quisesse ou se isso lhe fosse conveniente ou interessante, ele poderia nomeá-lo ou descrevê-lo. Nesse sentido, o referente pode ser recuperado pelo locutor a qualquer hora. Trata-se, antes de tudo, de uma maneira de escamotear o sujeito extralinguístico por meio de uma forma de expressão linguística, em função da situação de comunicação.

Culioli (1983) afirma que um sujeito indefinido é um entre vários, ou seja, um representante de uma classe de indivíduos, os quais carregam características comuns. O sujeito indeterminado, contudo, é identificável, o que convém dizer também que carrega características próprias que não são divididas entre outros. Quando se emprega o

pronome indeterminado, emprega-se um ser concreto, já que, além de saber de quem se está falando, é localizável no tempo e no espaço.

Mattos e Silva (1989) também afirma que a indeterminação do sujeito se caracteriza pela decorrente admissão da generalização. Para tanto, a autora dá exemplo em que a forma *homem*, gramaticalizada no português arcaico, era considerada como indeterminação do sujeito, a saber:

E, como quer que se esto entenda do fogo do purgatorio, em que se purgan os pecados meores, pero pode-se entender do fogo da tribulaçon que *homen* em este mundo sofre per que se podem purgar estes pecados pequenos que *homen* chama veniais. Ca se pela tribulaçon que *homen* em este mundo se non purgou, purgou-se depois pelo fogo do purgatorio. E esto he verdade se *homen* mereceu ante, demente no mundo vivia, per boas obras que fez que se purgassen os seus pecados veniaes pelo fogo do purgatório e no outro mundo.” (SILVA, 1989, p. 231, exemplo 4.37.6 a 8).

Segundo a autora, esse uso, além de ser comum, poderia denotar uma alternativa estilística para o uso excessivo da partícula *se*. Segundo Lopes (2003), a forma *a gente* surgiu para preencher o espaço vazio deixado no sistema pronominal por *homem*, substantivo que durante 400 anos, do século XIII ao XVI, foi utilizado com indefinido.

Já na reestruturação elaborada por Monteiro (1994), a tabela transferida aos pronomes pessoais, normalmente encontrada nas gramáticas, diverge da encontrada em sua pesquisa, tanto por fatores linguísticos quanto por fatores sociais. Fez-se necessário, por isso, uma delimitação do conjunto dos pronomes sujeitos. Alguns são os pontos que o autor salienta:

Para a segunda pessoa do singular, a forma generalizada é *você*; as ocorrências do pronome *tu* são tão esporádicas na amostra que resolvemos dispensá-las; o pronome *vós* se encontra absolutamente extinto, tanto para indicar um só ouvinte como para referir-se a vários; já registramos que, neste segundo caso, o tratamento geral é *vocês*, mesmo quando se usa *tu* para o singular; a par de *nós*, decidimos acrescentar a expressão *a gente*, não só por ser de alta frequência mas também por envolver possíveis mudanças no quadro dos pronomes; compreendendo que qualquer pronome sujeito pode ser usado em caráter indefinido e que, nesse sentido, certas formas costumam alternar-se, resolvemos incluir em nossa lista o pronome *se*, a par de *você(s)* e *a gente*; dispensamos as formas de tratamento respeitoso (*o senhor* e *a senhora*) por alcançarem baixíssima frequência nos inquéritos examinados e serem usadas ao lado de uma série aberta de outras formas pronominalizadas (*o doutor*, *o professor*, *o ilustre amigo* etc.), que exigiriam idêntico tratamento. (MONTEIRO, 1994, p. 101)

Dessa forma, optou-se por trabalhar com os seguintes pronomes com função de sujeito: *eu, você, ele(a), nós, a gente, vocês, eles(as)* e *se*. O que soa novidade e até certo ponto estranho, nesse quadro, como já mostrado anteriormente, é a inserção do *se* dentro do quadro dos pronomes sujeitos. Dessa forma, o autor sugere que assim como o *se* é caracterizado como índice de indeterminação, dever-se-ia considerar também *a gente, alguém, ninguém, nós, você, a(s) pessoa(s), eu, entre outros* como índices de indeterminação do sujeito.

De acordo com Ladeira (1986; p. 53 *apud* MONTEIRO, 1994; p. 102):

Assim como *alguém, ninguém, a gente* etc. são indicadores ‘materiais’ de um agente não definido, entendemos que o SE — nas mesmas condições — é o sujeito formalmente expresso na oração, não obstante nada esclarecer sobre a identidade do agente...

Dessa forma, mesmo que o *se* seja um clítico, e clíticos não são sujeitos¹², Monteiro (1994) considera-se que o *se* é um pronome pessoal indefinido, como outros também podem ser, além de cumprir a função de sujeito nas mesmas condições dos demais, pois se a expressão *a gente* e o pronome *você* em sentido generalizante ou indeterminado são classificados como pronomes sujeitos para o *se* também não há restrições que o desabonem em ser pronome sujeito.

A marcação de índice de pronome pessoal indefinido está muito mais nítida do que se possa imaginar. Nos contextos atuais, principalmente, esse índice de indeterminação é muito usado em detrimento do apagamento e/ou distanciamento de responsabilidade.

Fora a partícula *se* que marca e indeterminação de sujeito, existem outros mecanismos de que se possa lançar mão, por exemplo, a ausência de qualquer pronome em relação a um verbo de terceira pessoa singular ou plural.

- Ø tiraram os bondes, uma época... acho que foi uma decisão correta... (224.SP.DID.M.II.);

O emprego indefinido dos pronomes pessoais propriamente ditos inclui a situação em que se usa um pronome de segunda pessoa (*tu/você*), produzindo um sentido generalizante.

- Quando *você* trata os doentes, *você* está também eliminando um foco (46.SSA.EF.F.I.);

¹² A não ser em construções do tipo “deixe-os entrar”.

- É um exame oral, onde *você* diz o que é um apito (277.SSA.DID.M.I.).

O sentido impreciso e genérico provocado pelo pronome de segunda pessoa, com noção de terceira pessoa, já está documentado no espanhol arcaico, e alguns autores apontam o que o uso já existia no latim (o latim usava a passiva – com verbos intransitivos – com valor impessoal, por exemplo, “*Ad Corsica itur*” vai-se à Córsega). Vila (1987 *apud* MONTEIRO 1994) assinala que o sentido indefinido se instaura em construções como: aquele em que o referente passa a ser o próprio emissor; o que assume um caráter indeterminado ou coletivo.

Além do contexto linguístico, o uso do pronome como indeterminação de sujeito leva a considerar a situação específica do ato de fala que condiciona o sentido generalizante ou não do pronome de segunda pessoa. Dessa forma, Vila (1987) declara que os casos em que aparecem as construções de pessoais comportando-se semanticamente como indefinido-indeterminados são beneficiados pela presença de ouvinte(s) ou ao menos pelo conhecimento da existência de alguma pessoa a quem a mensagem possa ser direcionada. Trata-se, portanto, de uma estratégia discursiva, pois, ao usá-la, o falante almeja diminuir sua responsabilidade diante do que declara, envolvendo o ouvinte ou transferindo-a para elementos que estejam fora do circuito comunicativo.

A indeterminação do sujeito, por sua vez, radica-se também nos pronomes de primeira pessoa (*eu, nós e a gente*). O efeito, além de ser expressivo, caracteriza-se como uma forma de estratégia discursiva, ou seja, usa-se o efeito de indeterminação para que a tendência do egocentrismo atue como forma de suavizar o discurso, não comprometer o falante e diminuir a carga de responsabilidade, do contrário, serve para se inserir no ato comunicativo e legitimar o discurso como se o falante fosse membro participante do que se comunica. Não obstante, há a ocorrência de indeterminação e determinação do sujeito em um mesmo enunciado.

- Se *eu* não tenho aluno que me permita formar uma turma, *eu* não posso pagar a todos (164.RJ.DID.M.I.);
- Agora, *nós* temos também os fatores ligados à virulência (46.SSA.EF.F.I.);
- Agora, é engraçado que *você*, saindo do Brasil, *a gente* sente uma falta muito grande dessa parte de verduras (328.RJ.DID.F.II.).

Ainda de acordo com a pesquisa de Monteiro (1994), os pronomes pessoais em função de sujeito foram distribuídos, em relação ao seu uso, da seguinte ordem: *eu, ele, nós, se, eles, você, a gente e vocês*. Conforme configurou na pesquisa, o pronome *eu* foi que teve maior número de ocorrências, isto é, o pronome *eu* é muito mais constante nos diálogos, ainda mais nos quais se configuram melhor o atributo egocêntrico dos enunciados. Outro ponto foi estudar a presença ou ausência dos pronomes pessoais em função de sujeito. Para esse quadro tem-se o seguinte resultado: *se, você, a gente, vocês, nós, eu, eles, ele*. De acordo com a investigação, a presença dos pronomes sujeitos ocorre com bem mais frequência que a ausência, havendo certa variabilidade em função de pessoa e de número gramatical.

Os gramáticos do Brasil, no entanto, afirmam que só em alguns casos se justifica a presença dos pronomes sujeito. Said Ali (1969) ensina que esses pronomes só devem ser usados quando se quer salientar e chamar a atenção para a pessoa do sujeito ou quando a clareza determina seu uso. Cunha & Cintra (1985) afirmam que a omissão dos pronomes sujeitos é normal, já que se têm as desinências para marcar a pessoa a que se refere o verbo. Para atenuar a necessidade da presença dos pronomes, os autores indicam apenas três situações, a saber: para indicar ênfase; para opor duas pessoas diferentes; para evitar ambiguidade entre a primeira e a terceira pessoa do singular. Alguns dos fatores, porém, que corroboram a omissão dos pronomes sujeito é a questão da economia de esforço.

Em relação aos fatores estruturais que contribuem para a manifestação ou não da presença/ausência dos pronomes sujeitos, tem-se que a presença deles se confirma com a leitura feita por Cunha & Cintra (1985), como em:

Eu procuro *eu mesmo* carregar minha bagagem (277.SSA.DID.M.I.);

Ele pegou um guarda-chuva e *eu* peguei um cinzeiro (233.RJ.DID.M.II.);

Hoje é raro *eu* ter que botar uma gravata (135.RJ.DID.M.II.).

O primeiro exemplo é marcado pela expressividade do falante, o qual usa o pronome para marcar o agente da ação verbal. Sem ele, não haveria a força persuasiva pretendida pelo falante; o segundo marca o contraste entre as duas pessoas gramaticais; já o terceiro marca a clareza do enunciado. Do contrário, poderia se ter uma interpretação genérica ou indeterminada.

Monteiro (1994), pois, salienta que esses fatores não são suficientes para justificarem o emprego dos pronomes sujeitos em outros enunciados. Para ele, precisa-

se de um estudo muito mais cuidadoso para explorar as estruturas frasais, em todos os níveis da língua, para poder detectar quais os motivos que determinam o uso desses pronomes.

Cantero (1986 *apud* MONTEIRO, 1994), embora tenha feito um trabalho voltado para a língua espanhola, explora uma série de itens que corroboram para mostrar quando o pronome sujeito aparece em língua portuguesa: “é antecedente de um relativo; constitui elemento de um sujeito composto; é antecedente de um aposto; contrasta com outro pronome pessoal; vem antes de um verbo elíptico; serve para eliminar uma ambiguidade, funciona como sujeito de formas nominais do verbo” (CANTERO, 1986 *apud* MONTEIRO, 1994, p. 112).

A reestruturação do sistema dos pronomes pessoais está, provavelmente, relacionada com a simplificação da conjugação verbal. Alguns exemplos de mudança poderiam ser o uso já tracejado de *você(s)* em detrimento de *vós* que, por sua vez, já se encontra em desuso; e a imposição da expressão *a gente* em lugar do pronome *nós*. As formas de gramaticalização, porém, que operam entre *vós* e *nós* são diferentes, pois enquanto aquela desapareceu pelo desuso, acontece por causa da neutralização nas flexões verbais. O sistema pronominal, com essas variações, recebe, ao menos, três ajustes: a admissão de *você* e conseqüente retratação de uso de *tu*; a eliminação de *vós*; a substituição de *nós* por *a gente*. Com esses ajustes, o sistema verbal do português se simplifica em grande proporção.

Segundo Bickerton (1975 *apud* MONTEIRO, 1994),

Quando um elemento se introduz no sistema e é por ele aceito, ocorre um ajuste gradativo na rede de relações. Há naturalmente um desequilíbrio inicial, uma fase de instabilidade ou desorganização, até que a inovação se incorpore definitivamente e promova as novas regras de uso. (1994; p. 121)

A alteração de somente esses dois elementos pode mudar toda a estrutura da língua, com repercussões que somente o tempo poderá avaliar. Em consequência disso, as gramáticas deverão se sensibilizar, não ignorando as descrições gramaticais e muito menos utilizar um modelo retrógrado de conjugação verbal, o que só revelará um desconhecimento da realidade linguística do país.

Alguns pronomes caracterizados como pessoais não se restringem somente a pronome sujeito. É o caso da expressão *a gente*. O emprego de *a gente* também expressa indeterminação de sujeito. Isso ocorre devido ao desejo de ocultação do *eu*, o qual levou os falantes a aderirem a estratégia que muda o caráter preciso e definido do sujeito

pronominal de primeira pessoa, seja ela do singular ou do plural, para um sentido mais abrangente ou indefinido, que se estenda a todas as pessoas gramaticais.

Por esse motivo, alguns estudiosos, como Said Ali (1971), valorizam a expressão *a gente* como pronome indefinido, pois os indefinidos representam um grupo de vocábulos que pede o verbo na terceira pessoa e indica um ente vago ou um ente qualquer, como ocorre em certos contextos com a expressão *a gente*. Ainda para o autor, a variante ultrapassa o sentido vago e limitado de *alguém*, sem chegar, todavia, ao significado generalizante da expressão *todo o mundo*.

Dessa forma, além de descrever a variação dos pronomes pessoais, há de se notar não somente a polarização *nós* X *a gente*, mas também outras possibilidades de variação. Há, pois, outras situações semelhantes em que ocorre o emprego de *se*, *você*, \emptyset e de outros recursos de indeterminação, com o mesmo valor e distribuição da expressão *a gente*. Monteiro (1994) oferece alguns exemplos para mostrar o caráter generalizante e/ou indefinido desses pronomes:

Nós tínhamos a toracoplastia, *nós* tínhamos o pneumotórax, hoje em dia *se* procura tratar o doente com essas medicações. (46. SSA. F. EF. I);

Agora, é engraçado que *você*, saindo do Brasil, *a gente* sente uma falta muito grande dessa parte de verduras. (328. RJF. DID. II);

Se *a gente* vê os retratos de antigamente, se *a gente* vê... *você* lê Machado de Assis, *você* sente que o Rio de Janeiro não podia ter sido tão quente. (233. RJ. M. DID. II);

Enquanto *você* viu as paredes subirem, então *você* sente que aquilo está correndo mas quando *se* começa o trabalho de emassar, de dar um acabamento, de colocar janelas, então *você* tem a impressão que isso nunca mais vai acabar, *a gente* olha para o chão... (04. RE. M. DID. I);

Outras formas tradicionais, senão todos os pronomes pessoais, também delineiam esse caráter indefinido, como os pronomes *nós*, *eles* e *eu*:

Nós compramos na COBAN, comumente, e aos sábados também *se* faz aquelas compras pequenas. (44. POA. F. DID. II);

Eu não sou tão velho assim... mas *a gente* sente... (233. RJ. M. DID. II);

Na França, *eles* criaram um mecanismo de proteção (20. SSA. M. EF. III).

Pontuou-se aqui a indeterminação do sujeito, porém há uma justificativa para a escolha pela forma indeterminada: os gêneros textuais. Bhatia (1997 *apud* Marcuschi, 2008) defende a ideia de que existem funções de ordem comunicativa com estratégias

convencionais para conseguir determinados objetivos, pois cada gênero apresenta uma finalidade clara que a motiva e lhe confere uma esfera de circulação (forma e função, estilo e conteúdo). Dentre esses, destaca-se a função como parte mais importante do gênero textual (Marcuschi (2008); Decat (2008)). Por isso, hoje os gêneros textuais são considerados como uma fértil área interdisciplinar, com foco principal para a linguagem em funcionamento e também para as atividades culturais e sociais.

1.2.4 GÊNEROS TEXTUAIS

De acordo com Marcuschi (2003), os gêneros textuais são firmados na linguagem. Para o autor, falar em gênero está “na moda”, mas sua existência vem desde a época de Platão, com a Tradição Poética, e com Aristóteles, com a Tradição Retórica. O que hoje se pontua é uma nova visão acerca do mesmo tema, isto é, hoje o gênero também está ligado à linguística de forma geral, porém com realce às perspectivas discursivas.

Dessa forma, o estudo de gêneros textuais na atualidade é considerado um empreendimento cada vez mais multidisciplinar. Assim, estudiosos de diversas áreas estão se interessando pelo assunto, a saber: teóricos da literatura, retóricos, sociólogos, cientistas da cognição, tradutores, linguistas da computação, analistas do discurso, especialistas no ensino de inglês e professores de língua.

Marcuschi (2008) ainda destaca que a análise de gêneros está voltada a uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, além de tentar esclarecer questionamentos de ordem sociocultural no uso da língua de forma global. O autor explicita que o manuseio dos gêneros nada mais é do que a forma como a língua é concebida em seu cotidiano nas mais variadas formas, agindo como parte integrante ou interação social.

Com todo esse aparato, Marcuschi (2008) enumera algumas ideias que pressupõem o que seja o gênero: “uma categoria cultural, uma esquema cognitivo, uma forma de ação social, uma estrutura textual, uma forma de organização social, uma ação retórica”. (MARCUSCHI, 2008, p. 149)

Quando se trabalha com gêneros textuais, é importante ter em mente alguns postulados: por exemplo, toda manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero. É impossível desvincular texto e gênero, por isso, estuda-se gênero textual no trato sociointerativo da produção linguística.

Para Marcuschi (2008, p. 154), “quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”. Dessa forma, pode-se dizer que os gêneros textuais atuam, em alguns contextos, como configurações de legitimação discursiva, pois estabelecem relação sócio-histórica como fontes de produção, as quais oferecem sustentação além da justificativa pessoal.

Existem alguns conceitos acerca de tipo textual, gênero textual e domínio discursivo, a saber: o tipo textual equivale a uma espécie de elaboração teórica, a qual é determinada pelo caráter linguístico de sua composição. São caracterizadas como tipologia textual a narração, argumentação, exposição, descrição e injunção.

Gênero textual, por sua vez, se refere a textos solidificados em circunstâncias comunicativas recorrentes. Marcuschi (2008, p.155) observa que os gêneros textuais normalmente são encontrados no cotidiano, em padrões sociocomunicativos determinados por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos realizados no agrupamento de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Diferentemente dos tipos textuais, os gêneros são mais abrangentes, além de serem consideradas entidades empíricas em circunstâncias comunicativas. Pode-se considerar, por exemplo, como representantes de gêneros textuais: sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, e-mail, bate-papo por computador, aulas virtuais, entre muitos outros.

Por último, o domínio discursivo está baseado nos levantamentos de Bakhtin, os quais indicam *instâncias discursivas*. São exemplos os discursos jurídicos, jornalístico, religioso, etc. Os domínios discursivos não englobam um gênero em especial, mas promovem a origem de vários deles. Todos os conceitos, porém, aparecem não como antagônico, mas sim como complementares e integrados, ou seja, como forma constitutiva do texto em funcionamento.

As definições acerca de gênero, tipo e domínio discursivo, porém, são mais operacionais do que formais e todos seguem de perto a posição bakhtiniana. Na mesma linha, Marcuschi (2008, p. 159) conceitua que os gêneros não são meras entidades formais, mas entidades comunicativas em que prevalecem os aspectos referentes a *funções, propósitos, ações e conteúdos*. Já a distinção mais precisa entre *tipo* e *gênero* é que gêneros são denominações sociorretóricas, enquanto *tipos* são denominações teóricas.

Por isso, conclui que haja muito mais denominações para gêneros como manifestações empíricas do que para tipos.

Segundo implicações de Carolyn Miller (1984 *apud* Marcuschi, 2008, p. 159), “os gêneros textuais são formas verbais de ação social estabilizadoras e recorrentes em textos situados em comunidades de práticas em domínios discursivos específicos”.

Decat (2008) explicita que as formas recorrentes em um determinado gênero, ou em um grupo de gêneros, servem para assinalar o gênero, uma vez que elas fazem parte dos objetivos sociocomunicativos do próprio gênero.

Algumas características são arroladas para explicitar o que caracterizam os gêneros aulas e apresentações como elocuições formais. Em termos gerais, Koch (1996, p.379) ressalta que “o texto falado pode ser concebido como uma sequência hierarquicamente organizada de atividades realizadas pelos interlocutores”. Para o termo elocução formal, a autora atesta que uma das características da elocução formal é o fato de ela estar direcionada aos papéis fixados previamente e a posse de turno ser convencionalmente determinada; o texto é formulado de maneira fluente, sem descontinuidade e/ou ralentamentos tópicos. Normalmente, as atividades são auto-condicionadas, uma vez que se trata, no caso, de eventos interacionais institucionalizados, os quais possuem objetivos definidos e situações e contextos restritivos e assimétricos. Embora se reconheça que as entrevistas não sejam elocuições formais, no trabalho elas se tornam um gênero importante pra ser analisado. Para delinear, portanto, os tipos de gêneros escolhidos para fazer parte da pesquisa, destacam-se suas características gerais:

- aula é a explanação de conteúdo proferido pelo professor, ou seja, aula consiste em passar conhecimento de assunto específico (acadêmico) para os alunos, é a forma mais precisa de aprendizagem, a qual é desenvolvida por um profissional e administrada com competência e formalidade;
- apresentação de trabalho é uma forma de avaliação do aprendizado do aluno (acadêmico), já que esse tem que se preparar para comunicar aos demais uma ideia, observação ou trabalho pré-determinado pelo professor. A apresentação de trabalho científico consiste na informação organizada, explicitando com certo critério o desenvolvimento, a análise e a conclusão articulados;
- entrevista é um encontro com alguma pessoa com a finalidade de obter informações, por meio de perguntas sobre seus atos, ideias, pesquisas, trabalhos, etc. As perguntas são elaboradas com formalidade, precisão e

astúcia para serem respondidas com clareza e atingirem o objetivo proposto pelo entrevistador, o qual tem que estar por dentro do conhecimento do assunto que será abordado e do entrevistado. O entrevistado, por sua vez, é normalmente uma personalidade importante que supre os objetivos do entrevistador.

Tanto as aulas e as apresentações quanto as entrevistas têm uma preocupação com a formalidade e isso é fundamental e decisivo para a realização do trabalho.

CAPÍTULO II

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo corresponde à descrição dos métodos e procedimentos de pesquisa adotados para a realização da análise do emprego das formas pronominais *nós*, *a gente* e *vocês(s)* como indicadores de indeterminação do sujeito em elocuições formais (*aulas* e *apresentações*) e entrevistas.

2.1 COLETA DE DADOS E DIVISÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS: AULAS, APRESENTAÇÕES E ENTREVISTAS

O *corpus* desta pesquisa é constituído de 03 aulas, 07 apresentações de trabalhos em sala de aula e 10 entrevistas, ou pode-se considerar simplesmente que o *corpus* é constituído de 10 elocuições formais e 10 entrevistas. Com base nesse *corpus*, é possível estudar alguns gêneros da língua portuguesa, com maior atenção ao processo de indeterminação do sujeito com os pronomes pessoais *nós*, *a gente* e *você*, na tentativa de oferecer subsídios para descrever a língua no seu uso.

Todos os gêneros apresentados são ocorrências de língua falada, os quais fazem parte do Funcpar (Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná). A escolha por elocuições formais e entrevistas adotou alguns critérios: os informantes tanto das entrevistas quanto das apresentações e das aulas são professores e alunos universitários de Maringá (PR), que nasceram na cidade ou residem nela há mais de 10 anos. Todas as gravações das elocuições formais foram realizadas durante aulas de graduação, apresentações de trabalhos acadêmicos, os quais exigiam alto grau de formalidade na fala. As entrevistas, por sua vez, somaram outras preocupações, isto é, para que os informantes apresentassem um comportamento linguístico mais espontâneo durante a entrevista, solicitou-se previamente a cada um deles um artigo científico de sua autoria. Após a leitura do texto, o pesquisador elaborou perguntas sobre o processo de produção do texto em si e sobre os temas tratados no artigo. Observou-se que esse procedimento possibilitou um maior envolvimento dos informantes com o conteúdo do que estavam falando, diminuindo-se o efeito “intimidatório” que o gravador geralmente causa aos entrevistados.

Como os textos foram gravados e transcritos, algumas características a respeito dos papéis e a posse de turnos fixados previamente (KOCH & SOUZA e SILVA, 1996) foram arroladas, a saber: nas *apresentações* e nas *aulas* há poucas marcas de interação, o professor e/ou apresentador do trabalho tinham a posse do maior turno. As trocas de turnos ou intervenções se deram somente com respostas a perguntas proferidas pelos alunos ou pela audiência. Já nas *entrevistas*, o entrevistado tinha maior turno em relação ao entrevistador, pois os assuntos abordados faziam parte de pesquisas realizadas pelos entrevistados. Os textos referentes às *aulas* e *apresentações* têm início delineado com apresentações dos propósitos dos trabalhos ou das aulas, bem como finalizações, marcadas também pela antecipação dos objetivos da aula seguinte. Nas *entrevistas*, porém, os objetivos vão sendo especificados com questionamentos determinados sobre as pesquisas desenvolvidas pelos professores, e o encerramento se dá de forma sucinta. Alguns exemplos podem ser observados abaixo:

Aulas

(01)

bom mas vamos LÁ,
 ... vamos começar nossa aula então.
 .. bom nas últimas duas aulas vocês viram .. os cora::ntes,
 .. os anaboliza::ntes,
 .. viram também na última aula os xaro::pes.
 ... hoje .. nós vamos mudar um POUco,
 .. nós vamos/ ver OUTros tipos de dispersões. (Aula 02; p. 01)

Apresentações

(02)

.. vemos que a proposição da existência de um português homogêneo .. é cada vez
 menos possível,
 .. o português brasileiro então é,
 .. na verdade,
 .. não uma língua homogênea,
 .. mas são vários dialetos que são usados vivamente por todos os brasileiros.
 (fala com a equipe)
 .. então muito obrigado tá. (Apresentação 04; p. 04)

Entrevistas

(03)

E - então o que que leva o brasileiro a ter esse preconceito .. com relação à carne de equino?
 I – a gente até discutiu isso na hora de formular o artigo,
 ... muitas vezes é porque o animal .. ele é boniti::nho,
 .. ele é dócil,
 .. ele é não sei o quê,

.. entendeu?
 .. e:: e tem aquele também ... éh:: pela utilização dele .. no tempo passado,
 .. porque:: ... aquela tendência que ele .. era usado/ o cavalo o burro pra puxar
 arado,
 .. que a carne seria muito dura. (Entrevista 06; p. 01)

Os gêneros contidos na pesquisa foram gravados e transcritos, conforme padrão adotado nas normas do projeto NURC (PRETI, 1993, p. 11-12) com algumas adaptações (ANEXO A) e segmentadas em unidades de entonação. Como critério de segmentação, utilizaram-se os argumentos de Chafe (1987), o qual explica que a fala espontânea não é elaborada em um fluxo contínuo, mas em uma série de breves jorros de fala que expressam a informação que está sendo focalizada pela consciência no momento da enunciação. Os jorros de fala que Chafe caracteriza são determinados como unidades de entonação, as quais podem ser identificadas por três critérios básicos:

1. entonação: a maior parte das unidades termina com um contorno típico de final de oração;
2. pausa: a separação entre as unidades é feita por breve pausa;
3. sintaxe: há uma tendência para as unidades corresponderem a orações simples.

De princípio, o autor assinala duas observações advindas dos três critérios apontados anteriormente. O primeiro é que os três critérios aparecem simultaneamente e necessariamente em uma unidade; e o segundo revela que nenhum dos três critérios é suficiente para identificar uma unidade, já que não se deve esperar que um fenômeno cognitivo se revele mecanicamente por meio de fenômenos linguísticos.

.. nós entrevistamos .. um falante do dialeto caipira,
 .. analisamos a música moda da pinga,
 .. e .. por fim construímos o artigo.

As unidades acima marcam os critérios apontados por Chafe. As unidades apresentadas já se iniciam por pausa e têm estrutura de uma oração. As duas primeiras têm curvas entonacionais representadas pela vírgula, unidade de entonação ascendente ou estável, já a terceira unidade tem entonação descendente, representada pelo ponto final.

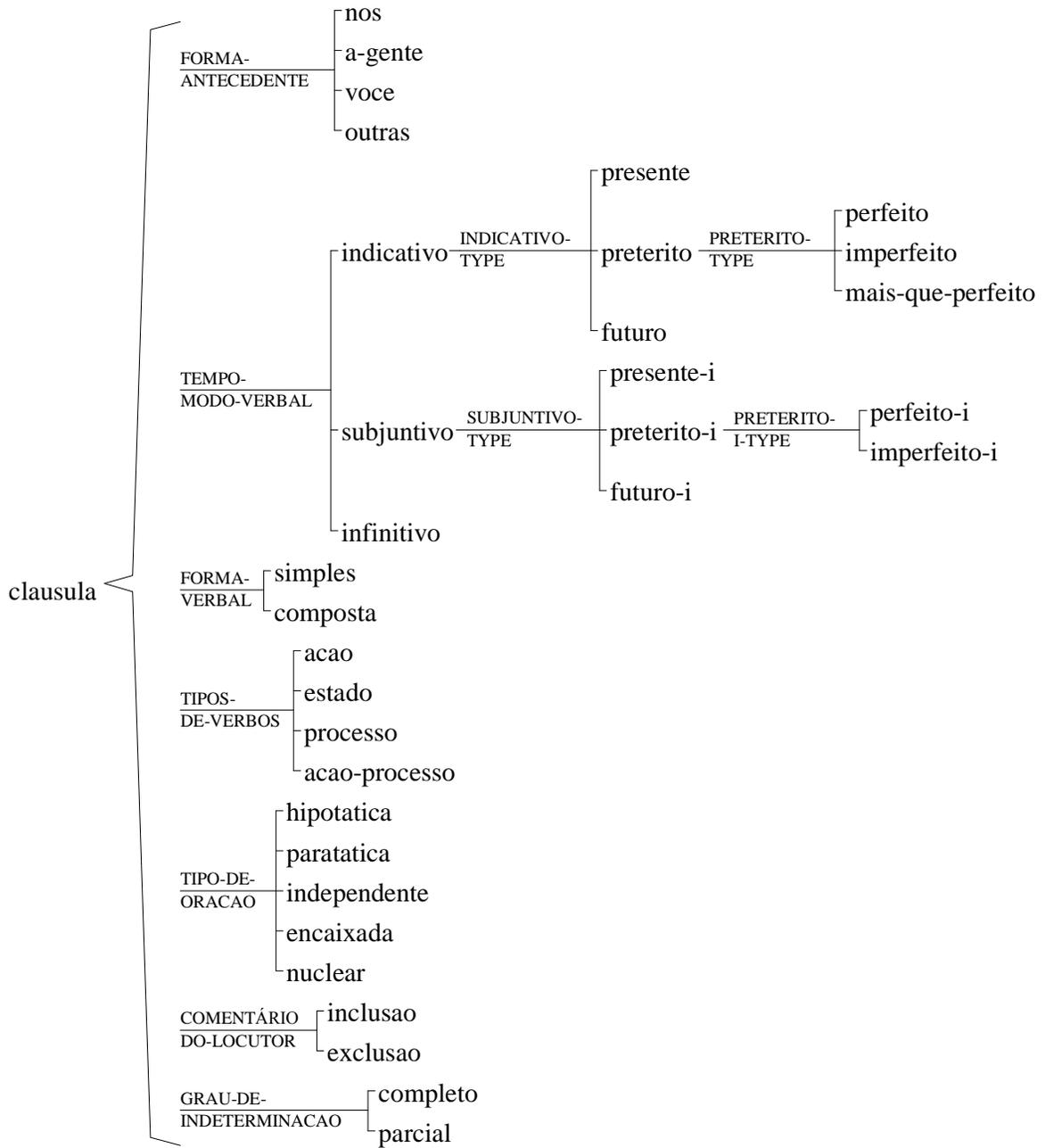
2.2 QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS

A quantificação dos dados foi elaborada por meio do Systemic Coder, versão 4.5. O programa é uma ferramenta computacional, desenvolvida por Mick O'Donnell e está disponível para *download* no site www.wagsoft.com. O programa é um instrumento que serve para facilitar a codificação dos dados, permitindo ao usuário criar uma rede sistêmica hierárquica de traços linguísticos. Num primeiro momento, é estabelecida a segmentação dos dados pelo usuário, fazendo com que cada segmento seja apresentado individualmente na tela do computador para que os traços pertinentes a ele possam ser codificados. Por fim, os dados são apresentados estatisticamente, os quais podem ser cruzados ou exportados para outros programas estatísticos.

O Systemic Coder apresenta algumas vantagens sobre o pacote de programas Varbrul, também muito utilizado na codificação de dados em pesquisas linguísticas. Em primeiro lugar, o Systemic Coder dispensa a digitação de amplas cadeias de dados que precisam ser processados por uma sequência de programas até que seja alcançado o resultado final. Em segundo lugar, o Varbrul foi desenvolvido e direcionado para pesquisas sociolinguísticas variacionistas, o que torna um trabalho de cunho funcionalista mais extenso, já que é necessário utilizar codificações com terminologia variacionista, por exemplo, variáveis dependentes, variáveis independentes, peso relativo etc., as quais, alheias ao trabalho, acabariam não sendo utilizadas depois. O Systemic Coder, ao contrário, parte do pressuposto de que os elementos linguísticos estão linearmente colocados.

Para a codificação dos dados, foi utilizado um único esquema. Esse esquema, porém, foi codificado da seguinte forma: no gênero *entrevista* com os pronomes *nós*, *a gente* e *você*, no gênero *aula* com os pronomes *nós*, *a gente* e *você* e no gênero *apresentação* com os pronomes *nós*, *a gente* e *você*.

O esquema sistêmico criado para a análise dos dados deste trabalho é representado na figura a seguir.



2.3 PARÂMETROS DE ANÁLISE

2.3.1 A forma antecedente

A forma antecedente, também denominada como paralelismo formal no nível discursivo (MACHADO, 1995), é definida como a tendência de o falante repetir, sucessivamente, a mesma estrutura linguística no enunciado, de maneira que as várias ocorrências de um dado fenômeno apresentem entre si uma forte correlação morfossintática e discursiva. A escolha por certa forma linguística predomina sobre as demais.

Lopes (1993) coloca duas perspectivas arroladas sobre o termo. A primeira se refere aos estudos de Lefebvre (1981, p. 81-82) que aponta que o paralelismo, de um ponto de vista estrutural, se apresenta com a repetição mecânica de formas, numa aparente “concordância superficial”. A segunda, que contradiz o conceito exposto, explora o fenômeno do paralelismo como uma escolha consciente do falante por manter formas similares com finalidades discursivas particulares, como: coerência textual, ênfase, entre outros.

Machado (1995) aponta os trabalhos de Scherre (1992b) a respeito do paralelismo, os quais delineiam o paralelismo formal como uma influência de caráter universal. Salienta que além da variável atuar por meio de repetição das formas antecedentes, desconhece-se uma explicação mais apropriada sobre tal influência e que há muitas probabilidades de interpretação arroladas sobre o efeito paralelístico: uns o mencionam como um processamento mecânico e superficial, outros como função cognitiva. Dessa forma, Scherre (1992, p 48-49 *apud* MACHADO 1995, p.80-81) assinala essas interpretações como:

1. a facilidade de processamento (lei do menos esforço);
2. o funcionamento da memória imediata (tendência de repetição mecânica de formas semelhantes, concordância formal superficial e auto-monitoração);
3. o processamento não-mecânico de formas gramaticais semelhantes, associado a uma das possíveis formas de mente humana operar, criando a harmonia discursiva e a coesão textual;
4. a manifestação ou escolha de funções pragmático-discursivas (coesão textual, mecanismos coesivos, ênfase, estabelecimento de *foreground* e manutenção de “atitude”) e fatores estilísticos.

O princípio do paralelismo formal também pode estar relacionado à variação de escolha pronominal. A hipótese, para tanto, se aplica ao fato de a primeira ocorrência de um pronome condicionar as subsequentes, ocasionando uma série de repetições da mesma forma pronominal. Por exemplo, se o falante iniciar uma sequência discursiva usando o pronome *nós*, há possibilidade de essa forma ser recorrente nas posições seguintes, explícita ou implicitamente. Da mesma forma pode ocorrer com a variante *a gente* ou com *você(s)*. Seguem abaixo identificações acerca dessa ocorrência:

(04)

.. **nós selecionamos** três músicas sertanejas,...
 .. **nós nos preocupamos** com a seleção desse::/desses cantores,...
 .. antes do nosso trabalho **nós acreditávamos** que apenas o retroflexo acontecia em .. em meio de vocábulo,.. mas o estudo que **nós fizemos** nos mostrou que não,
 .. que há então outras realizações. (Apresentação 03; p. 01)

(05)

.. ele é o avô da Ana,
 .. e **a gente fez** uma simples uma entrevista com ele.
 .. bom.. essa entrevista éh:: ela foi feita assim,
 .. **a gente sentou**,
 .. e começou a conversar com ele,
 .. sem que ele percebesse né,
 .. e:: mais pra frente **a gente pediu** para ele falar algumas palavras,..
 (Apresentação 01; p. 04)

(06)

E – e quando ... no caso quando **você vai escrever** um texto como esse,
 ... no caso da produção desse texto aqui,
 .. éh:: que tipo de preocupação **você ... coloca** em primeiro plano,
 .. assim uma preocupação ... com o aspecto forma::l da construção do texto,
 ... ou com a/com a ... uma preocupação maior com:: com a clareza do que vai ser:: do conteúdo.
 .. assim ... como **você pensa** essa questão entre a forma e o conteúdo,
 quando **você vai produzir** um texto assim? (Entrevista 04; p. 02)

Lopes (1993) admite que a natureza formal ou funcional do paralelismo pode estar relacionada com o ambiente em que o fenômeno ocorre. Gryner (1990, p. 183-184) adverte que o paralelismo está relacionado à ‘atitude’ do falante em manter ou não as variantes. Ainda destaca que esse fato é um problema de coerência textual e não de natureza formal, já que “as formas variantes são elementos significativos”.

Lopes (1993, p. 43) aponta que a hipótese de ocorrência da forma antecedente, no nível do discurso, é de natureza funcional, pois não parte de repetição mecânica ou

automática, mas sim de uma opção consciente do falante e com o objetivo de proporcionar concordância discursiva, ou seja, a repetição de formas similares se constituiria por fatores discursivos (*referência [+ determinada] ou [- determinada]; estilo [+formal] ou [-formal] etc.*)

Machado (1995) ainda postula que, em uma série discursiva, a distância pode demarcar a frequência da escolha pronominal, qual seja: quanto maior a distância entre as estruturas pronominais, menor será a tendência de o falante repetir a forma escolhida à primeira ocorrência da sequência discursiva.

O trabalho, porém, aponta que além do fator distância, a escolha de gênero textual também implica na preferência de determinada variante, assim como se sua forma antecedente se mantém ou não.

2.3.2 Tempo/modo verbal

Pretende-se verificar se a variável tempo/modo verbal atua sobre a indeterminação de sujeito nos pronomes *nós*, *a gente* e *você(s)*. Postula-se que as formas verbais favorecem a indeterminação de sujeito. Assim, formas morfologicamente mais delineadas, como os pretéritos e os futuros do indicativo e as formas de subjuntivo, as quais possuem DMT (desinência modo-temporal) e DNP (desinência número-pessoal) favorecem o emprego do pronome tradicional *nós*, como mostram as pesquisas de Machado (1995) e Lopes (1993). Já as formas menos delineadas, como é o caso do presente do indicativo e infinitivo pessoal, condicionam o uso de *a gente* e *você(s)*.

Menon (2006) constata que o tempo verbal é um fator importante para as coerências de indeterminação do sujeito. A autora frisa que se certos enunciados passarem para pretérito perfeito suas características de indeterminação também mudam, ou seja, perdem o caráter indeterminado e passam a ser, no mínimo, ambíguos. O tempo presente do indicativo é a forma verbal comum para interpretar a indeterminação do sujeito nos enunciados, pois traz significados de *atemporalidade*, *repetição*, *duração*, *permansividade*. Costa (1976) considera que o presente do indicativo tem valor temporal *neutro*, já que marca uma ação sem fazer alusão à sua duração e é empregado para indicar descrições centradas em ações cotidianas, habituais.

O segundo tempo mais usado, apontado na pesquisa de Menon (2006), é o infinitivo, com mais precisão em ØV3PS. Logo seguem as ocorrências do imperfeito,

do perfeito, e do futuro do indicativo; do condicional; do presente, do futuro e do imperfeito do subjuntivo. A autora ainda postula que

(...) é, sobretudo, o presente atemporal o tempo da indeterminação: é o presente dos ditados e das verdades eternas; dos fatos que podem ocorrer não importa onde, no mundo; dos eventos não localizados e não-localizáveis; dos fatos que podem se repetir no tempo e o espaço. (MENON, 2006: 139)

A escolha por um determinado tempo verbal pode proporcionar a ocorrência maior ou menor da indeterminação do sujeito. Por exemplo, o uso do presente atemporal está mais relacionado à forma de expressão dos ditados, verdades gerais ou eternas e perguntas retóricas. Outros tempos verbais, porém, também são destacados como indeterminados.

(07)

.. eu tô achando .. eu tô supondo que a adoção possa ser um bom caminho pra solução desses problemas, .. mas será que não: seria interessante **a gente pegar** dessas crianças que passaram por ali,.. (Entrevista 01; p. 11)

(08)

.. e o filho dela .. diversas vezes veio falar com ela e ela ficava adalando o filho,
assim como **a gente faz** com os nosos,
.. colocava no colo,
.. ficava alisando. (Entrevista 01/p. 07)

(09)

.. não pode ser aquele aspecto de areia,
.. aquela coisa ruim,
.. já pensou aplicando uma suspensão no olho,
.. na hora que **você fecha** raspando o olho? (Aula 02/p.)

(10)

o:/no nordeste **nós tivemos** o falcão pronunciando delicado,... retaguarda,. (Apresentação 04; p. 04)

2.3.3 Forma verbal

Além das categorias modo/tempo verbal, é interessante destacar também a importância das formas verbais simples e compostas como elementos recorrentes aos enunciados indeterminados.

(11)

.. quando **você vai ler** um romance, **você não sabe** o que vai acontecer. .. no meio do caminho você:: .. não é? (Entrevista 01; p. 04)

(12)

... ah:: aí mais pra frente na/depois do refrão **nós temos** a palavra social .. tá, .. então .. geralmente **nós falamos social**... tá, ... outras regiões falam social enquanto ele fala social. .. muito bem .. a gente também selecionou um trecho, .. ah:: pra falar do r ... tá,..(Apresentação 04; p. 03)

2.3.4 Tipos de verbos

Assim como a escolha pelo tempo/modo verbal é importante para delinear a indeterminação do sujeito nas elocuições formais e entrevistas, a tipologia verbal também exerce papel relevante. Segundo Ignácio (2002), a tipologia verbal, do ponto de vista lógico-semântico, pode ser representada por uma visão dinâmica ou estática da realidade. Para a visão dinâmica, subscrevem-se ação, processo e ação-processo; já a estática indica estado. Segue abaixo um quadro de tipologia verbal, segundo os preceitos de Ignácio (2002, p. 119):

Classe verbal	Tipo de sujeito	Exemplo
Ação	Agente	<i>Jeremias fala demais</i>
	Agente	<i>A criança brincava no parque</i>
	Agente	<i>O cavalo galopava veloz</i>
Processo	Paciente	<i>O gelo derreteu com o calor</i>
	Paciente	<i>Os porcos engordaram com farelo</i>
	Paciente	<i>O muro caiu com o vento</i>
	Experimentador	<i>João sentiu uma dor de cabeça</i>
	Experimentador	<i>Romeu apavorou-se</i>
	Experimentador	<i>Maria magoou-se com a notícia</i>

Ação-processo	Agente	<i>Jeremias engorda porcos</i>
	Causativo	<i>A peste matou os porcos</i>
	Instrumental	<i>Farelo engorda os porcos</i>
Estado	Objetivo	<i>A mesa está quebrada</i>
	Objetivo	<i>Esse aluno é inteligente</i>
	Objetivo	<i>A régua mede trinta centímetros</i>
	Objetivo (possuidor)	<i>Paulo tem um BMW</i>
	Experimentador	<i>A professora gosta de nós</i>
	Experimentador	<i>Acho lindos os seus olhos</i>
	Experimentador	<i>Romeu ama Julieta</i>

O verbo de ação indica que alguém FAZ alguma coisa. Assim, o sujeito é um Agentivo, o qual é dotado de voluntariedade, ou seja, tem controle sobre seus atos.

(13)

.. se eu estiver .. escrevendo um diário, .. é uma coisa diferente, .. mas **você tá escrevendo** aí pro outro. (Entrevista 01; p. 03)

O verbo de processo indica que alguma coisa ACONTECE com alguém, tanto seres quanto objetos. A característica do sujeito escolhido por um verbo de processo é de ser afetado física ou psicologicamente, concebendo, dessa forma, um Paciente ou um Experimentador.

(14)

.. quando **você passa** aqueles sólidos,
.. vai senti::ndo na pele .. levemente,.. (Aula 02; p. 08)

O verbo de ação-processo indica ao mesmo tempo uma ação e um processo, o que implica dizer que tem um FAZER por parte do sujeito e um ACONTECER em relação ao objeto. Com os verbos de ação-processo existirá sempre um complemento afetado, física ou psicologicamente.

(15)

.. então **você matou**,
.. tacou água oxigenada,
.. você esterilizou,
.. matou tudo que tinha lá,.. (Entrevista 10; p. 04-05)

O verbo de estado indica um SER/ESTAR/EXISTIR em relação ao sujeito. Situa, portanto, uma relação entre uma entidade e um estado em que ela se encontra; aponta uma característica que lhe é imposta, ou um sentimento de que é dotada.

(16)

E - temperatura.

.. é a temperatura em que o processo é feito,

.. leite pasteurizado é feito uma pasteurização que **a gente chama** uma pasteurização le::nta... (Entrevista 10; p. 02)

Em relação à tipologia verbal, o trabalho ressalta quais tipos de verbos mais recorrentes para a indeterminação dos sujeitos *nós*, *a gente* e *você(s)* nas elocuições e entrevistas analisadas. As análises mostrarão as maiores ocorrências para cada tipologia verbal.

2.3.5 Tipos de orações

Dentre os tipos de oração, o trabalho destaca a hipotaxe (subordinada), parataxe (coordenada), independente, encaixada e nuclear como tipos que permeiam as análises e podem contribuir para a escolha pela indeterminação do sujeito. Com breves conceitos, serão delineadas as características mais relevantes dos termos propostos.

De acordo com Duarte (2007), a subordinação refere-se a uma forma de organização sintática, na qual um termo exerce função no outro. Normalmente utilizam-se expressões como: ‘ser dependente sintaticamente’ ou ‘estar subordinado’. Quando o sentido da sentença inicial ficar comprometido em relação à segunda oração, diz que se tem caso de hipotaxe. Hintze (2003, p. 38) afirma que diferentemente das coordenadas, “as subordinadas tem a capacidade de transferir o todo à parte para que esta possa articular-se com uma parte de outro todo”. A autora ainda afirma que “uma oração subordinada é um termo de uma subordinante e esse conjunto forma um todo”, o que transfigura ao conceito de incorporação.

(17)

... então a diferença .. vai estar .. nas fases. .. fases líquidas .. emulsões, .. **se você tem fase sólida e fase líquida e semi-sólida, .. suspensão.** (Aula 02; p. 04)

Na coordenação ou parataxe, a relação de interdependência se estabelece entre elementos de mesmo estatuto, sem que um dependa do outro. Quando o sentido da

primeira oração estiver completo ou se a construção for assindética, diz-se que ocorre a parataxe. Para Hintze (2003), a coordenação possui a capacidade de relacionar orações. Bechara (1977, p. 218) descreve a coordenação como uma “sequência de orações em que uma não exerce função sintática de outra”.

(18)

.. no Brasil o que a gente mais tem é a falta de emprego né. .. **e aí você cria um espaço onde as pessoas podem estar empregadas**, .. assistente social, .. mãe social, .. motorista,.. (Entrevista 01; p. 09)

Uma oração é uma unidade gramatical organizada à volta de um verbo. Dessa forma, considera-se independente a oração que não tem relação alguma com a estrutura anterior e posterior a ela. Em outras palavras, a oração apresenta-se solta no enunciado.

(19)

ahm ..a/ porque as variações não vão ocorrer dentro da língua, .. mas sim dentro da fala, ... dentro do indivíduo, .. **e daí a gente admite o indivíduo dentro da sociedade**, .. quer dizer .. assim como o indivíduo faz parte da sociedade, .. a fala faz parte da língua,.. (Apresentação 02; p. 02)

Em relação às orações encaixadas, Halliday (1994) e Lehmann (1988) expõem que as cláusulas matrizes exigem um complemento que é fornecido em outra estrutura oracional. Assim, as encaixadas têm uma relação de integração, isto é, de encaixamento em relação à matriz, porém nem toda oração encaixada funciona como matriz. Para Lehmann (1988), na relação de encaixamento existe uma dependência, na qual uma oração funciona como constituinte da outra. Essa dependência, por sua vez, é determinada pelo tipo de relação estabelecida pelo sintagma verbal ou verbo da oração matriz. As encaixadas, normalmente, são orações que funcionam como sujeito da oração matriz, denominadas de subjetivas. Elas podem ocorrer de forma finita ou não-finita, e ocorrerem pospostas ou antepostas à matriz.

(20)

.. o Brasil sempre está atrasado .. né em relação a eles, .. **até mesmo pelo tempo que nós temos de colonização** .. né, .. só que .. eu vejo que nós ainda estamos entrando em/ a população brasileira tá entrando no fast food, .. e urgentemente o governo brasileiro tem que tomar providências a respeito disto,.. (Entrevista 10; p. 15)

Já as nucleares são orações denominadas, de acordo com a Gramática Tradicional, de principais. Dessa forma, as orações nucleares servem como processo de topicalização, dando relevo à expressão, ao conteúdo.

(21)

.. ah:: .. mas tem alguns onde:: o alçamento não/não ocorre na região sul, ... por exemplo na::/na **música você percebe .. que o gaúcho pronuncia issu... sauda/saudadi e cresci .. tá...** (Apresentação 04; p. 04)

2.3.6 Comentário do locutor

Muitas vezes, em elocuições formais e em entrevistas, os informantes tendem a se distanciar do discurso indeterminado ou das situações que expressam generalidade para inserir seus próprios argumentos, pensamentos, opiniões, situações vivenciadas ou experienciadas. Eles se servem dos recursos da indeterminação para fazer referência a fatos genéricos, porém, quando há necessidade, inserem uma advertência pessoal, seja para complementar e destacar o conjunto genérico ou para se identificar como igual ou diferente dos demais.

Alguns elementos linguísticos, contudo, servem para marcar o contraste entre o indeterminado e o pessoal, como as expressões *pelo menos, ao menos; a mudança do tempo verbal; verbos de dizer, sentir, pensar* (MENON, 2006, p.144).

(22)

.. **eu acho** que na questão do do estrangeirismo **a gente perderia a nossa identidade cultural**, porque como *a gente aprendeu*,
.. a língua é a característica principal de uma cultura. (Apresentação 05; p. 05)

(23)

I –nunca é fácil escrever né,
.. **não acho** uma coisa mais fácil do mundo não,
.. é assim .. **a gente fica cheia de ideias**,
mas .. a estrutura dum texto,
.. quando você tem que fazer um texto pra *você::* .. *é::* bem diferente né.
(Entrevista 01; p. 03)

Outro meio também utilizado pelo informante para se destacar das situações, ou para se distanciar da emissão de uma opinião pessoal, ou ainda para explicar o fato vivido, é se utilizar do verbo na terceira pessoa do singular (ØV3PS). Por exemplo, o

(25)

.. por que que as pessoas vão querer que aquilo ali acabe ... não é?
... por que que você vai querer que os alunos da universidade X abandonem a universidade X .. não é? (Entrevista 01; p. 10)

(26)

.. as crianças eram adotadas,
 e aí:: não .. se acertavam na casa e devolviam,
.. como um cachorrinho que você devolve pro pet shop né::,
 .. é complicado né. (Entrevista 01; p. 10)

Esses diferentes níveis graduais foram colocados em função da probabilidade de recuperação de referência no próprio contexto. Nos exemplos apresentados observa-se que a imprecisão dos primeiros enunciados está em escala máxima de indeterminação. Não se codifica quem é ou são os referentes do enunciado, além disso, os excertos trazem as palavras “pessoas” e “crianças” que criam mais indeterminação do que somente o pronome *você* expresso, pois as palavras no contexto estão expressas de forma genérica.

Grau 05 – determina, pelo contexto, informações proferidas nos gêneros textuais. Aqui a referencialidade aumenta enquanto a indeterminação fica mais branda.

(27)

.... bom ... **a fala .. como nós vemos,** .. ela apresenta algumas variações, .. que:: pode ser HISTÓRICA, .. ou seja .. éh:: nós .. éh analisarmos um falante de hoje com um de dez anos atrás, .. (Apresentação 01; p. 01)

Em contrapartida ao grau 01, o exemplo de grau 05 já faz alusão a um referente, mesmo que ele não seja totalmente explicitado no contexto. Mesmo não nomeando cada pessoa, é perceptível saber que o *nós* faz papel de pronome sujeito que engloba mais de um falante, porém em sentido generalizado.

Embora neste trabalho sejam adotados somente dois graus (GRAU 01 E GRAU 05), pois ambos já suprem os parâmetros arrolados: indeterminação completa ou parcial, cabe apresentar, por uma questão de definição, os outros graus da escala: grau 02, grau 03 e grau 04.

Grau 02 – abrange, por exemplo, tanto o falante quanto o ouvinte. Se o falante optar por usar o pronome *nós*, ele estará de alguma forma abrangendo a si mesmo e o ouvinte como parte do grupo ao qual se faz referência. Não se sabe, porém, a que grupo exatamente o falante indica e por isso, atribui-se o grau 02 da escala de indeterminação do sujeito.

Grau 03 – no grau 03, o falante começa a especificar, de forma ainda vaga, a classe à qual ele se refere.

Grau 04 – aqui, o falante determina ainda mais o grupo a que ele se refere. O número de possibilidades interpretativas começa a se tornar mais preciso. Neste grau, percebe-se que o falante não faz referência a qualquer grupo, mas sim a um grupo um pouco mais específico. A possibilidade de referência é mais limitada que nos outros graus de indeterminação do sujeito.

Em relação a todos os graus de indeterminação, afirma-se que à medida que os graus aumentam, ou seja, aproximam-se de 05, a referencialidade aumenta e, portanto, a indeterminação diminui.

CAPÍTULO III

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresentam-se os resultados obtidos na análise da indeterminação dos sujeitos *nós*, *a gente* e *ocê* nas elocuições formais (*aulas e apresentações*) e *entrevistas*. Partindo do esquema sistemático e da metodologia proposta, serão realçados os dados relevantes aos objetivos e hipótese do trabalho, ou seja, a de que os gêneros textuais são fundamentais para a incidência da indeterminação. Vejam-se os exemplos abaixo:

(28)

.. no Brasil o que a gente mais tem é a falta de emprego né. .. e aí **você** cria um espaço onde as pessoas podem estar empregadas, .. assistente social, .. mãe social, .. motorista,.. (Entrevista 01, p. 09)

(29)

... e:: o r retroflexo .. né .. diríamos que:: .. seria mais/o aspecto marcante do:: dialeto caipira, .. né .. que se **a gente** for ver um caipira falando, .. só pela maneira que ele diz o /r/ né,.. (Apresentação 01, p. 03)

(30)

.. mas antes disso eu tô esquecendo de um detalhe, .. quando **nós** apresentamos uma tabela um gráfico, .. nós temos que FACilitar a leitura desta tabela ou deste gráfico para o leitor,... (Aula 01, p. 10)

Em síntese, já se pode afirmar que os três gêneros escolhidos para a pesquisa trazem marcas de indeterminação do sujeito, tanto para o pronome *você*, quanto para *a gente* e *nós*, porém em escalas a serem verificadas mais adiante. Deixa-se claro que, como o foco do trabalho está sob perspectiva da indeterminação do sujeito, todo o *corpus* do trabalho se pauta somente em excertos indeterminados ou parcialmente indeterminados. Dessa forma, passa-se agora ao primeiro item de análise: a forma antecedente.

3.1 A FORMA ANTECEDENTE

A forma antecedente, como já exposto anteriormente, também denominada de paralelismo formal, consiste na tendência de o falante repetir uma mesma forma em

uma sequência discursiva. Lopes (1993) e Machado (1995) postularam, em seus trabalhos, o paralelismo formal como variável linguística significativa. Aqui também se pretende ressaltar que a forma antecedente pode estar condicionada a fatores de ordem funcional, um meio pelo qual o falante se utiliza para repetir formas semelhantes, no intuito de criar uma harmonia discursiva.

A forma antecedente revelou-se significativa. Os resultados encontrados demonstram que o princípio do paralelismo atua na escolha entre *nós*, *a gente*, *você* e *outras formas*. Explicita-se que a denominação “*outras*” expressa, na tabela, denota qualquer outra forma pronominal ou nominal que seja sujeito e diferente das analisadas, por exemplo, *eu*, *ele(s)*, *ela(s)*, *a pessoa*, *a criança* e assim por diante. Segue abaixo tabela representativa da forma antecedente nos gêneros *aulas*, *apresentações* e *entrevistas*:

TABELA 01: Descrição das formas antecedentes em *aulas*, *apresentações* e *entrevistas*, com os sujeitos *nós*, *a gente* e *você*

Forma antecedente	Aulas			Apresentações			Entrevistas		
	Nós	a gente	você	Nós	a gente	você	Nós	a gente	você
<i>Nós</i>	6/19 32%	1/13 8%	4/51 8%	9/14 64%	3/13 23%	2/7 28%	6/20 30%	3/82 4%	3/91 3%
<i>A gente</i>	0/19 0%	1/13 8%	2/51 4%	3/14 22%	2/13 15%	3/7 44%	5/20 25%	29/82 35%	9/91 10%
<i>Você</i>	4/19 21%	3/13 23%	26/51 51%	0/14 0%	1/13 8%	0/7 0%	3/20 15%	10/82 12%	39/91 43%
<i>Outras</i>	9/19 47%	8/13 61%	19/51 37%	2/14 14%	7/13 54%	2/7 28%	6/20 30%	40/82 49%	40/91 44%

Na tabela 01, os resultados confirmam que nas estruturas transcritas há uma tendência pela escolha de *outras* formas pronominais e/ou nominais como antecedente. Há, porém, uma disposição para a manutenção do mesmo sujeito pronominal com as demais formas. A variante *a gente*, nas *entrevistas*, conta com (35%) de frequência (29/82), em comparação com as das *aulas* (8% 1/13) e *apresentações* (15% 2/13)¹³. Observe abaixo os exemplos de estrutura paralela do *corpus*:

(31)

¹³ Aqui não estão presentes as ocorrências da variante como pronome pessoal determinado, o que ocasionaria uma mudança de porcentagem considerável.

... e **a gente** conversou com uma mulher já .. uma outra mãe social que tinha lá nesse momento, .. já tinha aumentado, .. ampliado o número de crianças, .. e **a gente** percebeu assim um descaso eno::rme, sabe assim .. ela pratica/praticamente dispensando pra ir embora. .. e **a gente** ficou pensando “mas o que que é isso né”, “o que que acontece?” (Entrevista 01; p. 07)

(32)

.. até **pra gente**:: né éh:: éh essa parceria com a Argentina, seria ... importante **a gente** conhecer melhor a Argentina .. né. .. nesse sentido que eu fiz um estudo comparativo entre ... pensadores da mesma época .. que vi/ que viveram no Brasil e na Argentina, e pensaram questões parecidas. (Entrevista 04; p. 01-02)

(33)

.. bem saudável. .. é uma das melhores carnes que **a gente** já analisou .. pra consumo ... tá? .. aí agora o que **a gente** tá tentando fazer? .. **a gente** tá tentando com o produtor .. conseguir que tipo de alimentação foi dada pra essa avestruz. (Entrevista 06; p. 04)

Nos exemplos, o falante escolhe a forma *a gente* (1ª. referência) para fazer alusão ora totalmente indeterminada (32), ora parcialmente indeterminada (31 e 33), incluindo-se também no contexto, porém deixando vago quem são as outras pessoas que participaram da pesquisa. Nos exemplos, preferiu-se não intercalar outras formas pronominais, mantendo-se, portanto, o paralelismo, ou seja, houve uma tendência à manutenção do mesmo sujeito pronominal.

(34)

.. quando chega no final, .. o resultado é muito bom.. se **você** faz a sua parte.. né. .. e tudo que **a gente** aprende, .. só é útil **pra gente** mesmo.. tá:: .. então::.. não pode ter preguiça.. tá:: (Aula 03; p. 24)

No exemplo (34), observou-se que o falante utilizou duas vezes a forma *a gente*, a primeira precedida por *você* e a segunda por *a gente*, repetindo a mesma forma. Em alguns casos, porém, supõe-se que o uso da forma pronominal constitui uma questão de escolha que se deve a outros fatores e não à influência do princípio da forma antecedente. A utilização, portanto, de qualquer processo de indeterminação ou indefinição do sujeito é um recurso para que o enunciador indique um menor envolvimento com o que diz.

Machado (1995) destaca que o falante ao iniciar uma frase ou uma sequência discursiva, a qual não é antecedida por pronome equivalente, tem a opção de escolher tanto o pronome *nós* quanto a forma *a gente*. No entanto, quando há uma escolha pelo pronome *nós* como primeira referência, a probabilidade de o falante empregar a

expressão *a gente* como sujeito da oração subsequente diminui. Agora, se a primeira referência for a expressão *a gente*, verifica-se que a tendência de o falante optar por utilizar essa mesma forma aumenta.

Destaca-se, dessa forma, que o tradicional *nós* teve porcentagem significativa em todos os gêneros. A tabela 01 destaca que, nas *aulas*, a frequência é de (32% 6/19), nas *apresentações* com (64% 9/14) e nas *entrevistas* com (30% 6/20). Embora se note que o paralelismo formal com o pronome tradicional tenha sido bem maior em comparação com os outros pronomes, há de se observar que o índice de ocorrência indeterminada nas cláusulas foi menor. Isso se explica, com propriedade semelhante à variante *a gente*, pois na maioria dos casos, principalmente nos gêneros *aula* e *apresentação*, o falante se inclui no enunciado, fazendo que seu discurso se torne determinado. Algumas amostras abaixo evidenciam a escolha pela manutenção do pronome *nós* em um contínuo.

(35)

... então **nós** podemos fazer mistu:ras ... de substâncias em estado líquido .. ou gaso::so ou só::lido .. com outras em estados diferentes,
 .. e obter então sistemas homogêneos e sistemas heterogêneos.
 .. então **nós** teremos sistemas .. homogêneos,
 .. por exemplo soluçÕES,
 .. e heterogê:neos,
 .. então homogêneos por exemplo soluções,
 .. ditas soluções verdadeiras,
 .. onde **nós** temos uma única fase,
 .. ou seja .. to::das as moléculas ou ions .. ali .. interagindo com o solvente,
 .. uma fase única,..
 .. sistema homogêneo,
 .. o::u **nós** podemos ter sistemas heterogêneos.
 .. du::as ou mais FA:sas,
 .. ONde .. a fase/ .. a fase interna .. **nó::s** .. nós podemos dizer também que ela é uma fase .. dis-pe::rsa,
 .. fase interna .. ou dispersa,.. (Aula 02; p. 02)

(36)

... ah:: aí mais pra frente na/depois do refrão **nós** temos a palavra social .. tá, .. então .. geralmente **nós** falamos social... tá, ... outras regiões falam social enquanto ele fala social. .. muito bem .. a gente também selecionou um trecho, .. ah:: pra falar do r ... tá,.. (Apresentação 04; p. 03)

(37)

.. o Brasil sempre está atrasado .. né em relação a eles, .. até mesmo pelo tempo que **nós** temos de colonização .. né, .. só que .. eu vejo que **nós** ainda estamos entrando em/ a população brasileira tá entrando no fast food, .. e urgentemente o governo brasileiro tem que tomar providências a respeito disto,.. (Entrevista 10; p. 15)

Notou-se, nos exemplos, que há uma tendência para desencadear uma série de repetições da estrutura empregada na primeira referência, com maior relevo para a forma indeterminada no gênero *aula*. Embora se reconheça a escolha pelo pronome *nós*, verificou-se que ele está mais direcionado a um plural de modéstia, ou seja, a um recurso estilístico em que o autor emprega a primeira pessoa do plural, em detrimento da primeira pessoa do singular, a qual poderia comprometê-lo, exemplos (35) e (37). Em outro momento, exemplo (36), o falante aplica a forma indeterminada *nós*, mas por uma questão de coerência caberia a ele a troca pela partícula *se*, já que não somos *nós* que possuímos a palavra social e sim (*tem-se*) a palavra social inserida na letra da música em discussão pela equipe.

Já com a forma *você* há um predomínio maior de ocorrência nos gêneros *aula* e *entrevista*. Em contrapartida, no gênero *apresentação* não houve qualquer ocorrência. A hipótese de consideráveis ocorrências de paralelismo formal nos gêneros mencionados deriva do fato de a aula ser expositiva e necessitar de explicações mais pormenorizadas e didáticas. Nas *entrevistas*, o fato é semelhante, pois como o assunto é a pesquisa científica do próprio professor, e o entrevistador não é da mesma área do entrevistado, o professor/pesquisador antecipa uma possível necessidade do interlocutor/ouvinte e utiliza essa variante como metodologia de explicação do assunto. Seguem-se alguns exemplos de paralelismo com a forma *você*.

(38)

.. cada .. cristal o formato muda a .. solubilidade. .. então .. **você** tá fazendo um medicamento genérico lá na indústria, .. **você** compra .. o princípio ativo .. numa fábrica .. da China, .. tem um morfismo .. o cristal.. (Aula 02; p. 02)

(39)

.. a lista de exercícios é longa, .. tem que começa a fazer com antecedência, .. se **você** demora .. pra fazer a lista, .. então **você** tem que começar ANTES ainda, .. então **você** tem que sacrificar mais o seu horário de alguma forma, .. mas **você** tem que fazer os exercícios. (Aula 03; p. 05-06)

Os exemplos (38) e (39) confirmam que o gênero para o pronome *você* postula a forma antecedente, já que houve resultado significativo para dois gêneros e resultado zero para outro. Constata-se que há uma tendência de repetição da forma pronominal *você* quando esta é precedida por uma forma idêntica no discurso. Há, pois, um comprometimento maior por parte do falante, nas *aulas* e *entrevistas*, em manter a forma antecedente, uma vez também que o assunto proferido nesses dois gêneros instiga

o uso do pronome *você* na sua forma indeterminada. Com o pronome *você*, a forma antecedente se mantém por um período maior de tempo, ou seja, uma vez escolhido pelo falante, o pronome sujeito da oração inicial da sequência discursiva tende a aparecer nas cláusulas subsequentes.

Os resultados gerais obtidos com a análise foram as seguintes: (51% 26/51) de preferência nas *aulas* e (43% 39/91) nas *entrevistas*. Os resultados confirmam os estudos já pontuados por Monteiro (1994), o qual descreve que a pronominalização do pronome *você* trouxe modificações à língua portuguesa, por exemplo, a ideia de disposição para a obrigatoriedade da presença do sujeito.

Estudos de Scherre & Naro (1991,1996) ainda descrevem que o paralelismo formal em relação à concordância de número apontaram, no plano discursivo, que sintagma nominal idêntico ou do mesmo campo semântico, com as variantes explícitas, favorece um sintagma subsequente também marcado.

Diferentemente do ocorre com os pronomes *a gente* e *nós*, os quais podem ser parcialmente indeterminados, o pronome *você* traz índice de determinação nulo. Todas as ocorrências com esse pronome foram totalmente indeterminadas. O que se notou, no entanto, é que, quando o pronome é usado no plural, ocorre o oposto, ele é identificável. O exemplo (40) mostra, claramente, que a professora, ao citar o pronome *vocês* durante sua aula, refere-se aos alunos, caracterizando uma referência definida.

(40)

... **vocês** já tiraram xérox de material daqui.
 .. tamBÉM coloquei lá para **voCÊS** ... éh:: ... desse manua::l aqui::,
 ... que também **vocês** já tiraram xérox de::le .. tá::, (Aula 01; p. 01)

A tabela 01 ainda mostra que o pronome *você* teve frequência nula nas *apresentações*. Uma explicação plausível para o não uso indeterminado nas *apresentações* é o fato de serem exposições de trabalho, sem um direcionamento pedagógico específico. O objetivo dos acadêmicos era expor o trabalho, oralmente, desenvolvido pela equipe. Dessa forma, não foi possível a ocorrência de forma antecedente ao gênero *apresentação* para o pronome *você*.

A questão do paralelismo formal nas estruturas indeterminadas, porém, não se mantém por um longo excerto, exemplos (41), (42) e (43). Confirmando os estudos de Monteiro (1994), a intercambialidade das formas pronominais pode estar associada à instabilidade do sistema, a qual também agrega motivações de ordem discursivo-pragmática. É perceptível, nos três gêneros, a escolha por outras formas no decorrer dos

enunciados. O maior ou menor grau de distanciamento entre as orações está relacionado com a frequência de repetição da mesma forma pronominal da estrutura antecedente.

(41)

.. se **você** vai fazer uma suspensão aquosa, .. e as partículas .. não não .. têm uma boa molhabilidade com a água, .. **a gente** pode recorrer PO::r exemplo à glicerina, .. e fazer antes .. eh:: .. a mistura do/das partículas com a glicerina,. (Aula 02; p. 21)

A finalização de oração e início de outra também pressupõe a escolha por outra forma pronominal.

(42)

.. então **a gente** tem que.. preferencialmente, .. escrever.. a maneira que é.. USUAL dentre da matemática, .. porque? .. o dia que **você** né. .. precisar:: fazer uma consulta, .. num livro lá.. no meio do capítulo dez no livro, .. **você** abre o livro lá e tal. .. e tá cheio de símbolos aquela coisa e tal. (Aula 03; p. 29)

Há casos também em que o falante utiliza mais de uma forma em um único enunciado, a saber:

(43)

.. então como **nós** não temos esse item, .. **a gente** embute aí um resultado, .. como o relatório não é completo né, .. só pra **vocês** começarem a aprender... (Aula 01; p. 15)

O exemplo (43) mostra que estruturas semelhantes, como *nós/a gente*, tendem a se alternar dentro de um mesmo enunciado, uma vez que compartilham de um mesmo paradigma semântico.

De acordo com Scherre (1998b; 2001), a forma antecedente é caracterizada como um fenômeno de natureza funcional, já que é uma pressão que atua externamente à língua. Além disso, a forma antecedente também pode ser considerada mais um destaque a ratificar a existência de um princípio linguístico universal de processamento paralelo. Diante dos estudos obtidos a respeito da repetição de formas linguísticas semelhantes e dos dados analisados, concluiu-se que a forma antecedente é um importante tópico para delinear a regularidade do uso dos pronomes e destacar quais dos pronomes têm mais tendência para a indeterminação e para se manter na estrutura.

3.2 TEMPO/MODO VERBAL

De acordo com a metodologia, no segundo tópico de análise objetivou-se verificar se a variável tempo/modo verbal atua sobre a indeterminação do sujeito nos pronomes *nós*, *a gente* e *você*. Cunha (1993), em sua pesquisa, afirma que há certa preferência para o uso do pronome *nós*, em relação ao pronome *a gente*, seguido de verbos no pretérito perfeito e imperfeito do indicativo, infinitivo e em tempos do modo subjuntivo. O pronome *você*, por sua vez, aponta o futuro, infinitivo e presentes do indicativo e subjuntivo como tempos e modos mais recorrentes.

Segundo a autora, a escolha do tempo verbal depende, muitas vezes, do gênero em que a porção do discurso se insere. Neste aspecto, portanto, observa-se que os tempos verbais que expressam processos habituais, regulares ou de validade permanente, como o presente do indicativo, beneficiam o emprego da indeterminação. Há de se levar em conta que a falta de referência específica do presente favorece e salienta o sentido indeterminador da construção. As estratégias menos indeterminadas, ao contrário, ocorreriam com tempos verbais de emprego bem definido, concluído e localizado num momento, como é o caso do pretérito perfeito.

Inicialmente, mostra-se que a maior parte dos fatores pré-determinados para verificar essa variável foi registrada no *corpus* analisado, a saber: verbos no presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro do indicativo; presente, pretérito imperfeito e futuro do subjuntivo, com exceção para o pretérito perfeito do subjuntivo. Em relação ao pretérito perfeito do indicativo, os dados apontaram registro no gênero *entrevista*, com a variante *a gente*, (10%), equivalendo-se a (08/82) das ocorrências, como indicam as tabelas 06 e 07. No gênero *aula*, com os pronomes *nós* e *a gente* não há ocorrências do pretérito perfeito do indicativo, somente (02) ocorrências com o pronome *você*. Já nas *apresentações* ocorre o contrário, há (03) ocorrências no pretérito perfeito com a variante *nós*, (01) com *a gente* e nenhuma com *você*.

(44)

... e ***a gente conversou*** com uma mulher já .. uma outra mãe social que tinha lá nesse momento, .. já tinha aumentado, .. ampliado o número de crianças, .. e ***a gente percebeu*** assim um descaso eno::rme, sabe assim .. ela pratica/praticamente dispensando pra ir embora. .. e ***a gente ficou*** pensando “mas o que que é isso né”, “o que que acontece?” (Entrevista 01; p. 07)

O exemplo (44) mostra, de forma sucinta, as ocorrências do pretérito perfeito, antecedido do pronome *a gente*. Neste exemplo é evidenciada a indeterminação do sujeito, uma vez que a entrevistada usa a forma *a gente*, a qual se refere a mais de uma pessoa. Assim, são permitidas duas interpretações: ou a entrevistada usou a forma somente como plural de modéstia para não se comprometer diante do entrevistador; ou realmente houve outras pessoas envolvidas na pesquisa das quais não se pode comprovar a participação. Para o trabalho, no entanto, a relevância está na existência da indeterminação, seja ela total ou parcial. É importante ainda ressaltar que as ocorrências do pretérito perfeito são poucas, já que o tempo/modo verbal indica acontecimentos passados e requerem maior veracidade de fatos e das pessoas que participaram desses fatos.

O tempo futuro do indicativo aparece com poucas ocorrências nas *apresentações* com *nós* (02/14) e *a gente* (01/13); uma única vez nas *aulas* com o pronome *você* (01/51).

(45)

... como o nosso trabalho ele tem como base a sociolinguística, .. primeiramente ***nós iremos defini-la***. (Apresentação 01; p. 01)

(46)

.. porque eu acho que houve um uma confusão umah:: um engano, .. eu acho que na questão do do estrangeirismo ***a gente perderia*** a nossa identidade cultural, porque como a gente aprendeu, .. a língua é a característica principal de uma cultura. (Apresentação 05; p. 05)

(47)

.. mas todo mundo que fez isso .. acabou se perdendo .. né, .. QUANDO .. né, .. ***você poderia ter feito*** direto .. de uma vez a decomposição em frações parciais aqui em cima, .. e o exercício ficaria bem mais simples.. né. (02) * .. tem que/ pra que que você tá estudando? .. pra aprender a dominar o seu sentimento. .. senão não serve pra nada .. o seu estudo. (Aula 03; p. 03)

Como a indeterminação é mais pontuada no presente do indicativo, os outros verbos recebem menor influência, ao menos no *corpus* analisado. O exemplo (45) é representado por verbo composto, indicando futuridade. A indeterminação, no entanto, é parcial, pois as apresentações de trabalhos são feitas em equipe, o que faz que, ao menos, se possa saber quem se identifica como um dos locutores do discurso. Nesse caso, o locutor fala em nome do grupo. Neste excerto, o futuro é empregado como meio de direcionamento da exposição do trabalho. O exemplo (46) é mais abrangente que o

anterior, pois a falante começa em primeira pessoa “*eu acho*” e depois se afasta do discurso, usando a forma *a gente* precedida do futuro do pretérito “*perderia*”. Nota-se, neste exemplo, que além de mudar a forma antecedente, o falante indetermina por completo seu discurso, já que fala em nome de um grupo. O exemplo (47) muda de tópico, aqui não é exposição de trabalho, mas sim uma aula de álgebra. O professor, no entanto, utiliza a sequência com verbo também no futuro do pretérito “*você poderia ter feito*” para fazer referência a toda sala. O uso do pronome, totalmente indeterminado, é comum nas aulas transcritas e serve como meio do professor explicar o conteúdo de forma direta. Ao invés de fazer alusão a um aluno específico, o professor faz uso do pronome *você* indeterminado para passar ou tirar dúvidas do conteúdo para toda a sala.

Outros verbos também aparecem no *corpus*. O futuro do subjuntivo, por exemplo, ocorre duas vezes nas *aulas* (02/51) e *entrevistas* (02/91) com o pronome *você* e uma única vez nas *apresentações* com o sintagma *a gente* (01/13). Embora se tenha detectado uma ocorrência com a forma *a gente*, o modo subjuntivo na análise tem maior percentual somente nas *aulas* (08% - 04/51) e *entrevistas* (05% - 05/91) com o pronome *você*. Para reavaliar os dados obtidos, as tabelas de 02 a 07 mostram todos os percentuais de frequência de cada gênero e tempo/modo verbal, com os respectivos pronomes em análise. Seguem, abaixo, exemplificações acerca da frequência dos tempos verbais descritos:

(48)

.. e existem as suspensões secas extemporâneas, .. que você tem que colocar água, .. agita até quando **você for fazer** uso. (Aula 02; p. 08)

(49)

... e: o r retroflexo .. né .. diríamos que: .. seria mais/o aspecto marcante do: dialeto caipira, .. né .. que se **a gente for ver** um caipira falando, .. só pela maneira que ele diz o /r/ né,.. (Apresentação 01; p. 03)

(50)

E - temperatura. .. é a temperatura em que o processo é feito, .. leite pasteurizado é feito uma pasteurização que a gente chama uma pasteurização lenta, .. então é como se **você cozinhasse** o leite né, .. (Entrevista 10; p. 08)

(51)

.. hoje a gente sabe 70% do colesterol .. que a gente tem no nosso corpo é produzido nele .. independente daquilo que **você coma**, .. ou seja 70% é endógeno dentro, .. 70% .. os outros 30 vem da alimentação. (Entrevista 10; p. 16)

Como já descrito, a forma *você* é a que traz maior percentual de ocorrência, o que pode se notar nos exemplos (48), (50) e (51). Todos os exemplos, porém, trazem a indeterminação completa do sujeito. O uso do pronome *você* acima é simplesmente uma forma didática de explicar o assunto abordado, não se referindo, no caso, ao interlocutor. O exemplo (49) traz o uso da expressão *a gente*, porém pode significar qualquer pessoa, generalizando a expressão.

O infinitivo, por sua vez, teve marca significativa na análise, porém as ocorrências no gênero *apresentação* foram poucas. Os exemplos (52) e (53) mostram que *a gente* e *você* são as formas que melhor enquadram o infinitivo. Além disso, os verbos no infinitivo contribuem para uma marcação indeterminada.

(52)

.. é muito difícil *a gente encontrar* palavras do vocabulário da língua portuguesa .. usada aqui no Brasil que terminam com som de consoante,.. (Apresentação 05; p. 04)

(53)

.. ah:: ..as variações são partes do processo de evolução da língua, .. quer dizer .. éh:: ..admitir a variação é *você:: saber* que é um processo na qual a língua está passando, .. (Apresentação 02; p. 01)

Nas *entrevistas*, entretanto, as ocorrências foram mais expressivas: (12/82) com *a gente* e (06/91) com *você*; nas *aulas* houve preferência pelo infinito com o pronome *você* (05/51) e *a gente* (01/13). Há de se considerar, no entanto, que embora as ocorrências mudassem de um gênero para outro ou de um pronome para outro, a quantidade de cláusulas analisadas também pode ter interferido para os graus de ocorrências do infinitivo. O infinitivo pessoal, demarcado na análise, foi usado com sentido de futuridade, acompanhados ou não de forma composta. A diferença entre o infinitivo pessoal e impessoal reside no fato de o pessoal se relacionar a algum ser. Por exemplo - Havia algo para eu ler. Com o impessoal, o processo verbal não é restrito a um ser em particular – Ler é uma obrigação. Abaixo ilustrações do infinito nos gêneros *aula* e *entrevista*.

(54)

.. então tem que:: e-é:: .. ser mais observador .. na hora de estudar, .. pra na hora de escrever, .. porque é uma lógica, .. se *você seguir* aquela lógica, .. no final .. desemboca no caminho certo,.. (Aula 03; p. 03)

(55)

.. qual a diferença de: de destino, .. de encaminhamento da vida de cada uma dessas crianças .. não é? .. eu acho que tem coisas ali pra *gente tentar descobrir* sim ... né. .. até essas coisa assim das adoções que deram certo,.. (Entrevista 01; p. 11)

O enquadramento da indeterminação com o infinitivo é surpreendente. Em todos os excertos o verbo, com ideia ou não de futuridade, leva o pronome à indeterminação completa, ou seja, os pronomes são generalizados, não significando segunda pessoa (exemplo 54) e quarta pessoa (exemplo 55), mas qualquer pessoa.

Nas tabelas a seguir apresentam-se os percentuais de frequência do índice de indeterminação do sujeito em relação aos tempos/modo verbais, utilizados nas cláusulas.

TABELA 02: Modos verbais no gênero *aula*

Tempo/modo verbal	Nós		A gente		Você	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Indicativo	19	100	12	92	42	82
subjuntivo	0	0	0	0	4	08
Infinitivo	0	0	1	8	5	10
TOTAL	19	100	13	100	51	100

A tabela 02 mostra que o indicativo é o modo de maiores ocorrências para o gênero *aula*. O modo subjuntivo somente teve representatividade com o pronome *você* e o infinito com as formas *a gente* e *você* .

TABELA 03: Especificação das ocorrências dos tempos verbais nos pronomes, no gênero *aula*

Tempo/modo verbal indicativo	Nós		A gente		Você	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Presente	18	95	12	92	39	76
Pretérito	0	0	0	0	02	04
Futuro	0	0	0	0	01	02
Pret. Perf.	0	0	0	0	02	04
Pret. Imp.	0	0	0	0	0	0
Pret.+ q. Perf.	01	05	0	0	0	0
Tempo/modo verbal subjuntivo	Nós		A gente		Você	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Presente	0	0	0	0	0	0
Pretérito	0	0	0	0	02	04
Futuro	0	0	0	0	02	04
Pret. Perf.	0	0	0	0	0	0
Pret. Imp.	0	0	0	0	02	04

A tabela 03 mostra as ocorrências dos tempos verbais ainda no gênero *aula*. No modo indicativo, das (19) ocorrências com o pronome *nós*, (18) ocorrências estão no presente e somente (01) no pretérito mais-que-perfeito. O tempo presente, com a forma *a gente*, somam (12) ocorrências. Os outros tempos do indicativo são nulos para essa forma. Já o pronome *você* é mais variável. Encontraram-se ocorrências no presente (39), futuro (01) e pretérito perfeito (02). O modo subjuntivo, por sua vez, aparece somente com a forma *você* : (02) no futuro e (02) no pretérito imperfeito, o que indica que o modo não é o determinante para o fator indeterminação do sujeito.

TABELA 04: Modos verbais no gênero *apresentação*

Tempo/modo verbal	Nós		A gente		Você	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Indicativo	13	93	11	84	06	85
subjuntivo	0	0	01	08	0	0
Infinitivo	01	07	01	08	01	15
TOTAL	14	100	13	100	07	100

A tabela 04 registra os modos verbais no gênero *apresentação*. O modo indicativo, assim como no gênero *aula*, é o que tem ocorrências indeterminadas. A forma *nós* traz (13) ocorrências para o indicativo e somente (01) para o infinitivo. A variante *a gente* traz (11) ocorrências para o indicativo, (01) para o subjuntivo e (01) para o infinitivo. Já o pronome *você* apresenta (06) ocorrências para o indicativo e (01) para o infinitivo.

TABELA 05: Especificação das ocorrências dos tempos verbais nos pronomes, no gênero *apresentação*

Tempo/modo verbal indicativo	Nós		A gente		Você	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Presente	08	57	09	70	05	71
Pretérito	03	22	01	07	0	0
Futuro	02	14	01	07	01	14
Pret. Perf.	03	22	01	07	0	0
Pret. Imp.	0	0	0	0	0	0
Pret.+ q. Perf.	0	0	0	0	0	0
Tempo/modo verbal subjuntivo	Nós		A gente		Você	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Presente	0	0	0	0	0	0
Pretérito	0	0	0	0	0	0
Futuro	0	0	01	08	0	0
Pret. Perf.	0	0	0	0	0	0
Pret. Imp.	0	0	0	0	0	0

A tabela 05 apresenta as especificações dos tempos verbais com o gênero *apresentação*. O modo subjuntivo para esse gênero é quase nulo, há somente uma ocorrência no futuro com a variante *a gente*. O tempo presente do indicativo soma o maior número de ocorrências com todos os pronomes. Há, porém, ocorrências no pretérito perfeito com *nós* (03) e *a gente* (01) e futuro com (02) com *nós*, (01) com *a gente* e (01) com *você*.

TABELA 06: Tempos verbais no gênero *entrevista*

Tempo/mo verbal	Nós		A gente		Você	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Indicativo	20	100	70	85	80	88
subjuntivo	0	0	0	0	05	05
Infinitivo	0	0	12	15	06	07
TOTAL	20	100	82	100	91	100

Os modos verbais, no gênero *entrevista*, não são diferentes dos anteriores, isto é, o indicativo soma o maior número de ocorrências. Mesmo com poucas ocorrências, também há marcas dos modos infinitivo e subjuntivo.

TABELA 07: Especificação das ocorrências dos tempos verbais nos pronomes, no gênero *entrevista*

Tempo/mo indicativo	verbal	Nós		A gente		Você	
		N	(%)	N	(%)	N	(%)
Presente		13	65	51	62	79	86
Pretérito		07	35	19	23	01	01
Futuro		0	0	0	0	0	0
Pret. Perf.		07	0	11	13	01	01
Pret. Imp.		0	0	08	10	0	0
Pret.+ q. Perf.		0	0	0	0	0	0
Tempo/mo subjuntivo	verbal	Nós		A gente		Você	
		N	(%)	N	(%)	N	(%)
Presente		0	0	0	0	02	02
Pretérito		0	0	0	0	01	01
Futuro		0	0	0	0	02	02
Pret. Perf.		0	0	0	0	00	00
Pret. Imp.		0	0	0	0	01	01

O gênero *entrevista* não trouxe o uso do modo subjuntivo para os pronomes *nós* e *a gente*. Já no pronome *você*, há ocorrências do subjuntivo no presente (02), futuro (02) e pretérito imperfeito (01). Em relação ao modo indicativo, a tabela 07 mostra

ocorrências do presente e do pretérito com todos os pronomes, porém nenhuma com o tempo futuro.

O tempo/modo verbal mostrou-se, na pesquisa, um dos fatores linguísticos mais significativos em relação aos outros tópicos. De forma geral, os resultados confirmaram a hipótese de que há grande incidência do presente do indicativo em relação a outros tempo/modos verbais, utilizados como recursos da indeterminação do sujeito, encontrados no *corpus* em questão.

No presente do indicativo, a probabilidade de ocorrer a forma *você* (86% - 79/91) nas *entrevistas* é pouco maior que os pronomes *nós* (65% - 13/20) e *a gente* (62% - 51/82); já nas *aulas* a tabela 03 mostra maior incidência para os pronomes *nós* (95% - 18/19) e *a gente* (92% - 12/13), em relação ao *você* (76% - 39/51); no gênero *apresentação*, porém, a análise considerou o seguinte resultado: (71% 05/07) para o pronome *você*, seguido de (70% 09/13) para *a gente* e (57% 08/14) para o tradicional *nós*.

(56)

.. se eu estiver .. escrevendo um diário, .. é uma coisa diferente, .. mas ***você tá escrevendo*** aí pro outro. (Entrevista 01; p. 03)

(57)

ah:: .. mas tem alguns onde:: o alçamento não/não ocorre na região sul, ... por exemplo na::/na música ***você percebe*** .. que o gaúcho pronuncia issu... sauda/saudadi e cresci .. tá,.. (Apresentação 04; p. 04)

(58)

.. mas de::ntro das dispersões grosse::iras .. ***nós te::mos*** .. vários tipos de preparações, .. as suspensões, .. as reduções, .. os aerossóis,.. (Aula 02; p. 03)

(59)

não sei, .. aí já não sei. .. mas ele ele:: precisa ser estudado na matemática, .. porque:: éh:: afeta a educação, .. e ***nós estamos preocupados*** com o aprendizado .. né. .. então se isso afeta, .. como resolver esse problema? (Entrevista 09; p. 02)

(60)

.. aqui ***a gente fala*** cauça natau pardau pedau e carnau, .. a gente não puxa o l como o som do l mesmo, .. a gente coloca tipo como se fosse o som de um uma semivogal. (Apresentação 06; p. 03)

(61)

.. se você vai fazer uma suspensão aquosa, .. e as partículas .. não não .. têm uma boa molhabilidade com a água, .. ***a gente pode recorrer*** PO::r exemplo à glicerina, .. e fazer antes .. eh:: .. a mistura do/das partículas com a glicerina,.. (Aula 02; p. 28)

Para destacar o que será explicitado mais adiante, os exemplos (57), (58) e (60) mostram os pronomes acompanhados de verbos na forma verbal simples, e os exemplos (56), (59) e (61) marcam a forma verbal composta, porém nenhuma implica no grau de indeterminação dos enunciados. Os exemplos (56) e (57) trazem a indeterminação do sujeito completa, uma vez que no *corpus* o pronome *você* não tem marca de determinação. As relações inseridas nos contextos são sempre genéricas, sejam elas nas *apresentações*, *aulas* ou *entrevistas*. Os exemplos com o pronome *nós* também assinala a indeterminação completa do sujeito, pois em (58) não é a professora que “*tem*” vários tipos de preparações, isso é um fator que está “*dentro das dispersões grosseiras*”. O exemplo (59) não é muito diferente, já que a entrevistadora generaliza o assunto abordado. O enunciado, “*nós estamos preocupados*” significa que *todos* os professores estão preocupados com o aprendizado, por isso, a entrevistadora generaliza sua fala. Os exemplos (60) e (61) trazem, igualmente, inserções da variante *a gente* com marcas de indeterminação completa. Há, pois, algumas observações a serem acrescentadas: em (60) e (61) seria melhor o uso da partícula *se* para “*se fala*” e “*pode-se recorrer*” do que o uso de *a gente*, uma vez que o pronome assinala pluralidade (*eu + alguém*), e o que se percebe na realidade é o uso evasivo do pronome.

Ao refinar os resultados, concluiu-se que a escolha pelo presente do indicativo em todos os gêneros é fator determinante para a indeterminação do sujeito. Isso se explica pelo fato de o presente ser um tempo de valor durativo, que enuncia estados permanentes, e caracteriza enunciados habituais, regulares e até futuros, reforçando a ideia indeterminadora da construção. Todos os verbos encontrados na análise, no entanto, foram importantes para delinear a estrutura mais comum utilizada pelos falantes, e também para apontar, neste trabalho, o tempo/modo verbal mais relevante, associado à indeterminação do sujeito.

3.3 A FORMA VERBAL

Para complementar o item tempo/modo verbal, destaca-se aqui o tópico forma verbal. O objetivo, porém, é mais simples. Ou seja, o objetivo de inserir esse tópico, na análise, é para poder averiguar qual forma verbal se apresenta em maior índice nas estruturas indeterminadas. A tabela 08 mostra, de forma sistemática, a frequência das formas verbais nos pronomes *nós*, *a gente* e *você* em todos os gêneros.

TABELA 08: A forma verbal simples ou composta nos gêneros textuais e nos pronomes *nós*, *a gente* e *você*

Forma verbal	Aulas		Apresentações		Entrevistas	
	Simples/Composta		Simples/Composta		Simples/Composta	
	Nº./%	Nº./%	Nº./%	Nº./%	Nº./%	Nº./%
Nós	10/53	09/47	11/79	03/21	18/90	02/10
A gente	10/77	03/23	11/85	02/15	59/72	23/28
Você	28/55	23/45	05/71	02/29	48/53	43/47

As formas verbais determinadas para a análise dos dados foram: forma simples e composta. Com base nos dados obtidos na codificação, a forma verbal mais saliente em todas as cláusulas é a forma simples. Notam-se, porém, graus de relevância diferentes entre os gêneros e pronomes.

Nas *entrevistas*, com o pronome *você* têm-se (48) ocorrências da forma simples e 43 da composta, o que denota um percentual não tão distante em relação à escolha pelas formas verbais. Os exemplos (62), (63) e (64) descrevem o uso dessas formas pelos falantes.

(62)

.. quando *você vai ler* um romance, *você não sabe* o que vai acontecer. .. no meio do caminho *você*:: .. não é? (Entrevista 01; p. 04)

Nas *aulas*, o resultado é semelhante, (28) para simples e (23) para composta.

(63)

.. um antibiótico por exemplo amoxicilina depois de res/tendida .. refeita .. quinze dias de validade. .. que é o tempo que *você vai utilizar* o medicamento, .. depois pode descartar. (Aula 02; p. 08)

(64)

.. agora.. se *você escreve* de um jeito, .. que tudo sem prestar atenção, .. *você não domina* a linguagem matemática. .. o que acontece? (Aula 03; p. 29)

Nas *apresentações*, há um volume menor de ocorrências de indeterminação com *você*, mas os dados apontam (05) ocorrências para a forma simples e (02) para a composta.

(65)

.. ah:: ..as variações são partes do processo de evolução da língua, .. quer dizer ..
 éh:: ..admitir a variação é **você:: saber** que é um processo na qual a língua está
 passando, .. (Apresentação 02; p. 02)

(66)

* ... bom aqui acontece o seguinte é: ah: a gente observa que .. a variação do
 fonema r e s ele é maior, .. porque existe um éh:: ..a duração de a duração deles é
 maior, .. então assim geralmente **você vai observar** que o r e o s que variam, .. o
 r e o s que se distinguem do arquifonema ele será: ele será: sempre no final de
 sílaba,.. ou final de: vocábulos. (Apresentação 02; p. 03)

Observa-se que os falantes preferem o uso pela forma simples, as quais
 acompanham o pronome *você*, em todos os gêneros, porém a frequência do uso da
 forma composta é relevante. Um motivo do uso pela forma composta talvez possa ser a
 insegurança da conjugação de verbos no futuro ou mesmo a falta de hábito de se
 empregar o tempo futuro, por exemplo, em (63) em vez de empregar a forma composta
 “*você vai utilizar*” poderia empregar a forma simples “*você utilizará*”. Já no exemplo
 (66), o emprego da forma composta “*você vai observar*” poderia ser substituída pela
 forma simples “*você observa*” ou “*você observará*”. Os exemplos, porém, não implicam
 o grau de indeterminação dos enunciados. Destaca-se aqui, como já mencionado
 anteriormente, que todos os exemplos com o pronome *você* têm indeterminação
 completa.

Em relação à variante *a gente*, verificou-se uma diferença maior entre as formas
 verbais, a saber: nas *entrevistas* (59), para a forma simples e (23) para composta; nas
aulas, foram (10) para simples e (03) para composta; e as *apresentações* apontaram (11)
 ocorrências para simples e somente (02) para composta.

(67)

E - éh bom, .. em geral esse texto .. o texto acadêmico tem como público alvo o
 público acadêmico né, ... éh:: e obviamente **a gente quando vai produzir** um
 texto acadêmico, .. **a gente tem** em mente alguns/algumas estratégias, .. uma::
 algumas estratégias pra atingir ... éh:: com a linguagem digamos assim es/esse ..
 pra adequar a linguagem a esse público né. (Entrevista 03; p. 02)

(68)

.. façam o cálculo né, .. procurem éh:: conferir, .. que às vezes **a gente erra** no
 cálculo .. né, .. façam uma conferência né, ... (Aula 01; p. 18)

(69)

.. aí eu posso citar por exemplo o álcool, .. o álcool diminui a densidade da água.
 .. em alguns casos **a gente pode fazer** isso, .. mas na maioria das vezes **a gente vai aumentar** .. a densidade, .. pra diminuir essa diferença .. tá? (Aula 02; p. 29)

(70)

* .. ahm ..a/ porque as variações não vão ocorrer dentro da língua, .. mas sim dentro da fala, ... dentro do indivíduo, .. e daí **a gente admite** o indivíduo dentro da sociedade, .. quer dizer .. assim como o indivíduo faz parte da sociedade, .. a fala faz parte da língua,. (Apresentação 02; p. 02)

(71)

.. que é essa forma de:: ensinar a criança, .. já tem aquela forma estrutural né, .. éh:: ... copia aquela coisa, .. ensina as crianças é com frases feitas, ... mais ou menos quando **a gente começa a aprender** inglês, ... é isso. (Apresentação 07; p. 03)

A preferência pela forma simples com a variante *a gente* é muito mais demarcada em relação ao pronome *você*. Em alguns casos, tanto se pode passar o enunciado para forma simples, quanto se pode substituir a variante *a gente* pelo *se*, exemplo (69): “*a gente pode fazer isso*” – “*pode-se fazer isso*” e “*a gente vai aumentar a densidade*” – “*aumenta-se a densidade*”. Em relação à indeterminação, as duas formas admitem o fator indeterminação sem alterar o sentido do enunciado. Observa-se que nos exemplos (68) e (70) o enunciado é indeterminado. O primeiro pelo fato de que não é “*a gente erra no cálculo*” e sim o professor que pode errar no cálculo. É notório o uso do pronome genérico como forma de se isentar da responsabilidade do erro. Já em (70), a marca da indeterminação não é para isentar da responsabilidade “*e daí a gente admite o indivíduo*”. Aqui o falante almeja se inserir no enunciado, porém o enunciado é genérico, e o emprego mais conciso seria “*e daí admite-se o indivíduo* ou *e daí o indivíduo é admitido*”.

O tradicional *nós*, no entanto, apresentou um equilíbrio com o gênero *aula*, somando (10) ocorrências para a forma simples e (09) para a composta. Nos outros gêneros, porém, a diferença se elevou: o gênero *entrevista* obteve o resultado de (18) simples e (02) compostas e o gênero *apresentação* (11) simples contra (03) compostas.

(72)

.. mas antes disso eu tô esquecendo de um detalhe, .. quando **nós apresentamos** uma tabela um gráfico, .. **nós temos que FACilitar** a leitura desta tabela ou deste gráfico para o leitor,... (Aula 01; p. 10)

(73)

.... bom então **nós temos** QUATro definições para as suspensões. .. e nós vamos trabaLHAR ... aqui em farmacotécnica .. com .. suspensões .. farmacêuticas,.. (Aula, 02; p. 04)

(74)

... então por exemplo a Argentina que foi um dos países que mais recebeu imigrante, .. inclusive se brinca que a Argentina é um país:: ... éh de fala espanhola, ... ah:: povoado por italianos, ... e:: que se sentem britânicos né. .. mas ... com todo problema que **nós temos** com a Argentina no futebol .. né. (Entrevista 04; p. 05)

(75)

não sei, .. aí já não sei. .. mas ele ele:: precisa ser estudado na matemática, .. porque:: éh:: afeta a educação, .. e **nós estamos preocupados** com o aprendizado .. né. .. então se isso afeta, .. como resolver esse problema? .. tem um livro que se chama Matemática Emocional .. né .. da Gomes .. Chacón, .. ela é espanhola, .. então ela dá .. ali nesse livro éh:: éh:: um... minicurso,.. (Entrevista 09; p. 03)

(76)

.... como o nosso trabalho ele tem como base a sociolinguística, .. primeiramente **nós iremos defini-la**. (Apresentação 01; p. 01)

(77)

.. ah:: aí mais pra frente na/depois do refrão **nós temos** a palavra social .. tá, .. então .. geralmente **nós falamos** social... tá, ... outras regiões falam social enquanto ele fala social. .. muito bem .. a gente também selecionou um trecho, .. ah:: pra falar do r ... tá,. (Apresentação 04; p. 03)

Em relação ao pronome *nós*, houve um desequilíbrio entre os gêneros. Enquanto a preferência pelas formas verbais não foi relevante para o gênero *aula*, nos outros gêneros a preferência pela forma simples foi categórica. Além disso, diferente dos anteriores, o pronome *nós* traz indeterminação parcial, como ocorre no exemplo (76). A indeterminação parcial indica que há, ao menos, a inserção do falante no enunciado. Além da indeterminação parcial, há de se notar que a forma composta pode ser simplificada. Primeiro, o *nós* refere-se ao falante e ao seu grupo, já que o trabalho é em grupo, porém é parcial, pois não se sabe quem são os integrantes do grupo. Segundo, a forma composta “*nós iremos defini-la*” pode ser substituída sem alteração de sentido pela forma simples “*nós a definiremos*”. Os outros exemplos, no entanto, possuem indeterminação completa, já que o sentido é genérico.

De forma sucinta, conclui-se que além da preferência pela escolha da forma simples, ressalta-se que o percentual pela forma composta foi um meio que o falante utilizou para simplificar a conjugação. Isto é, na maioria dos casos, a forma composta, mesmo pautada no tempo presente do indicativo, semanticamente remetia à ideia de eventualidade no futuro (exemplos 63, 66, 67, 69, 71 e 76).

Em geral, a escolha pela forma composta com ideia de futuro parece implicar a questão de o falante sentir mais proximidade dos fatos quando usa a forma composta do

que quando emprega o verbo no futuro. A forma preferida de expressar o futuro, no português moderno, é a forma composta, também denominada perífrase verbal. O que se constata nesta pesquisa é uma inversão: quando se quer expressar ideia de futuro, ou se emprega o presente do indicativo ou se emprega a forma composta.

3.4 TIPOS DE VERBOS

Os dados mostraram que os verbos possuem grande influência aos pronomes indeterminados. Por esse motivo, houve a necessidade de investigar também quais os tipos de verbos mais recorrentes nos casos de indeterminação. Os tipos de verbos, sob o ponto de vista lógico-semântico, examinados na análise fundamentam-se no estudo de Ignácio (2002), o qual relaciona cada tipologia verbal com suas determinadas características. São eles: verbos de ação, estado, processo e ação-processo.

Em um primeiro momento, esperava-se encontrar muitos verbos de ação, porém o que ocorreu foi uma associação de todos os verbos. O que realmente surpreendeu foi o percentual de frequência de verbos de ação-processo. O Systemic Coder permitiu quantificar as ocorrências dos tipos de verbos nas *entrevistas*, *aulas* e *apresentações* com os pronomes *nós*, *a gente* e *você*. Abaixo seguem tabelas, conforme o gênero textual.

TABELA 09: Tipos de verbos no gênero *aula*

Tipos de verbos Aulas	Ação		Estado		Processo		Ação-processo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nós	04	21	07	37	01	05	07	37
A gente	06	46	01	07	03	23	03	23
Você	10	20	09	17	04	08	28	55

TABELA 10: Tipos de verbos no gênero *apresentação*

Tipos de verbos Apresentação	Ação		Estado		Processo		Ação-processo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nós	06	43	06	43	00	00	02	14
A gente	03	23	04	31	04	31	02	15
Você	03	43	02	29	01	14	01	14

TABELA 11: Tipos de verbos no gênero *entrevista*

Tipos de verbos Entrevista	Ação		Estado		Processo		Ação-processo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nós	03	15	11	55	01	05	05	25
A gente	27	33	28	34	09	11	18	22
Você	31	34	25	28	05	05	30	33

A análise constatou que nas *apresentações* (TABELA 10) houve um equilíbrio de ocorrências de verbos de ação (06/14) e estado (05/14) com o pronome *nós*; na mesma proporção com a variante *você*, ação (03/07) e estado (02/07); para o sintagma *a gente* (03/13) ação, (04/13) estado e (04/13) processo. Nas *entrevistas* (TABELA 11), porém, a menor ocorrência foi para os verbos de processo e o maior destaque para os verbos de estado com o tradicional *nós*. Já as demais variantes apresentaram resultados semelhantes. Nas *aulas* (TABELA 09), por sua vez, destacaram-se os verbos de ação para a variante *a gente*; ação-processo para *você*; e o mesmo número de ocorrências para estado e ação-processo para a forma *nós*.

Em uma tabela mais específica, delineiam-se as ocorrências de cada pronome nos gêneros subsequentes.

TABELA 12: Tipos de verbos com o pronome *nós*

Tipos de verbos Nós	Ação		Estado		Processo		Ação-processo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Aulas	04	21	07	37	01	05	07	37
Apresentações	06	43	06	43	00	00	02	14
Entrevistas	03	15	11	55	01	05	05	25

O quadro com o pronome *nós* se mostrou um tanto variável para a tipologia verbal. No geral, o menor índice de frequência nas amostras foram os verbos de processo: apenas (01) ocorrência nas *aulas* e *entrevistas* e nenhum caso nas *apresentações*. Em contrapartida, os outros tipos se mostraram determinantes, com destaque para os verbos de estado nas *entrevistas*, (11/19) ocorrências. Os verbos de ação e ação-processo, por sua vez, aparecem em todos os gêneros. Segue abaixo exemplificação de todos os tipos de verbos, de acordo com a sequência exposta na tabela 12.

(78)

... ah:: aí mais pra frente na/depois do refrão nós temos a palavra social .. tá, .. então .. geralmente ***nós falamos*** social... tá, ... outras regiões falam social enquanto ele fala social. .. muito bem .. a gente também selecionou um trecho, .. ah:: pra falar do r ... tá,. (Apresentação 04; p. 03)

(79)

.. mas de::ntro das dispersões grosse::iras .. ***nós te::mos*** .. vários tipos de preparações, .. as suspensões, .. as reduções, .. os aerossóis,.. (Aula 02; p.03)

(80)

.. então substâncias dotadas de sabor desagradável .. tem diminuído .. o gosto produzido,.. à medida que decrece a sua solubilidade. .. quanto menos solúvel na água, .. menos .. o sabor desagradável que *nós vamos sentir*. (Aula 02; p.11)

(81)

.. tá então éh: nós nos baseamos bastante na resolução Conama, .. porque ela trata .. tanto das disposição pra água .. das áreas clássicas de água quanto para efluente tá, .. então daí *nós .. utilizamos* a resolução Conama, .. que daí tem vários parâmetros,.. (Entrevista 07; p. 01)

Os verbos de estado, como o verbo *ter* no sentido de existir, exemplo (79), aparecem em vários contextos, talvez ele seja o grande responsável pelo número de ocorrências em todos os contextos. Os verbos de ação e ação-processo, mesmo em menores índices do que os verbos de estado, são caracterizados como importantes para a análise. Ou seja, são verbos que dão mais dinamicidade ao contexto, principalmente quando vêm seguidos de outros elementos que dão maior caráter de indeterminação ao contexto, a saber: em (78) e (81) os verbos estão no presente do indicativo, tempo mais comum à indeterminação; estão na forma simples; e a forma antecedente é igualmente a mesma para os dois casos. A indeterminação no exemplo (78) é caracterizada como completa, uma vez que não são os membros da equipe que fala social, e sim “*geralmente se fala social*”. No exemplo (81), porém, o grau de indeterminação é parcial, pois a entrevistadora se inclui no contexto, assim como assume a participação de possíveis membros da equipe na utilização da resolução Conama. Dessa forma, ressalta-se que, em relação ao pronome *nós*, nenhuma tipologia verbal foi desconsiderada, porém o que se constatou é que verbos de processo são menos frequentes em enunciados que evidenciam a indeterminação do sujeito.

TABELA 13: Tipos de verbos com o pronome *a gente*

Tipos de verbos A gente	Ação		Estado		Processo		Ação-processo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Aulas	06	46	01	07	03	23	03	23
Apresentações	03	23	04	31	04	31	02	15
Entrevistas	27	33	28	34	09	11	18	22

Para o sintagma *a gente* se destaca, nas *entrevistas*, os verbos de ação e estado, com grau mínimo de diferença percentual (27/82) e (28/82), respectivamente. Nas *apresentações*, o resultado difere um pouco, e as maiores ocorrências ficam para os verbos de estado (04/13) e processo (04/13), seguidos de ação (03/13) e por fim de ação-processo (02/13). Nas *aulas*, no entanto, os verbos de ação sobressaem em relação

aos demais (06/13), em relação aos verbos de processo (03/13), ação-processo (03/13) e estado (01/13).

(82)

.. então assim ... foi muito direcionado porque a gente sabia pra quem **a gente tava escrevendo**, .. porque aquilo ali seria estuda::do por aquele grupo de pessoas. (Entrevista 01; p. 05)

(83)

.. hoje você vê como são as coisas, .. a ciência evolui muito rápido .. né, .. hoje **a gente sabe** 70% do colesterol .. que **a gente tem** no nosso corpo é produzido nele .. independente daquilo que você coma, .. ou seja 70% é endógeno dentro, .. 70% .. os outros 30 vem da alimentação. (Entrevista 10; p.16)

(84)

.. é muito difícil **a gente encontrar** palavras do vocabulário da língua portuguesa .. usada aqui no Brasil que terminam com som de consoante,.. (Apresentação 05; p. 04)

(85)

.. que é o que deverá conte::r esse relatório, ... então o que que **a gente coloca** na folha de rosto? (Aula 01; p. 01)

Ignácio (2002) mostra que verbo de ação indica que alguém FAZ alguma coisa. Já o verbo de ação-processo implica em um FAZER por parte do sujeito e um ACONTECER em relação ao objeto. Dessa forma, ressalta-se que os verbos de ação e ação-processo estão presentes em todos os gêneros textuais, com maiores ocorrências nas *aulas* e *entrevistas*, já que estas requerem maior dinamicidade, seja em uma sala de aula ou em uma interlocução face a face. As *apresentações*, contudo, ficam no meio termo, ora preferem o uso de verbos de estado e processo, ora de ação e ação-processo. A tabela 13 mostra a percentualidade desses verbos com o pronome *a gente*.

Semelhante ao pronome *nós*, a variante *a gente* também possui enunciados indeterminados, como ocorre nos exemplos (82) e (85), porém com ressalvas. No exemplo (82), assim como no (81), é clara a participação da entrevistadora no contexto; já em (85) a inclusão da professora é somente para um plural de modéstia, já que o assunto era voltado para os alunos, não lhe sendo atribuída participação alguma. Os verbos de estado com a variante *a gente*, contudo, também se referem ao uso do pronome *ter* no sentido de existir, como aponta o exemplo (83).

TABELA 14: Tipos de verbos com o pronome *você*

Tipos de verbos Você	Ação		Estado		Processo		Ação-processo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Aulas	10	20	09	17	04	08	28	55
Apresentações	03	43	02	29	01	14	01	14
Entrevistas	31	34	25	28	05	05	30	33

A tabela 14 mostra que a variante *você* traz cláusulas que tendem mais a verbos de estado, ação e ação-processo. Os verbos de processo, no entanto, apresentaram o menor índice de ocorrência em todos os gêneros. Nas *entrevistas* e nas *aulas*, observou-se uma preferência por verbos de ação e ação-processo, pois esses gêneros requerem mais dinamicidade de conteúdo. Já nas *apresentações*, há um predomínio de verbos de ação e estado.

(86)

.. agora eu tenho um outro artigo que é a visão de alunos com necessidades né especiais, .. então **você vê** que:: éh:: os alunos éh::, .. no outro artigo você viu que os alunos com necessidades especiais apresentaram sentimentos MAIS negativos .. tá .. do que os alunos sem necessidades,.. (Entrevista 09; p. 02)

(87)

.. porque muitos auto::res .. ele::s classificam as soluções coloiDAis como dispersões grosseiras, .. eu classificaria como dispersão coloidal. .. **você tem** uma solução verdade::ira que é uma dispersão molecular ou iô::nica, .. a dispersão coloida::l, .. e depois a dispersão grosseira .. meios imiscíveis. (Aula 02; p. 03)

(88)

.. ah:: .. mas tem alguns onde:: o alçamento não/não ocorre na região sul, ... por exemplo na::na música **você percebe** .. que o gaúcho pronuncia issu... sauda/saudadi e cresci .. tá,.. (Apresentação 04; p. 04)

(89)

.. esse efluente após o tratamento ele vai ter características bem melhores .. do que o in natura, .. ou seja .. **você pode aplicar** um tratamento biológico que é mais/.. (Entrevista 07; p. 10)

Diferentemente dos pronomes anteriores, a forma *você* não admite a indeterminação parcial, todos os exemplos, de (86) a (89), são completamente indeterminados. Em relação ao verbo de estado, exemplo (87), o sentido não é de existir como ocorre com os outros pronomes, aqui o sentido do verbo *ter* é de possuir. Pela característica de cada gênero, a qual influencia a escolha pela tipologia verbal, as *aulas* e *entrevistas* ainda ressaltam o fator dinâmico dos enunciados, exemplos (86) e (89). Já a existência de um paciente ou experimentador, com verbos de processo, é fraco, exemplo (88).

Em uma análise geral, pode-se confirmar que há recorrência de todos os tipos de verbos. O que regulariza a frequência maior de uma ou outra tipologia verbal é o gênero textual. Enquanto os gêneros *aula* e *entrevistas* utilizam mais verbos de ação-processo e ação; as *apresentações* preferem os verbos de ação e estado. Há, porém, uma lógica para o uso mais acentuado de verbos de ação e ação-processo para as *aulas* e *entrevistas*, uma vez que a escolha pela dinamicidade pode ser caracterizada como uma estratégia usada pelo professor ou entrevistado para articular os conteúdos. Em relação aos pronomes de forma geral, o resultado apontou frequência de verbos de ação, estado e ação-processo para todos os pronomes, o que atesta que somente os verbos de processo parecem não concorrer para o fator indeterminação.

3.5 TIPOS DE ORAÇÕES

A inserção do tipo de oração no trabalho objetiva verificar a organização estrutural das cláusulas com pronomes indeterminados. Optou-se por esse item para delimitar quais os tipos de orações mais recorrentes tanto nos gêneros quanto nas formas indeterminadas de *nós*, *a gente* e *você*. Para melhor esclarecer as ocorrências do tipo de oração, preferiu-se descrevê-las, segundo a ocorrência de cada pronome. Os tipos de orações se apresentam como hipotáticas, paratáticas, independentes, encaixadas e nucleares.

Embora o trabalho descreva três pronomes diferentes (*nós*, *a gente* e *você*), os tipos de orações são os mesmos. Ou seja, como há recorrência de todas as orações, ficaria redundante a explicação de cada uma para cada pronome, uma vez que não é o pronome que modifica a oração, e sim a forma como o falante organiza sua fala. Os outros exemplos, porém, ficam como comprovação de ocorrência.

TABELA 15: Tipos de orações com o pronome *nós*

Tipos de orações Nós	Hipotática		Paratática		Independente		Encaixada		Nuclear	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aulas	02	11	01	05	09	47	02	11	05	26
Apresentações	02	14	01	07	06	43	03	22	02	14
Entrevistas	04	20	00	00	08	40	06	30	02	10

A tabela 15 apresenta, nos gêneros *apresentações* e *entrevistas*, uma preferência por orações independentes e encaixadas. Já nas *aulas*, o uso de orações independentes e nucleares é mais frequente. Embora em todos os gêneros ocorram índices relevantes das

orações, as paratáticas ou tiveram ocorrência nula ou apenas (01) ocorrência. Os exemplos estão na mesma sequência de orações da tabela.

(90)

.. e a literatura mostra que deve-se aplicar a foto-catálise até num valor de oitocentos miligramas por litro no máximo, .. então poderia ser um empecilho. .. por isso .. **nós** realizamos esse tratamento combinado, ... pra atenuar a matéria orgânica pra depois realizar .. a foto-catálise, .. que é um processo oxidativo, .. forte, .. que degrada a matéria orgânica. (Entrevista 07; p. 04)

(91)

.. **nós** entrevistamos .. um falante do dialeto caipira, .. analisamos a música moda da pinga, .. e .. por fim construímos o artigo. (Apresentação 01; p. 01)

(92)

... então **nós** podemos fazer mistu:ras ... de substâncias em estado líquido .. ou gaso::so ou só::lido .. com outras em estados diferentes, .. e obter então sistemas homogêneos e sistemas heterogêneos... (Aula 02; p. 02)

(93)

.. o Brasil sempre está atrasado .. né em relação a eles, .. até mesmo pelo tempo que nós temos de colonização .. né, .. só que .. eu vejo que nós ainda estamos entrando em/ a população brasileira tá entrando no fast food, .. e urgentemente o governo brasileiro tem que tomar providências a respeito disto,.. (Entrevista 10; p. 15)

(94)

... então **nós** pode::mos .. diferencia::r os sistemas heterogê::neos .. que são tipos de dispersões grosse::iras,.. (Aula 02; p. 03)

Os exemplos acima retratam, de forma sucinta, o uso das orações com o pronome *nós*. Ressalta-se, porém, um dos usos mais comuns ocorridos com esse pronome: as orações encaixadas. Enquanto as orações independentes não estabelecem uma relação estrutural, as encaixadas são caracterizadas pela sua relação de integração com a oração matriz. Nesse caso, pode-se citar o exemplo (93), o qual mostra que a oração encaixada “(...) *até mesmo pelo tempo **que** nós temos de colonização..*” está integrada na oração principal, servindo, de certa forma, como uma qualificação ao “.. *o Brasil sempre está atrasado(...)*”. Além disso, as encaixadas normalmente funcionam como sujeito da oração matriz. São as denominadas de subjetivas.

TABELA 16: Tipos de orações com o pronome *a gente*

Tipos de orações A gente	Hipotática		Paratática		Independente		Encaixada		Nuclear	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aulas	04	31	00	00	02	15	04	31	03	23
Apresentações	04	31	00	00	06	46	02	15	01	08
Entrevistas	22	27	08	10	14	17	28	34	10	12

A organização das cláusulas para o pronome *a gente* classifica as orações independentes (46% - 6/13) e hipotáticas (31% - 4/13), apresentando pouca diferença percentual nas *apresentações*. Nos outros gêneros, houve uma frequência maior para o uso de orações encaixadas e hipotáticas, respectivamente. As encaixadas, porém, em todos os gêneros apresenta percentual pouco maior. As orações paratáticas, assim como ocorreu com o pronome *nós*, apresentaram menor índice de ocorrência: (08/82) somente nas *entrevistas*. As nucleares, por sua vez, mostram-se com índice médio, mas significativos, a saber: nas *aulas* com (03/13), nas *apresentações* com (01/13) e nas *entrevistas* com (10/82).

(95)

.. porque tem alguns linguistas que pregam que/que existe a homogeneidade do português, .. um português igual pra todo o .. território nacional, .. e **a gente** sabe que não é verdade .. tá... (Apresentação 04; p. 01)

(96)

... e a gente conversou com uma mulher já .. uma outra mãe social que tinha lá nesse momento, .. já tinha aumentado, .. ampliado o número de crianças, .. e **a gente** percebeu assim um descaso eno::rme, sabe assim .. ela pratica/praticamente dispensando pra ir embora. .. e a gente ficou pensando “mas o que que é isso né”, “o que que acontece?” (Entrevista 01; p. 07)

(97)

.. língua e variação da fala são inseparáveis, .. pois uma é dependente da outra. .. então .. **a gente** tem que .. a língua ela é um conjunto de normas, .. no entanto .. a fala ela é expressa pelo indivíduo,.. (Apresentação 02; p. 02)

(98)

.. porque:: éh:: o preconceito .. a discriminação não é algo que **a gente**:: elimina do dia para a noite, ... é algo que foi construído historicamente. (Entrevista 08; p. 02)

(99)

.. se você vai fazer uma suspensão aquosa, .. e as partículas .. não não .. têm uma boa molhabilidade com a água, .. **a gente** pode recorrer PO::r exemplo à glicerina, .. e fazer antes .. eh:: .. a mistura do/das partículas com a glicerina,.. (Aula 02; p. 21)

Em relação ao pronome *a gente*, verificou-se o uso de orações hipotáticas, também denominadas de orações subordinadas. Observou-se que, no exemplo (95), o emprego do “e” não é uma adição ao conteúdo, ao contrário, é um elemento adversativo que se contrapõe à oração inicial, podendo ser substituído pelo tradicional “mas”.

Como o maior índice de orações paratáticas ou coordenadas foi com a variante *a gente*, preferiu-se também analisá-las neste tópico. Com 10% de frequência, o exemplo (96) mostra que o sentido da oração está completo, isto é, a oração anterior não exerce função sintática na posterior. No mesmo intuito, os exemplos (91) e (101) também se organizam por parataxe.

TABELA 17: Tipos de orações com o pronome *você*

Tipos de orações Você	Hipotática		Paratática		Independente		Encaixada		Nuclear	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aulas	18	35	01	02	11	22	12	23	09	18
Apresentações	01	14	00	00	01	14	04	58	01	14
Entrevistas	31	34	03	03	22	24	20	22	15	17

Nas orações com o pronome *você*, a análise demonstrou uma preferência para as orações hipotáticas nas aulas (18/51) e nas *entrevistas* (31/91). Já nas *apresentações*, o maior percentual está para as orações encaixadas. As outras orações não apresentam ocorrência ou uma apenas. Em geral, as paratáticas somam o menor índice em todos os gêneros, as independentes e encaixadas se assemelham na frequência de uso e as nucleares ocupam o quarto lugar em número de ocorrências.

(100)

.. me::nos .. o sabor desagradável que nós vamos sentir. .. então se **você** fizer uma suspensão, .. não .. é:: vai ser aquele .. sabor desagradável forte. (Aula 02; p. 11)

(101)

.. porque no óleo vegetal em si não tem tanta gordura trans, .. não é uma quantidade significativa, .. só que o que que você faz? .. **você** pega o óleo vegetal, .. e **você** hidrogena pra poder virar gordura,.. (Entrevista 10; p. 08)

(102)

I - é o citrato de sódio, .. que é um dos componentes do leite. citrato de sódio tem no leite, .. naturalmente **você** já vai encontrar. (Entrevista 10; p. 03)

(103)

.. a fala ela é expressa pelo indivíduo, .. então a partir do momento que você admite o indivíduo dentro da sociedade, .. **você** admite o indivíduo com suas características e peculiaridades,.. (Apresentação 02; p. 02)

(104)

..então se você não.. se PREOCUPAR.. em fazer CORRETAMENTE, .. escrever a maneira corretamente da matemática. .. ai/se/toda vez que você precisar de um- de uma coisa nova, .. **você** vai quebrar muito a cara/a cabeça pra-pra conseguir ler.. né. .. bom. (Aula 03; p. 29-30)

Dentre os exemplos expostos, ressaltou-se a frequência das orações independentes, as quais são caracterizadas por não estabelecerem relações entre as estruturas anteriores e posteriores a elas. Ou seja, as independentes são caracterizadas como uma oração solta no enunciado, como ocorre no exemplo (102). O exemplo (102) mostra que a entrevistadora está falando sobre o *citrato de sódio* e, de repente, rompe o discurso com um comentário “*naturalmente você já vai encontrar*”, ficando a oração solta no enunciado. Embora seja um comentário da entrevistadora, o exemplo caracteriza-se como indeterminação completa, pois o pronome não se refere ao interlocutor, mas a um *você* qualquer.

As orações nucleares também são representativas e se caracterizam por servirem como processo de topicalização, dando relevo ao conteúdo. Dentre as nucleares, apresenta-se o exemplo (104) no gênero *aula*.

As orações se mostraram relevantes para a estrutura organizacional das cláusulas indeterminadas. O que se notou, porém, na frequência das orações, foi o fator gênero textual com os três pronomes, pois, enquanto no gênero *entrevista* prevaleceram as orações hipotáticas e encaixadas, nas *apresentações* se destacaram as orações independentes e encaixadas; nas *aulas* houve um equilíbrio maior entre as orações, porém maiores ocorrências nas hipotáticas e independentes. O que permaneceu inalterado foi o baixo índice de orações paratáticas, o que configura, ao menos, que orações paratáticas são menos marcadas em estruturas indeterminadas.

Dessa forma, pode-se concluir que o gênero é um fator importante para delinear a organização oracional em estruturas indeterminadas. Nas *apresentações* de trabalhos, por exemplo, há uma menor preocupação de vinculação textual, principalmente para um comentário do locutor ou uma digressão o que explicaria o uso de orações independentes. Já as *aulas* e *entrevistas* são gêneros que requerem maior formalidade e estrutura de conteúdo, por isso, um uso acentuado de orações hipotáticas e encaixadas.

3.6 COMENTÁRIO DO LOCUTOR

Como foi descrito acima, as orações independentes podem estar vinculadas a um comentário do locutor. Dessa forma, insere-se, no trabalho, um tópico a respeito do assunto para alinhar as ocorrências em que ou o locutor indetermina totalmente o conteúdo quando faz um comentário ou, de alguma forma, se inclui no enunciado, dando ideia de indeterminação parcial. O tópico, portanto, salienta a inclusão ou exclusão do locutor. Adianta-se, porém, que a inclusão do locutor só foi possível para os pronomes *nós* e *a gente*, uma vez que ambos contemplam pluralidade (eu + alguém). Com o pronome *você* isso já não é possível uma vez que representa a segunda pessoa do discurso (*tu*) e refere-se à pessoa para quem se fala e não de quem fala. Apresenta-se a tabela 18 com a quantificação dos dados.

TABELA 18: Comentário do locutor: inclusão ou exclusão nos gêneros textuais e nos pronomes *nós*, *a gente* e *você*

Comentário do locutor	Aulas		Apresentações		Entrevistas	
	Inclusão/Exclusão N/%	N./%	Inclusão/Exclusão N/%	N/%	Inclusão/Exclusão N/%	N/%
Nós	06/32	13/68	07/57	06/43	14/70	06/30
A gente	05/38	08/62	02/15	11/85	28/34	54/66
Você		51/100		07/100		91/100

O comentário do locutor é um recurso utilizado para a indeterminação, pois faz referências a fatos genéricos. Quando, porém, há necessidade, insere uma advertência pessoal, seja para complementar e destacar o conjunto genérico ou para se identificar com o grupo ou para destacar-se dos demais.

(105)

... ah:: aí mais pra frente na/depois do refrão nós temos a palavra social .. tá, .. *então .. geralmente nós falamos social.. tá*, ... outras regiões falam social enquanto ele fala social. .. muito bem .. a gente também selecionou um trecho, .. ah:: pra falar do r ... tá,.. (Apresentação 04; p. 03) exclusão

Poderia se imaginar que todo comentário fosse determinado, já que é uma opinião pessoal, porém não é o que acontece no *corpus*. No exemplo (105), o comentário é totalmente indeterminado, pois o pronome *nós* é empregado de forma genérica. Além, disso, o emprego do advérbio “*geralmente*” reforça o caráter

indeterminado do enunciado, e, ao contrário do que está no exemplo, o enunciado ficaria mais coeso com a partícula *se* “*geralmente se fala social*”.

(106)

.. porque eu acho que houve um uma confusão umah:: um engano, .. ***eu acho que na questão do do estrangeirismo a gente perderia a nossa identidade cultural***, porque como a gente aprendeu, .. a língua é a característica principal de uma cultura. (Apresentação 05; p. 05)

Já no exemplo (106), o falante introduz seu comentário com o pronome “*eu*”, porém ao usar a variante *a gente*, à frente, ele generaliza sua opinião, deixando muito abrangente o sentido da expressão “*(...) a gente perderia nossa identidade cultural (...)*”. Neste exemplo, mesmo que o falante se incluísse no contexto, o enunciado seria, no mínimo, parcialmente indeterminado, uma vez que não são apontadas quem seriam as outras pessoas que se incluíram no plural *a gente*.

(107)

.. normalmente é uma forma farmacêutica lí::quida .. mais ou menos visco::as, .. que é preferível .. pra ser administrada do que uma forma farmacêutica sólida, .. principalmente pela via oral não é? .. não é mais fácil você deglutir um líquido .. do que deglutir uma cá::psula, .. um comprimido, .. uma drá::gea? * .. ***o comprimido no má::ximo ele vem com o sulco pra você cortar***. (Aula 02; p. 10)

(108)

.. então o que que o fabricante fez .. o recurso? .. ele retirou a água. .. aí o tempo que ela armazenada na fá::brica no depó::sito na distribuido::ra na farmá::cia, .. ***até você comprar .. ela se torna estável***. (Aula 02; p. 08)

Os exemplos (107) e (108) fazem parte do *corpus* referente às *aulas* e constituem comentários identificados como exclusão do locutor (indeterminação total). O professor insere os comentários como forma de complementar o assunto, porém o comentário com o pronome *você* torna-se indeterminado, pois não há um interlocutor identificável.

Todas as ocorrências no *corpus* identificam somente a inclusão parcial ou exclusão total, ou seja, cláusulas que trazem indeterminação completa ou, ao menos, uma indeterminação parcial, já que não é tópico do trabalho o levantamento por formas determinadas. A frequência aqui é para os casos em que o locutor se inclui, porém não deixa claro quem são as outras pessoas do discurso que contemplam o uso de *nós* e/ou *a gente*. Ou usa o pronome, mas não se inclui no enunciado, o que se caracteriza como um

plural de modéstia, ou para se isentar da responsabilidade do discurso, como ocorre nas *entrevistas*. Por exemplo.

(109)

.. e um dos temas era a educação especial. .. aí me pediram .. a mim:: à professora X da psicologia um capítulo .. pra esse livro, .. mas que abordasse essa coisa da educação especial. .. **então naquele momento a gente ficava o tempo todo pensando**, .. “peraí ... esse é o nosso público alvo”, .. “peraí ... a gente tem que escrever pra eles né”, .. “são educadores”, .. “que informações são mais relevantes pra aquele grupo”? (Entrevista 01; 05)

(110)

.. e o filho dela .. diversas vezes veio falar com ela e ela ficava adula::ndo o fi::lho, **assim como a gente faz com os nos::sos, .. colocava no co::lo, .. ficava alisan::do**. (Entrevista 01; p. 07)

(111)

.. você pega o óleo vegetal, .. e você hidrogena pra poder virar gordura, .. ter a característica de gordura, .. margarina né, .. **a gordura que a gente usa pra pra pra:: fritar**, .. pra ficar crocante, (Entrevista 10; p. 08) exclusão

Os exemplos (109) e (110) trazem algo interessante ao contexto: o assunto foi abordado por uma professora da Psicologia e o uso de termos de especialidade devem ser evitados para que os profissionais da área não se comprometam, isentando-os de responsabilidades que possam ser subtraídas das suas respostas. Por exemplo, em (109) o comentário se torna indeterminado, pois o capítulo do livro foi pedido a uma pessoa e, no entanto, a entrevistada emprega o verbo pluralizado (*a gente*). Já em (110), a entrevistada insere um comentário parcialmente indeterminado, uma vez que o assunto do comentário pode ser caracterizado como pessoal, porém a entrevistada não deixa de falar em nome de todos, como porta-voz. Em (111), muda-se a entrevistado, porém o comentário exclui o locutor, pois pode significar qualquer pessoa. Normalmente, o professor pesquisador, em determinados momentos, sente a necessidade de introduzir comentários parentéticos para, didaticamente, explicar o assunto abordado, e, em muitos casos, costuma indeterminar o sujeito, seja para não se comprometer ou, simplesmente, para expressar plural de modéstia.

Tanto no comentário do locutor, quanto no grau de indeterminação, há de se notar que o assunto das elocuções e entrevistas também é relevante para mostrar a escolha pela indeterminação. O que se observou, nas *aulas* e *entrevistas*, foi que, quando o locutor fala a respeito do conteúdo da aula ou da entrevista, ele procura ser mais determinado em seu contexto. Por outro lado, quando o locutor muda de assunto e,

portanto, muda seu foco, ele é mais genérico, o que poderia explicar as frequências consideráveis.

3.7 GRAUS DE INDETERMINAÇÃO

Neste tópico, talvez o mais relevante da descrição dos dados, resida na apresentação dos graus de indeterminação em cada contexto. Micheletti e Franchetti (1996, p.1), numa perspectiva funcionalista, consideram o sujeito indeterminado “quando não é possível recuperar a identidade do seu referente no texto, ou seja, quando não há possibilidade de identificação do seu referente no contexto em que se insere”. De acordo com esse conceito, justifica-se, de princípio, que a indeterminação não incide somente nos pronomes descritos, mas também em outras formas pronominais e nominais.

Contrapondo-se ao estudo de Monteiro (1994), o qual postula que só a primeira pessoa do singular ainda não foi abalada pelo conceito de que as formas, recategorizadas, que buscam dar um novo equilíbrio ao sistema, não sofrem variações em decorrência da função que possam exercer, o exemplo (113) evidencia que até mesmo o pronome *eu* é suscetível à variação de função, ou melhor, observa-se um acréscimo de função, servindo, nesse caso, como forma indeterminada.

(113)

.. agora é importante observar que é *não porque eu tô na Paraíba que eu só vou falar desse jeito né*, .. não é porque você está em uma determinada região que você só vai achar aquele tipo de variante, .. e:: ... acho que isso é só. (Apresentação 02; p. 04)

(114)

.. porque então .. pra que que eu .. pra que que eu vou éh::.. perde um tempão ensinando método de resolução do-da-do tipo de resolução de equação, .. e chega aqui, .. *o cara pega e bota a integral onde ele quer e faz tudo que ele quer do jeito que ele quer*, .. então não precisa de teoria,.. num precisa de matemática,.. num precisa de estudar, .. (Aula 03; p. 01)

(115)

E - fica difícil né, .. *se a pessoa entendeu*, .. se atingiu, .. se você conseguiu seu objetivo. (Entrevista 10; p. 19)

(116)

.. mas o lado EMO-CIO-NAL mesmo,
.. qual é a emoção que a pessoa sente ao resolver,
 conseguir resolver um problema? (Entrevista 09; p. 01)

(117)

.. *a crença né que se tem do deficiente ainda é muito negativa,*

.. ser incapaz, .. improdutivo, .. invá:lido. (Entrevista 08; p. 06)

(118)

.. eh:: o que nota / *e o que se nota é realmente ah::* / a maioria dos vocábulos da língua

inglesa éh:: que estão aí na questão do empréstimo. (Apresentação 05; p. 01)

(119)

.. bom o Brasil ele tem/o Brasil não *o brasileiro ele tem o costume de::* titular como o

certo e o errado né,

.. *então eles dizem* .. que o dialeto caipira éh:: alguma coisa éh:: um um algo errado,

.. *eles falam errado.*

.. mas isso não é verdade,

.. são variações que língua sofre,

.. e:: da mesma maneira que:: *pra gente também tem/nós temos as nossas variações,*

.. o dialeto caipira ele também tem o deles,

.. então isso não é dito como errado, (Apresentação 01; p. 05)

Nos exemplos, é explícita a indeterminação do sujeito. O exemplo (113) faz referência à primeira pessoa do singular (quem fala) e, no entanto, deixa vaga sua referência, já que o locutor não se insere no discurso. As outras ocorrências também esclarecem que existem vários meios de se indeterminar o sujeito, como é o caso do exemplo (119), o qual traz mais de um elemento indeterminador.

Em um contraponto com o fator indeterminação, no *corpus*, também foram encontradas muitas ocorrências de formas determinadas. Destacam-se algumas ocorrências dos pronomes determinados para ilustrar e diferenciar o fator [+determinado] e [-determinado].

(120)

... ahm:: *nós justificamos este trabalho* .. logicamente pela solicitação e pela proposta que foi feita em sala de aula, ... e:: .. e também *nós nos interessamos* por estudar as:: características que marcam o dialeto caipira, ... e *nós consideramos então que deveríamos* privilegiar esse dialeto,... (Apresentação 03; p. 01)

(121)

.. mas é o meu papel né, ..e eu tenho que mostrar onde é que *vocês estão falando.* .. onde que *vocês precisam melhorar,* .. porque o nosso objetivo é .. buscar .. né .. a perfeição .. né? (Aula 03; p. 06)

(122)

.. ah:: .. *então a gente vai fazer a respeito das variações entre as regiões .. sul e nordeste do Brasil*, .. ah:: .. agora por que *a gente* escolheu essas duas regiões?

(Apresentação 04; p. 01)

Os exemplos determinados trazem referências que permitem identificar o sujeito. Nas *apresentações*, os sujeitos *nós* e *a gente* remetem especificamente ao grupo que está apresentando o trabalho. Já que o trabalho é em equipe, cabe ao representante desse grupo falar em nome de todos os participantes. Em relação ao pronome *você* , o que se notou foi o seguinte: quando o falante usa o pronome no singular, ele indetermina, porém quando usa o pronome em sua forma plural, ele se torna determinado, uma vez que ficam evidentes quem são os interlocutores, no caso, os alunos.

Partindo dos pressupostos teóricos, destaca-se, no quadro a seguir, a frequência dos graus de indeterminação nas *elocuições* e *entrevistas*. Considerou-se como completo, quando não houve alguma referência, e parcial, quando, no contexto, houve alguns indícios de referência do sujeito. Optou-se por dividir os graus de ocorrência de acordo com o gênero textual, já que esse é fator relevante à indeterminação.

TABELA 19: Grau de indeterminação: completo ou parcial nos gêneros textuais e nos pronomes *nós*, *a gente* e *você*

Grau de indeterminação	Aulas		Apresentações		Entrevistas	
	Completa/Parcial	Completa/Parcial	Completa/Parcial	Completa/Parcial	Completa/Parcial	Completa/Parcial
	Nº./%	Nº./%	Nº./%	Nº./%	Nº./%	Nº./%
Nós	13/68	06/32	06/43	07/57	06/30	14/70
A gente	08/62	05/38	11/85	02/15	54/66	28/34
Você		51/100		07/100		91/100

O resultado do grau de indeterminação é igual ao resultado do tópico destaque do locutor, já que um faz referência ao outro. Como já foi apontado, o pronome *você* , é o mais prototípico para a indeterminação: apresentou índice de 100% em todos os gêneros textuais. Como o pronome *você* apresenta índice total, ele não foi considerado para aferir a hipótese de que o gênero pode influenciar a escolha pela indeterminação. Em relação aos outros pronomes, porém, verificou-se que nas *aulas* a indeterminação completa é mais elevada, (68% - 13/19) com o pronome *nós* e (62% - 08/13) com a variante *a gente*. Nas *apresentações*, a frequência para o pronome *nós* é semelhante, (43% - 06/13) ocorrências para indeterminação completa e (57% - 07/13) para parcial. Já o pronome *a gente* ainda mantém o índice de maior ocorrência para a indeterminação

completa: (11/13) contra (02/13). Para as *entrevistas*, o índice de indeterminação parcial sobressai com o pronome *nós*, assim como aponta o resultado (30% - 06/20) para completa e (70% - 14/20) para parcial. A variante *a gente*, diferentemente do pronome tradicional, consegue se manter com índice elevado de indeterminação completa, a saber: (66% - 54/82) completa e (34% - 28/82) parcial.

Quando o locutor emprega a estratégia *nós/a gente*, com uma intenção mais genérica (todas as pessoas), utiliza elementos que o auxiliam para demonstrar, ao interlocutor, a generalidade da sua intenção. Observam-se exemplos dessa estratégia de indeterminação no *corpus*.

(123)

.. tá então éh:: ***nós nos baseamos bastante na resolução Conama***, .. porque ela trata .. tanto das disposição pra água .. das áreas clássicas de água quanto para efluente tá, .. então daí nós .. utilizamos a resolução Conama, .. que daí tem vários parâmetros,.. (Entrevista 07; p. 01)

(124)

.. aí eu posso citar por exemplo o álcool, .. o álcool diminui a densidade da água. .. em alguns casos a gente pode fazer isso, .. ***mas na maioria das vezes a gente vai aumentar .. a densidade***, .. pra diminuir essa diferença .. tá? (Aula 02; p. 29)

Esses dois exemplos são retratados como indeterminação parcial. Dentro dos gêneros *aula* e *entrevista* há alguns fundamentos a serem respeitados: os pronomes não são indeterminados completos, já que os locutores (professores) se incluem no enunciado. Por outro lado, também não são determinados, uma vez que não deixa explícito quem são as pessoas que se incluem no enunciado junto com ele. Observe-se o exemplo (123). Nesse excerto, o emprego do pronome *nós* é caracterizado como parcialmente indeterminado, pois o pronome não identifica o entrevistado e o entrevistador, e sim o entrevistado e membros de sua equipe de pesquisa que, no caso, não são identificados. No exemplo (124), o professor fala em nome da classe de profissionais da área que praticam o experimento, mas não se remete ao fato de os alunos poderem ou não aumentar a densidade da água. Diante disso, há de se classificarem os enunciados como indeterminados parcialmente, pois, mesmo sendo vago, o locutor faz referências a outros membros.

(125)

.. mas antes disso eu tô esquecendo de um detalhe, .. ***quando nós apresentamos uma tabela um gráfico, .. nós temos que FAcilitar a leitura desta tabela ou deste gráfico para o leitor***,.. (Aula 01; p. 10)

(126)

.. ele é insolúvel, .. não dissolve, .. **normalmente a gente usa água**, .. e não dissolve na água, .. então eu tenho que fazer uma suspensão. (Aula 02; p. 10)

(127)

.. **você quer consultar um determinado assunto lá**, .. num determinado capítulo. .. **então você vai abrir lá no meio**, .. e tem que ser CAPAZ de ler aquele livro lá.. na metade.. né. .. dando uma olhadinha lá na anotação.. tal, .. a isso daqui é isso isso daqui é tal, .. **daí você consegue ler**. (Aula 03; p. 29-30)

(128)

.. e:: dentro das variações linguísticas ... **nós temos o dialeto caipira**... (Apresentação 01; p. 01)

(129)

.. língua e variação da fala são inseparáveis, .. pois uma é dependente da outra. .. então .. **a gente tem que .. a língua ela é um conjunto de normas**, .. no entanto .. a fala ela é expressa pelo indivíduo,.. (Apresentação 02; p. 02)

(130)

.. a fala ela é expressa pelo indivíduo, .. **então a partir do momento que você admite o indivíduo dentro da sociedade, .. você admite o indivíduo com suas características e peculiaridades**... (Apresentação 02; p. 02)

(131)

E - mas por exemplo você lança, .. tratou, .. lança no rio, .. **nós temos aí as coletas**, .. tratamento de água, .. mas aí eles vão fazer o tratamento pra deixar apta pra pra:: tomar. (Entrevista 07; p. 10)

(132)

quí fora pode ser maior, .. mas quando isso se torna um .. uma estrutura de empre::go .. né:: um, .. **no Brasil o que a gente mais tem é a falta de emprego né**. (Entrevista 01; p. 09)

(133)

.. porque no óleo vegetal em si não tem tanta gordura trans, .. não é uma quantidade significativa, .. **só que o que que você faz? .. você pega o óleo vegetal, .. e você hidrogena pra poder virar gordura**... (Entrevista 10; p. 08)

Com base em Borba (1994), acentua-se, aqui, que realmente o uso do pronome *a gente* pelos falantes da língua portuguesa vem sendo cada vez mais relevante. A nova forma pode ser utilizada em lugar do tradicional *nós*, representando a primeira pessoa do plural, ou como sujeito indeterminado e em maior grau que o pronome *nós*. O autor, como também se constatou na análise, mostra que a forma inovadora é mais generalizante do que o *nós*, que é mais restritivo, além de mais formal, pois é utilizado como plural de modéstia. Registrou-se ainda que normalmente o falante tende a usar a forma indeterminada *a gente* para a primeira pessoa do singular quando quer ser menos

assertivo e, no plural, originalmente, para contrapor uma referência precisa a outra imprecisa.

(134)

... essa pesquisa aí:: ela re/ resultou de uma:: discipli::na, .. foi uma disciplina do doutora::do que **eu fiz**, .. era uma disciplina sobre as instituições educacionais, .. e:: na disciplina **a gente leu** uma série de:: traba::lho de artigos sobre o atendimento à infância .. no Brasil:: em diferentes momentos. (Entrevista 01; p. 01)

(135)

E - então o que que leva o brasileiro a ter esse preconceito .. com relação à carne de equino? I – **a gente** até discutiu isso na hora de formular o artigo, ... muitas vezes é porque o animal .. ele é boniti::nho, .. ele é dócil, .. ele é não sei o quê, .. entendeu? (Entrevista 06; p. 01)

O item grau de indeterminação é o termo que identifica e complementa todos os itens anteriores. Dessa forma, preferiu-se trazer maior número de exemplificações para caracterizar as ocorrências da indeterminação completa nos enunciados. Normalmente, os pronomes *nós* e *a gente* podem ser substituídos pela partícula *se* (índice da indeterminação do sujeito), já para o pronome *você* a indeterminação é visivelmente declarada. Para caracterizar os pronomes com grau máximo de indeterminação, levou-se em conta o contexto em que os pronomes estão inseridos.

Alguns advérbios, principalmente os terminados em *mente*, contribuem para a indeterminação do sujeito, como ocorre no exemplo (126), expressando generalidade. Outro fator comum aos pronomes indeterminados é o uso do advérbio *quando* (exemplo 125) e o verbo *ter*, podendo ser substituído pelo *se* que também auxilia o uso da indeterminação, exemplos (128), (129), (131) e (132). Uma explicação plausível para isso é que em (129) (***a gente tem que .. a língua ela é um conjunto de normas***), não quer dizer que os apresentadores têm a língua como um conjunto de normas, pois essa já é uma característica intrínseca a ela. O pronome empregado é totalmente genérico. A cláusula, no entanto, poderia ser assim pronunciada (tem-se que a língua é um conjunto de normas).

A partir daí também já se podem enunciar expressões que dão ao pronome *nós* caráter impresso de um *eu* generalizante. A questão de pluralidade nos pronomes é um tanto amplificada e difusa, uma vez que, por exemplo, o pronome *nós* soma ao *eu* uma distinção das outras pessoas. Já na pluralização do pronome *tu* pelo pronome *vós* há uma generalização de *tu*. Para a não-pessoa tem-se a pluralização verbal, a qual tanto se assemelha ao plural nominal, quanto à adesão ao caráter impreciso. Assim, de acordo

com os apontamentos de Benveniste (1988, p.259), a distinção entre singular e plural dada aos pronomes não deve ser de substituição e sim de interpretação, na ordem de pessoa, por uma distinção entre *pessoa estrita* no singular e *pessoa amplificada* no plural. Somente a terceira pessoa, no entanto, aceita um verdadeiro plural.

Registra-se também que os pronomes pessoais em foco não se submetem a regras rígidas de estruturação sintática impostas pela Gramática Tradicional, como princípios estruturais da língua, e sim às pressões dos tipos de relações sociais e às inferências intersubjetivas, postuladas nos gêneros textuais, alteráveis de momento a momento, conforme já apontou Monteiro (1994).

Em suma, a análise permitiu averiguar que em todos os gêneros textuais e com todos os pronomes há ocorrências da indeterminação, seja ela completa ou parcial. Destaca-se, porém, mais especificidade de indeterminação com o pronome *você*. Já com os pronomes *nós* e *a gente* a indeterminação pode sofrer alterações, uma vez que há diferentes inserções do falante no discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho foram apresentadas questões importantes da pesquisa desenvolvida a respeito da indeterminação do sujeito com os pronomes *nós*, *a gente* e *você*, no português brasileiro falado. O cotejo dessas formas em função indeterminada, em elocuções formais e entrevistas, forneceu subsídios para que se compreendesse que existem outras formas para se indeterminar o sujeito, diferentes das considerações da Gramática Tradicional. Foi possível também mostrar que o uso dos pronomes *nós*, *a gente* e *você*, em suas formas indeterminadas, constitui um recurso natural para as elocuções formais e entrevistas analisadas. O uso segue um recurso previsto para a indeterminação que vai do [+indeterminado] ao [-indeterminado]. Ademais, permitiu que, mais uma vez, se evidenciasse a variação linguística, que se constata no discurso dos falantes do português, bem como algumas motivações estruturais e pragmáticas que favorecem a escolha por tais pronomes.

Os resultados foram elucidativos e evidenciaram uma frequência significativa para o fator indeterminação, principalmente em relação ao pronome *você*. Para chegar aos resultados, porém, foi realizado um estudo acerca da teoria funcionalista, base essencial da pesquisa; visão tradicional da classe dos pronomes pessoais e recategorização dessa classe, pontuado nos estudos de Monteiro (1994); algumas definições sobre as mudanças de traços de pessoa, número e gênero; acepções sobre os pronomes *nós*, *a gente* e *você*; a indeterminação do sujeito; gêneros textuais. Foram elaborados aspectos fundamentais dos pressupostos metodológicos, como: a forma antecedente, tempo/modo verbal, forma verbal, tipos de verbos, tipos de orações, comentário do locutor e graus de indeterminação.

Pressupunha-se, a princípio, que não seriam identificadas significativas estratégias pronominais de indeterminação do sujeito, tendo em vista que elocuções formais e entrevistas são gêneros textuais diferentes. Verificou-se, entretanto, que os recursos para indeterminar o agente da ação verbal foram representativos e os gêneros textuais foram importantes para salientar a frequência da indeterminação e o modo de sua realização.

Conforme foi visto no item 3.1, pode-se denotar, em termos, que todos os pronomes são suscetíveis ao paralelismo formal: o pronome *nós* tem maior retomada no discurso, tanto explícito quanto implícito; o pronome *a gente* já aparece somente de forma explícita e em grau menor. O pronome *você* ocorre com porcentagem maior,

porém não se destaca no gênero *apresentações*. Entretanto, a sua ocorrência está relacionada ao gênero textual *aula* e parece ser decisivo para as formas didáticas de explanação de conteúdo.

Com relação ao tempo/modo verbal, partiu-se da hipótese de que tempos verbais que assinalam uma conotação menos restrita e mais lata, como o presente do indicativo, propiciassem o emprego de estratégias mais indeterminadas. O tempo presente do indicativo possui uma grande incidência em todas as estratégias de indeterminação do sujeito nas *aulas*, *apresentações* e *entrevistas*. Os enunciados que contemplam o pretérito imperfeito (genérico) e o modo subjuntivo (hipotético), são poucos, porém funcionam em contextos favoráveis para a indeterminação, assim como o futuro e o infinitivo. De certa forma, há uma influência do tempo verbal na interpretação mais ou menos genérica do sujeito.

Quanto à breve análise da forma verbal e tipos de verbos em enunciados indeterminados tem-se que, embora o resultado tenha firmado que a frequência maior seja para a forma simples, observou-se que há uma grande incidência do uso de forma verbal composta com ideia de eventualidade no futuro. Em relação à tipologia verbal, nos termos de Ignácio (2002), houve recorrência de todos os tipos de verbos. O que regulariza, porém, a recorrência maior ou menor é o fator gênero textual. O que se pode depreender desse estudo é que verbos de maior dinamicidade, como verbos de ação, estão ligados a todos os gêneros, enquanto verbos de estado, por exemplo, estão inseridos aos gêneros *entrevistas* e *apresentações*. Já em relação aos pronomes, salienta-se que o pronome *nós* admite o uso de verbos de ação e ação-processo em maior proporção. A variante *a gente*, por sua vez, tem incidência sobre verbos de ação e estado e o pronome *você* sobre as três tipologias verbais.

A análise topicalizada como tipos de orações foi significativa para depreender a estrutura organizacional das cláusulas indeterminadas. Mais uma vez o gênero textual mostrou-se determinante, pois foi ele que delineou a preferência pelos tipos de orações em cada gênero (hipotática, paratática, independente, encaixada e nuclear). Diante disso, concluiu-se que, nas cláusulas em que há a indeterminação do sujeito, seja ela completa ou parcial, há um predomínio de orações hipotáticas e encaixadas nas *entrevistas*, orações independentes e encaixadas nas *apresentações* e hipotáticas e independentes nas *aulas*. As *aulas*, porém, apresentaram um equilíbrio maior entre as orações. As orações paratáticas, no entanto, obtiveram índice muito baixo em relação às demais. Dessa forma, observou-se que a estrutura organizacional em orações que apresentam indeterminação relaciona-se ao gênero textual, isto é, enquanto os gêneros

entrevistas e *aulas* preferem o uso de orações mais elaboradas (hipotáticas de realce, por exemplo) para marcar a indeterminação, as *apresentações* se inserem em estruturas com orações independentes, estruturas explicativas e menos encaixadas.

Os tópicos finais, Comentário do locutor e Graus de indeterminação, estão relacionados entre si, já que o destaque está intrinsecamente ligado ao fator exclusão total ou parcial. Dessa forma, o que permitiu evidência em Comentário do locutor foi o assunto abordado em cada gênero, o qual direciona a escolha pela forma indeterminada.

Referente ao último padrão de análise, os resultados evidenciaram que há diferentes graus de indeterminação. O contexto linguístico e o gênero textual condicionam maior ou menor ocorrência de indeterminação completa ou parcial. O pronome *você* é que maior intensifica o uso da indeterminação completa nos gêneros textuais, uma vez que não admite outro sujeito. Por outro lado, os sujeitos equivalentes *nós* e *a gente*, por permitirem mais de uma pessoa (eu+tu, eu+você, eu+ele), têm índices de indeterminação parcial e completa. As distribuições dos percentuais de frequência se mostraram diferentes nos gêneros textuais. As formas mais frequentes foram, em ordem decrescente, pronome *você*, seguido da forma *a gente* e *nós*, em todos os gêneros textuais.

Pelo exposto, evidenciou-se que a indeterminação é muito recorrente no *corpus* em foco. A relação entre os gêneros textuais e a indeterminação, entretanto, apontou que o gênero *entrevista* tende à generalidade, seja por uma explicação mais didática, como ocorre com o pronome *você*, seja por um plural de modéstia, como indicam os pronomes *nós* e *a gente*. O gênero *aula* fica no meio do percurso, dando relevância ao pronome *você*, justamente devido às explicações didáticas. O gênero *apresentação* aparece com menor índice de ocorrência de indeterminação, talvez pelo fato, como mencionado anteriormente, de uma apresentação possuir mais de um locutor e dar mais ênfase à determinação do sujeito. Afinal, o apresentador deve assumir o próprio discurso e identificar a autoria de seu próprio trabalho.

Em relação aos pronomes *nós* e *a gente*, considera-se que a variante *a gente* apresenta o maior grau de indeterminação completa, em relação ao tradicional *nós*, o qual ainda apresenta maior percentual dentro do parâmetro de indeterminação parcial, devido, em parte, no contexto. Com o pronome *você*, não houve alguma divergência em seu percentual em todos os gêneros, por isso, conclui-se que o gênero para esse pronome não é tão determinante quanto para os demais.

Convém ressaltar ainda que o *nós* pode referir-se a uma só pessoa nos chamados plurais de modéstia. Como afirma Said Ali (1937), o emprego do *nós* como plural de

modéstia surge para determinar certos contextos, a saber: expressão de afabilidade, deferência e mostra de interesse. No presente caso, porém, o mais indicativo é conferir ao emprego de *nós* a certeza do efeito persuasivo e a pretensão de dividir as responsabilidades e/ou reduzir o grau de egocentrismo do falante, propiciando o efeito indefinido/genérico, motivador desse uso.

Acredita-se, portanto, que esta pesquisa sobre formas pronominais apresenta um encaminhamento para novas perspectivas de análise para o fenômeno indeterminação do sujeito, visto que um modelo que examina a descrição linguística à luz dos gêneros textuais pode auxiliar nas reflexões sobre linguagem falada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 33 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1985.
- ALMEIDA, M. L. L. de. *Sujeito Indeterminado na fala*. Tese de doutorado em Linguística. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ. 1992 [mimeo].
- ALI, M. S. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971 e 2001.
- _____. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.
- _____. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 8ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- _____. *De EU e TU a Majestade: tratamentos de familiaridade e reverência*. Revista de Cultura, 1937; 11 (22): 137-51.
- _____. *Investigações filológicas (com estudo e organização de Evanildo Bechara)*. 3ª. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- ANDRADE, A. L. V. S. de. *A variação de você, cê e ocê no português brasileiro falado*. Brasília: Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília, 2004.
- ANTONIO, J. D. *O texto como objeto de estudo na Linguística Funcional*. In: _____ & NAVARRO, P. O texto como objeto de ensino, de descrição linguística e de análise discursiva e textual. Maringá: Eduem, 2009. [no prelo]
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. 14ª. reimp. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- _____. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- _____. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- _____. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1988.
- BORBA, L. do R. *Alguns aspectos sobre o uso de “nós” e “a gente” no português do Brasil*. OMENA, Nelize Pires. *A referência à primeira pessoa do discurso no plural*. In: *Padrões Sociolinguísticos (Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro)*. Org. SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996.
- _____. *Alguns aspectos sobre o uso de 'nós' e 'a gente' em Curitiba*.

Fragmenta, Curitiba, p. 65-76, 1995.

_____. *Alguns aspectos sobre o uso de nós e a gente no português do Brasil*. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRALIN, 1994, Salvador. *Resumos...* Salvador, Instituto de Letras, UFBA, 1994. P. 185.

BUENO, F. S. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1967.

BUTLER, C. S. *Functional approaches to language*. In C. S. Butler, M.L.A Gómez-Gonzalés and S.M Doval-Suárez (eds.) *The Dynamics of Language Use: Funcyional and Contrastive Perspectives*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2005, p. 3-17.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 38 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 4ª. ed., Edição. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CASTILHO, A. T. *Projeto de história do português paulista*. FAPESP, 2006.

CHAFE, W. *Cognitive Constraints on Information Flow*. In: TOMLIN, R. *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1987, p. 21-51.

CINTRA, L. F. L. *Sobre “Formas de Tratamento” na língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte/Coleção Horizonte 18, 1972 e 1986.

COSTA, A. D da. *Periphrastic verbal expressions in Portuguese*. In: SCHMIDT-RADEFELT, Jurgen (ed.). *Readings in Portuguese linguistics*. Amsterdam: North-Holland, 1976.

CULIOLI, A. *Notes dès Séminaires de D.E.A. 2*. Ed. Poitiers: Université Paris VII, 1983-84.

CUNHA, A. F. da. *Funcionalismo*. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 157 a 174.

CUNHA, A. F. da & CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985 e 2001.

CUNHA, C. de S. *indeterminação Pronominal do Sujeito*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/UFRJ, 1993 [mimeo].

DECAT, M. B. N. *A relevância da investigação dos processos linguísticos, numa abordagem funcionalista, para os estudos sobre os gêneros textuais*. In: ANTONIO J. D (org.). *Estudos descritivos do português: história, uso, variação*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

- DIK, C.S *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht-Holland/Providence RI-EUA: Foris Publications, 1989.
- DUARTE, M. E. L. *Construções com o se passivador e indeterminador em anúncios do século XIX*. In ALKIMIM, T. (org.) *Para a história do Português brasileiro*, vol. III: Novos estudos. São Paulo: Humanitas, p. 155-195, 2002.
- _____. *Coordenação e subordinação*. In VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.
- DUBOIS, J. *Grammaire structurale du français: nom ET pronom*. Paris: Larousse, 1965.
- FARACO, C. A. "O tratamento você em português: uma abordagem histórica. In: *Fragmenta 13*, Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Curitiba, UFPR, 1996.
- FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Linguística*. São Paulo: Contexto, 2002.
- GONÇALVES, S. C. L [et al.]. *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HALL Jr., R. A. *Introductory Linguistics*. 2ª. ed. Philadelphia; New York: Chilton Books, 1967.
- HALLIDAY, M. A. K. *Clause as exchange*. In *An Introduction to Functional Grammar*. 2ª. ed. London: Edward Arnold Publishers, 1994. Cap 4, p. 69-105.
- _____. *Explorations in the Functions of language*. Londres: Edward Arnold, 1973.
- HINTZE, A. C. J. *Conexões perifrásticas: um estudo sobre as funções de expressões gramaticalizadas*. Araraquara, 2003. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.
- HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- IGNACIO, S. E. *Análise sintática em três dimensões*. Franca, São Paulo: Ribeirão. Gráfica e Editora, 2002.
- ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, I. G. V.; SOUZA E SILVA, M. C. P. *Atividades de composição do texto falado: a elocução formal*. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (orgs.) *Gramática do Português Falado*, v. IV: Estudos Descritivos. Campinas/São Paulo: Ed. Da Unicamp/FAPESP, 1996, p. 379-410.
- LEHMANN, C. *Towards a Typology of Clause Linkage*. In: J. Haiman and S. A. Thompson (eds.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

LOPES, C. R. S.; CUNHA, Cláudia de Souza. *Pronomes Pessoais: a Pesquisa Sociolinguística e a atualização da Gramática*. UFRJ, 1993.

LOPES, C. R. S. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. Delta, v. 14, n. 2, 1988.

_____. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. A indeterminação no português arcaico e a pronominalização de nominais: mudança encaixada? – In: ANAIS DO V ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA ABREM, 2003, Salvador.

_____. De gente para a agente: o século XIX como fase de transição. In: ALKIMIM, T. M. (org.). *Para a História do Português Brasileiro – Novos Estudos*. São Paulo, Humanitas / FLP/USP, 2002: 25-46.

_____. *Pronomes pessoais*. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.). *Ensino de gramática; descrição e uso?* - São Paulo: Contexto, 2007; pp. 103-115.

_____. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, UFRJ.

LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. A indeterminação no português arcaico e a pronominalização de nominais: mudança encaixada? – In: ANAIS DO V ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA ABREM, 2003, Salvador.

LYONS, J. *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

MACHADO, A. C. M. *A implementação de “você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa, UFRJ, 2006.

MACHADO, M. dos S. *Sujeitos pronominais “nós” & “a gente”: variação em dialetos populares do norte fluminense*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *A questão do suporte dos gêneros textuais*. UFPE/CNPQ, 2003 (versão provisória de 18/05/2003), 29p.

MARTELOTTA, M. E.; CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R. (orgs.); *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MENON, O. P. da S. *A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL*. In: PAULINO, V (org.). *Variação, mudança e contato linguístico no Português da Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006, p. 125-167.

MICHELETTI, H; FRANCHETTI, S. A. *A indeterminação do sujeito: um estudo sociolinguístico*. In: Anais do XXV Seminário do GEL. Taubaté, São Paulo, 1996, p. 629-635.

MODESTO, A. T. T. *Abordagens funcionalistas*. In: Revista Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura - Ano 03- n.04 - 1º Semestre de 2006. ISSN 1807-5193.

MONTEIRO, J. L. *Fenômenos de variação no uso dos pronomes pessoais*. Revista de Letras. Fortaleza, 13 (1/2): 135-49, 1988.

_____. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.

_____. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NEVES, M. E. M. *A gramática funcional – texto e linguagem*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PAREDES SILVA, V. L. *Motivações funcionais no uso do sujeito pronominal; uma análise em tempo real*. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (orgs.). *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

POSTAL, P. On so-called Pronouns in English. In: REIBEL, D. A. & SCHANE, S. A. (EDS.). *Modern Studies in English. Readings in Transformation Grammar*. New Jersey: Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc, 1969; pp. 177-206.

PRETI, D. (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

SILVA, R. V. M. *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

TEIXEIRA, E. P. *TU e VOCE no português da Bahia no século XIX – por uma linguística sócio-histórica*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998, inédito.

VAN VALIN, R. D. Jr. *Functional Linguistics*. The Handbook of Linguistics. Aronoff, Mark and Janie – Rees-Miller (Eds.). Blackwell Publishing, 2002. Blackwell Reference Online. Disponível em: www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9781405102520_chunk_g978140510252015. Acesso em 15 ago. 2009.

VILELA, M; KOCH, I. V. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almeida, 2001.

ANEXO A

CÓDIGOS PARA TRANSCRIÇÕES DAS ELOCUÇÕES FORMAIS E
ENTREVISTAS

#	incompreensão de palavras ou segmentos
(hipótese)	hipótese do que se ouviu
/	truncamento
MAÍUSCULAS	entonação enfática
::	prolongamento de consoante ou vogal
-	silabação
?	interrogação
.	entonação descendente (indicando final de frase)
,	entonação ascendente ou estável (indicando continuação)
..	pausa com retomada instantânea do fluxo da fala
...	pausa (quanto maior o número de pontos, mais longa a pausa)
“citações”	citações literais
<i>itálico</i>	pronúncia muito rápida das palavras

Adaptação das normas do projeto NURC (PRETI, 1993: 11-12)